

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Angela Michele Suave

**Ocupação do Movimento Sem Teto:
limites, possibilidades e desafios da organização**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANGELA MICHELE SUAVE

**Ocupação do Movimento Sem Teto:
limites, possibilidades e desafios da organização**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção de título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação do Prof. Dr. Evaldo Amaro Vieira.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Programa de Serviço Social / Mestrado

SÃO PAULO

2009

BANCA EXAMINADORA:

DEDICO

À minha família que sempre dispensou atenção à minha formação profissional e intelectual com carinho e apoio.

A meu querido marido que com paciência compreendeu e incentivou-me em todos os momentos, demonstrando sua sensibilidade em relação a esse momento da minha formação.

A meu orientador, Professor Dr. Evaldo Amaro Vieira, pelo apoio e incentivo constantes.

Aos ocupantes do Movimento Sem Teto: “Pinheirinho” que deram vida e materialidade às reflexões e apontamentos teóricos realizados.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos de trabalho que me incentivaram nos momentos de conflitos teórico-metodológicos presentes na prática profissional, com questionamentos e sugestões pertinentes à elaboração desta dissertação: psicólogos Luciane e Rogério, Assistentes Sociais Adriana e Aline e médica Rita.

Aos sujeitos da pesquisa que se dispuseram a me fornecer suas práticas cotidianas na Ocupação; são eles: Toninho, Paula, Marron, Tia Lourdes, Val, entre outros que contribuíram.

Às companheiras de militância política Nícia e Karin, que me incentivaram para efetivar essa contribuição ao processo de organização dos ocupantes do “Pinheirinho”. Especialmente ao companheiro Adilson, que levantou questionamentos e sugestões.

Aos professores do Programa de Serviço Social da PUC que, com sabedoria, levaram-me a reflexões nos momentos de discussões teóricas nas disciplinas e atividades que cursei, especialmente, à Professora Dra. Maria Carmelita Yasbek e à Professora Dra. Maria Lúcia Martinelli.

Às Professoras que contribuíram com o meu Exame de Qualificação: Maria Regina de Ávila Moreira, que com carinho e apoio fez reflexões e apontamentos políticos fundamentais para a análise do objeto de pesquisa, e Rosa Maria Ferreiro Pinto, que dispôs de críticas importantes para o desenvolvimento metodológico da pesquisa.

Às amigas construídas na PUC com colegas de classe e companheiros da trajetória do curso, especialmente à querida Eucaris, ao Rivani, ao Marco Aurélio e à Kátia. À amiga Ana que demonstrou solidariedade e apoio no desvelar do processo de aprendizado que tivemos durante o curso.

Finalmente e com fundamental importância, ao Professor Dr. Evaldo Amaro Vieira que com sua genialidade intelectual fez com que suas aulas me soassem como melodia, instigando-me ao processo de conhecimento.

RESUMO

O presente trabalho analisa, no período de março de 2007 a março de 2009, a organização e a sustentação de uma Ocupação do Movimento Sem Teto na cidade de São José dos Campos. Tem como fonte de análise as informações colhidas através da observação participante do método etnográfico. Assume uma posição nas trajetórias pessoais; nas impressões e opiniões das pessoas; nos registros em jornais e nas relações com instituições religiosas, políticas e governamentais. Destacou o conjunto de elementos que mantém a sua organização, quais sejam: as condições de vida dos ocupantes, o cotidiano da Ocupação e a estrutura de organização teórico-política. A Ocupação do “Pinheirinho” colocou em debate a questão da propriedade privada e confrontou os dirigentes da Administração Pública em São José dos Campos. Possibilitou a organização de forças sociais e políticas de forma coletiva, alcançadas com o processo de reivindicações acerca dos direitos sociais. Tornou-se importante na vida dos ocupantes, especialmente, por suprir a necessidade da moradia. A consciência de classe e a solidariedade construídas na Ocupação favoreceram a organização dos ocupantes, por apoderarem-se do seu lugar na luta de classes e na história do município. Permitiu aos ocupantes a elaboração de um projeto político com uma direção consciente em função da transformação social. Dentre seus limites e possibilidades ficou à Ocupação o desafio de organização para extrapolar a luta por direitos sociais e buscar a emancipação política e humana, essencialmente em torno da questão da propriedade privada.

Palavras-chave: movimento sem teto, ocupação, organização social e política, moradia, propriedade privada.

ABSTRACT

The current work analyses the organization and support system of an Occupation promoted by the “Roofless” or Homeless Movement (Movimento Sem Teto) in the city of São José dos Campos, between March 2007 and March 2009. It has as a source of analysis information collected through participant observation of the ethnographic method. It poses a position in the personal trajectories; on the impressions and opinions of people; in the registers on newspapers and in the relations with the religious, political and governmental institutions. It was emphasized the group of elements which support their organization, such as: the living conditions of the occupants, the day-to-day activities of the Occupation and the political-theoretical structure of the organization. The Occupation of “Pinheirinho” set the debate on the issue of private property and challenged the Public Administration leaders in São José dos Campos. It enabled the organization of social and political powers in a collective manner, reached through the process of demands regarding social rights. It became important for the life of the occupants, especially, to provide for the need of housing. The conscience of class and solidarity built during the Occupation favored the organization of the occupants, for they took their place in the fight of classes and in the history of the city. It allowed the occupants to create a political project with a conscientious direction due to social transformation. Between their limits and possibilities it was left for the Occupation the challenge of organization to extrapolate the fight for social rights and search for human and political emancipation, essentially around the issue of private property.

Key words: homeless movement, occupation, organization social and political, housing, private property.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1	
A Ocupação e os Ocupantes.....	15
1.1 - A Ocupação.....	20
1.2 - Os Ocupantes.....	26
1.3 - A Consciência Social dos Ocupantes.....	30
1.4 - A Ocupação e a Política.....	41
1.5 - Fundos Financeiros da Ocupação, Normas e Apoios Sócio-políticos.....	46
Capítulo 2	
O Cotidiano.....	55
2.1 - O Cotidiano e o Preconceito.....	66
2.2 - O Cotidiano e as Expectativas.....	73
Capítulo 3	
A Organização Teórico-política da Ocupação	78
3.1 - A Estrutura da Organização Política.....	88
3.2 - A conjuntura.....	107
Conclusão.....	114
Bibliografia.....	121
Anexos.....	124

INTRODUÇÃO

*A história nos ensina que em todas as épocas
foi por seu próprio esforço que os oprimidos se
libertaram de seus senhores.*

Emma Goldman

O objetivo da presente dissertação foi analisar a organização e a sustentação de uma Ocupação do movimento sem teto no município de São José dos Campos, cidade localizada a 96 km de São Paulo. A proposta principal da Ocupação é a conquista da moradia.

A escolha dessa Ocupação se revelou importante porque configurou uma ação política organizada e porque representou uma luta pelo direito à moradia, ideais legítimos dos movimentos sociais, que norteiam a reorganização da classe trabalhadora. Pode-se dizer que essa Ocupação é protagonista da luta por direitos sociais e expressa seu projeto político.

A mobilização dos ocupantes acerca da moradia e de outros direitos sociais possibilitou a formação dessa Ocupação, que tem um papel importante no cenário de luta dos trabalhadores, principalmente no debate a respeito da propriedade privada.

Sinalizam-se a seguir alguns aspectos da história da Ocupação no município, conhecida como “Pinheirinho”, com algumas de suas características.

No dia 26 de fevereiro de 2004 centenas de famílias ocuparam uma área de 1,3 milhões de metros quadrados. A Ocupação reúne hoje aproximadamente 9.600 pessoas, em sua maioria composta por mulheres e crianças, conforme os dados apresentados pela Coordenação Geral da Ocupação.

O terreno estava abandonado há mais de 30 anos por uma empresa falida que deixou de pagar os impostos ao município e hoje tem um débito que ultrapassa o valor venal da área.

As famílias estavam inscritas em programas habitacionais do município e aguardavam uma resposta há anos, enquanto construíam variadas estratégias de sobrevivência nesse sentido, como escolher entre suprir necessidades de alimentação ou efetivar o pagamento de aluguéis, estando sujeitas à situação de despejo, quando não apoiadas em favores oferecidos por parentes ou conhecidos.

A vida cotidiana da população do “Pinheirinho” é permeada por dificuldades que perpassam desde questões de trabalho precário e esporádico até as adversidades causadas por alagamentos e destruição dos barracos com as fortes chuvas.

Fato interessante à Assistência Social foi a aprovação de uma Lei municipal proposta pelo vereador Walter Hayashi, chamada Lei Hayashi. Proíbe a participação das famílias residentes em áreas ocupadas de participarem dos Programas Sociais. Desde então, trava-se um embate político e jurídico entre a Prefeitura e a Ocupação.

Diante dessa conjuntura de embates, a pesquisa analisou a organização e a sustentação da Ocupação, considerando as relações de classe e percorrendo a circularidade entre os dados empíricos e as construções teóricas.

Conhecer a realidade dos sujeitos foi fundamental para alcançar o objetivo da pesquisa e para desenvolvê-la, o que possibilitou a compreensão dos elementos que a formam.

A organização e a sustentação da Ocupação foram avaliadas por uma análise que não considera os ocupantes como um conjunto homogêneo de trabalhadores, que vivem o mesmo nível de consciência, determinada pelos condicionamentos situados fora da luta de classes e, sim, como participantes de tal processo. Há que se respeitar a classe trabalhadora como o sujeito de sua própria história, sem generalizações. Foi investigado o que está ocorrendo no

interior da Ocupação, nas relações sociais do seu cotidiano que formam as bases desse movimento social.

A pesquisa foi feita no período de 2 anos, de março de 2007 a março de 2009. As condições de vida dos ocupantes, o cotidiano, a expectativa de permanecer na Ocupação, a solidariedade entre os seus membros e a estrutura de organização teórico-política foram os principais pontos para a efetivação da análise. Revelaram-se aspectos relacionados ao desemprego, flexibilização dos direitos trabalhistas, baixa renda, violência doméstica, repressão policial, alimentação, saúde, discriminação educacional e as condições das políticas sociais.

Os procedimentos metodológicos da dissertação tiveram como base inicial a pesquisa empírica, com a abordagem qualitativa para a apropriação do objeto, utilizando-se do método etnográfico de observação participante. A citação de Severino sobre a pesquisa etnográfica e participante é esclarecedora.

A pesquisa etnográfica visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia-a-dia em suas diversas modalidades. Trata-se de um mergulho no microssocial, olhado com uma lente de aumento. Aplica métodos e técnicas compatíveis com a abordagem qualitativa. Utiliza-se do método etnográfico, descritivo por excelência. (Severino, 2008, p. 119)

Pesquisa participante É aquela em que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades. O pesquisador coloca-se numa pesquisa de identificação com os pesquisados. Passa a interagir com eles em todas as situações, acompanhando todas as ações praticadas pelos sujeitos. Observando as manifestações dos sujeitos e as situações vividas, vai registrando descritivamente todos os elementos observados bem como as análises e considerações que fizer ao longo dessa participação. (Severino, 2008, p. 120)

A observação participante foi usada no desenvolvimento da pesquisa considerando a importância de se realizá-la no processo que o sujeito vivencia, com a avaliação feita pelo sujeito em questão no que diz respeito aos aspectos da cultura e da organização social. Assume uma posição nas trajetórias pessoais; nas impressões e opiniões das pessoas; nos registros em jornais e nas relações com as instituições religiosas, políticas e governamentais.

A amostra escolhida não teve preocupação com a isenção de posições, tendo uma intencionalidade política clara, quando trata do processo de politização dos sujeitos e dos vínculos construídos.

A abordagem na Ocupação do “Pinheirinho” abarcou a história de participação dos ocupantes, em um processo político que construiu uma ideologia própria dos seus membros. Destacou o conjunto de elementos que mantém a organização, quais sejam: as condições de vida dos ocupantes, que apresentaram questões de alimentação, saúde, educação, violência, repressão policial e aspectos das políticas sociais; o cotidiano e a estrutura de organização teórico-política.

A escolha dos sujeitos foi feita por uma amostra baseada em duas caracterizações: famílias que são lideranças na Ocupação e outras que não têm esse papel, mas que apresentam sua realidade cotidiana em relação às condições de vida.

Foram observados os diferentes aspectos e momentos da organização e sustentação da Ocupação, através de visitas realizadas nas casas dos ocupantes e na secretaria administrativa da Ocupação, principalmente nos dias comuns. Porém, a participação nas atividades gerais também se revelou importante para a construção de vínculo com os ocupantes.

O estudo de um grupo de dez famílias propiciou observar e comparar as reações e verbalizações referentes a uma situação comum a todos eles, em uma abordagem que deteve o particular (Ocupação) com a mediação entre o singular (ocupante) e o universal (classe). Foram levantadas as experiências dos entrevistados, suas reações nas relações imediatas e as expectativas perante o futuro.

Além disso, buscou-se explicitar os elementos da Ocupação que serviram para situar e ordenar o material colhido na pesquisa de campo para uma análise teórica que pôde ganhar sentido. Teve ainda que se deparar com os descompassos que surgiram com o uso do método dialético, já que o processo político da Ocupação está em curso, como explica Frederico:

Há um nítido descompasso entre o alcance global das formulações teóricas e os resultados parciais e limitados da pesquisa. Esse descompasso, entretanto, é inevitável quando se trabalha com o método dialético (em que a consciência de classe é vista como um longo processo) numa pesquisa empírica restrita à análise de algumas poucas conjunturas. (Frederico, 1978, p. 17)

No Capítulo I foram desenvolvidos aspectos das condições de vida dos ocupantes com um enfoque estrutural. Serviu de base para uma análise e discussão mais ampla sobre a forma de organização e sustentação da Ocupação.

O Capítulo II retratou o cotidiano dos ocupantes e a expectativa de permanecerem na Ocupação, analisando a relação de solidariedade entre seus membros. Tais elementos também compõem o desvelamento da organização e sustentação da Ocupação.

No Capítulo III foi debatida a estrutura de organização teórico-política da Ocupação. Teve como base a experiência dos ocupantes que se tornaram coordenadores dessa organização e a conjuntura política que possibilitou a mobilização em torno da Ocupação.

Analisa-se que o objetivo proposto para esta dissertação foi alcançado, uma vez que a observação participante foi realizada no interior da Ocupação e os formulários foram aplicados em uma parcela definida dos ocupantes, que foram os sujeitos principais na construção deste trabalho. Ressaltaram as suas experiências na organização e na sustentação da Ocupação, através de uma trajetória de mobilização e reivindicações de direitos sociais, especialmente o da moradia, sendo essa a proposta principal da Ocupação.

1 CAPÍTULO - A OCUPAÇÃO E OS OCUPANTES

Era tempo de terra.

Onde não há jardim,

As flores nascem

De um secreto investimento

Em formas improváveis.

Carlos Drummond de Andrade

O objetivo deste capítulo é fazer um estudo sistemático da Ocupação e de seus membros, participantes do movimento sem teto, no local conhecido como “Pinheirinho”, em São José dos Campos. Os dados e análises apresentados neste capítulo servirão de base para uma discussão mais ampla sobre a forma de organização e sustentação já efetivada, o principal objetivo desta dissertação.

A observação inicial da resistência dos ocupantes sugeriu um aprofundamento do conhecimento a respeito da formação dessa Ocupação e a necessidade de conhecer e entender a realidade dos ocupantes que possibilitou e possibilita a sua organização. Evidencia-se a importância de uma análise sobre o conhecimento das características que lhes são próprias, considerando a relação com um contexto sócio-político e econômico que os formam em sua totalidade.

Cabe citar as limitações postas na elaboração deste capítulo, no que tange à compreensão e à análise que se aproximam das elaborações necessárias para o desenvolvimento e aprofundamento das bases teóricas.

Trata-se da apreensão do processo da Ocupação, capaz de expressar a realidade vivida pelos sujeitos que a constituem e a formam. É preciso considerar a evidência de que essa organização bem sucedida é uma resposta a algumas questões sociais inerentes aos trabalhadores e não são supridas pelo Estado e pelo modo capitalista de produção.

Pretende-se evidenciar os elementos da Ocupação que ajudam na compreensão da situação socioeconômica e política expressa nesse movimento organizado por moradia. Tais elementos são aspectos fundamentais no entendimento da dinâmica interna e externa da organização.

As informações foram colhidas através do método da observação participante, do formulário e de pesquisas bibliográficas, como instrumentos de pesquisa, que buscaram apreender a realidade da Ocupação.

Observação participante: situação criada pelo investigador que, para poder observar certos aspectos da cultura e da organização social sob uma perspectiva mais vantajosa para a pesquisa, premeditadamente assume uma posição e um papel no grupo a ser investigado. (Nogueira, 1968, p.93)

(...) a observação participante habilita o investigador a penetrar no pensamento, sentimento e comportamento do grupo. Facilita a familiarização (sensing) e o prepara para apreender a atmosfera social, o cenário social total, as inter-relações entre os membros individuais e o grupo como um todo. Além disso, a observação participante tem suas vantagens psicológicas: ela tende a acostumar o grupo com o observador até que aquele o aceite cordialmente e o incorpore mais ou menos como um seu membro. Assim, ele consegue uma aproximação que é quase indispensável para estudos de caso mais íntimos e entrevistas a serem efetuadas mais tarde. (*apud* Nogueira, 1968, p.93)

Buscou-se conhecer os variados processos político-histórico-culturais que levaram as pessoas a se organizarem em uma ocupação de terra, da forma como fizeram, para a conquista da moradia e de direitos sociais.

Foi considerada a concepção materialista da história, tendo como fator determinante a produção e a reprodução da vida real, bem como Engels escreveu a Joseph Block (Cf. Engels, 1971, p. 78). A situação econômica foi a base, mas não o único fator determinante, por abrir caminho para a interação desses fatores da superestrutura. É importante considerar os diversos elementos da superestrutura que permeiam a vida dos ocupantes, estudando as formas

políticas da luta de classes e os seus resultados, as concepções jurídicas, religiosas e as reflexões políticas dos sujeitos envolvidos nesse processo; por exercerem sua ação na luta podem determinar a sua forma.

Os ocupantes fazem a sua história em condições determinadas e sobre todas elas as condições econômicas são determinantes. As outras condições, como as políticas, têm igualmente um papel nessa realidade, ainda que não seja decisivo.

Foi considerada a construção coletiva das pessoas que participam da Ocupação, em meio às correlações de forças que formam o acontecimento histórico no processo da realidade. A história tem seu resultado depreendido dos conflitos individuais produzidos nas condições particulares de existência. Cada indivíduo é parte desses acontecimentos históricos, porém não há prevalência de um desejo único ou individual.

As discussões com os ocupantes giraram em torno das condições objetivas e subjetivas. Para isso, foi observada a trajetória histórico-cultural das pessoas e as vivências em outras cidades, localizadas principalmente no Nordeste do país e em cidades dos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

A heterogeneidade cultural encontrada nessa Ocupação expressa as diversas origens dos ocupantes, no que se refere às experiências de trabalho e às atividades desenvolvidas, à visão de mundo, aos fatores subjetivos presentes na vida de cada um e às mudanças ocasionadas pelo processo da Ocupação na afirmação de particularidades que formam sua própria cultura.

A formação da Ocupação também é baseada nas experiências das pessoas que a integram e atraiu pessoas que vivem em condições sociais precárias, a começar pela falta de moradia para a sobrevivência. A explicitação desse fenômeno no aspecto cultural requer uma amplitude que esta pesquisa não alcançará por suas limitações e objetivo, porém há um esforço para traçar alguns parâmetros e motivações nesse sentido.

No interior da Ocupação existem pequenos comércios, como bares e lanchonetes, e uma capela para as cerimônias religiosas. Existe um galpão de madeira para fazer eventos sociais e políticos, principalmente para a realização de assembléias com todos os ocupantes. As construções de locais menores servem para fazer as reuniões setorizadas. Há, ainda, um “salão” de alvenaria para a Administração, onde são resolvidas as pendências diárias dos ocupantes com a Ocupação. Muitas casas são de alvenaria, sendo que algumas ainda são de madeira.

As ruas e quadras são largas. Para a divisão das casas houve uma padronização dos terrenos: cada terreno possui 250 m² e não é permitido construir dois barracos ou casas no mesmo terreno. Existe uma divisão por setores; no setor dividido por sítios é necessário que as pessoas trabalhem com plantações e criações, que servem como uma forma de trabalho de subsistência. Os ocupantes se orgulham em dizer que a Ocupação não é uma favela e que lá existem padrões de organização e de gerenciamento próprios.

A Ocupação é localizada na região Sul de São José dos Campos e fica próxima à divisa com o município de Jacareí, em uma avenida de onde os moradores têm acesso ao transporte coletivo e aos bairros, freqüentam atendimentos nas unidades básicas de saúde, hospitais, escolas, creches, entidades de atendimentos sociais, supermercados, entre outros.

São interessantes as citações de ocupantes do “Pinheirinho”, usadas por Lobo (2006) em seu trabalho de graduação na Universidade de Taubaté (UNITAU) que trata da participação das mulheres, a respeito dos direitos sociais, da importância da Ocupação e de como funciona o atendimento dos serviços sociais aos ocupantes:

(...) A importância é mostrar pros burgueses que os pobres sabem lutar, sabe dos seus direitos (...) gente só quer o que é nosso direito, ter uma casa pra morar. Se têm uma lei que é feita aqui e prefeitos, presidente têm as verbas, façam as casas dá pros pobres. Porque eles fazem sorteio e doam pra quem eles querem, se é regra ele teria que dar pra'queles que tão na frente. Se eles criticam tanto a gente por ter ocupado as terras por que eles não faz casas que dá pra gente que ta aqui e dá pessoas que ta lá na lista deles. (...) Pros burgueses, pro prefeito somos mais um número na espera. (Lobo, 2006, p. 23)

(...) A primeira vez que entrei na luta foi essa agora, to gostando, aprendi muita coisa que num sabia, que agente tinha direito, sabia que a gente tinha direito de trabalhar sofrer e apanhar na rua, (...) apanhar de sofrimento, né! E aqui não (...). Era tudo negado, se vai num posto não tem médico a gente tem que abrir a boca, porque se sabe aqui em São José, cesta básica a gente não recebe porque eles disse que nois mora no Pinheirinho. Quem ta no Pinheirinho não ganha casa lá fora. A gente ta brigando que nois temos nossos direitos vamos lutar por isso daqui. Já que a gente não tem direito lá fora, aqui dentro nois vai ter direito. (Lobo, 2006, p. 23)

Durante a Ocupação houve a criação de uma lei municipal, chamada Lei Hayashi, n. 6.539/04 que proibiu os ocupantes de participarem de qualquer programa social, inclusive de fazer matrículas escolares apresentando o endereço da Ocupação. Uma discriminação tamanha que enxerga os ocupantes, nesse caso da educação escolar especificamente de crianças e adolescentes, como “restos da sociedade”, como se não tivessem o direito real à educação e ao desenvolvimento, como têm as crianças e adolescentes das classes médias e abastadas da sociedade joseense. A criação e a aprovação dessa Lei expressam a arrogância e a demonstração de poder de políticos que ainda atuam como se fossem “coronéis”, donos do município, onde impera o autoritarismo e concentração do poder político.

Na Secretaria de Saúde do município os ocupantes têm dificuldades para acessar as consultas médicas devido ao tempo prolongado de espera, principalmente com especialistas. Em algumas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA) os ocupantes não conseguem acessar o atendimento por morarem na Ocupação. Há dificuldades também para o acesso aos medicamentos necessários e em alguns casos dependem da “ajuda” de algum médico ou médica que efetive a entrega por uma ação voluntária e particular. Há que se considerar que a demora aos atendimentos ou a falta de medicação são situações vividas por toda sociedade joseense que depende do atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), porém, para os ocupantes do “Pinheirinho” essa situação se agravou pela discriminação da Administração Pública Municipal.

Diante desse aspecto discriminatório é interessante conhecer a relação que se formou da Ocupação com os moradores de São José dos Campos.

1.1 A Ocupação

O processo da Ocupação teve início anteriormente à ocupação desse local, com ocupações em um conjunto habitacional e em uma praça no bairro Campo dos Alemães, seqüencialmente. Houve a participação de diversas lideranças políticas do município para implantar as estratégias da ocupação do local atual, possibilitando o início da relação da Ocupação com a população joseense, assim como Lobo mostra em uma citação que expressa essa trajetória:

(...) É eu entrei primeiro nas casinhas porque o pessoal invadiram (...) fiquei lá nas casinhas um mês, depois nós veio pro campão (Campo dos Alemães), aí eu entrei aqui também (acampamento do Pinheirinho). Faz três anos agora, que nois tamo aqui. (...) quando nós entramos foi cento e cinquenta famílias, começou a juntar muita gente fomos nos organizando e tamo até hoje, tudo organizado, cada setor tem seu líder, tem quem toma conta. (Lobo, 2006, p. 22)

Se por um lado há a visão de alguns joseenses de que os ocupantes do “Pinheirinho” não deveriam ocupar uma propriedade privada e - assim como “todos” - trabalhar para construir seu próprio patrimônio, por outro lado, os ocupantes abrem as portas da Ocupação para quem quiser conhecer as necessidades das famílias e conquistam a simpatia e apoio de uma parcela da população. Há que se considerar que para a abertura da Ocupação aos visitantes foram criadas medidas de organização, que possibilitaram a identificação da entrada de veículos e de pessoas que colocassem em risco a segurança da Ocupação. A citação de uma ocupante usada por Lobo esclarece essa situação:

(...) Horrível, agora não porque ele já se acostumaram né, já são três anos, mais ainda falam que aqui só tem vagabundo, que aqui num presta, que a gente pode trabalhar pra ter uma casa né. Porque a gente num quer isso daqui de graça, a gente quer pagar, mais conforme nois ganha. (...) É terrível, mas tem muita gente de fora que visita que vem vê a situação, conhece nossa luta, que dá apoio pra gente ainda tem um pouco de preconceito. (...) Tem gente que diz: “Ah! Eu não entrei por causa que num pode entrar”. (...) Aqui no Pinheirinho eu tenho mais segurança que ali fora (...). Do portão pra lá eu num tenho segurança, aqui dentro nois tem segurança, (...) Por que aqui tenho uma turma de segurança (...). Eles passava a noite andando no acampamento, vê se tem nego mexendo nas casas dos outros, porque vem muita gente de fora, (...) se nego vem com alguma coisa roubada de fora a gente faz o cara sai fora, se o cara mora aqui dentro e a gente sabe que ele roubou é expulso do acampamento. (Lobo, 2006, p. 26)

A Ocupação não apresenta dados precisos em relação ao número de ocupantes e há divergências com um levantamento realizado pela Prefeitura. Em janeiro de 2007 foi publicada uma matéria no Jornal Vale Paraibano que apresentou o nascimento de 100 crianças no local, desde fevereiro de 2004, início da Ocupação. De acordo com os dados das lideranças essas 100 crianças se somaram a 3.700 crianças e adolescentes que formam a “Geração Pinheirinho”. O levantamento realizado pela Ocupação totalizou 7.100 pessoas que viviam no “Pinheirinho”, com a construção de 1.285 residências, sendo cerca de 600 de alvenaria, considerando que havia três anos de Ocupação nesse período. Já o levantamento oficial da Prefeitura apontava 2.079 moradores, 601 famílias e 861 casas.

A citação usada por Lobo de uma ocupante apresenta o que os ocupantes pensaram sobre os dados apresentados pela Prefeitura:

O prefeito falo no jornal que aqui tinha seiscentas famílias. Como? Só se numa casa tiver só um morador? Por que tem casa aqui que mora quinze pessoas, então só aí já pega a mentira dele (...) Não tem lógica o que ele ta falando e gente mostrou que tem mil e trezentas com a passeata que teve (...) Agente procura mostrar a mentira dele com a nossa realidade, porque ele parece que vive numa casinha de boneca rodeada de poder e acha que tem tudo na vida (...) E agente quer mostrar que entende de política, de lei, que também sabe o que a polícia pode e não pode fazer com agente, que também temos acesso as emissoras, rádio, que temos o grito do povo. (Lobo, 2006, p. 26)

É interessante a observação sobre a predominância de mulheres e crianças na Ocupação, sendo que o cadastro da família só pode ser feito em nome das mulheres, haja vista que em caso de regularização da casa terão maior segurança, principalmente em casos de violência doméstica. Em uma pesquisa feita por amostragem no cadastro da Ocupação com 60 famílias foi possível verificar a predominância da origem nordestina dos ocupantes, que totalizaram 50%, sendo o restante nascido no Estado de São Paulo e no de Minas Gerais.

Continuamente há um movimento de pessoas nas ruas da Ocupação: solicitando serviços na Administração; crianças brincando nas ruas, chegando e saindo para escolas e creches; adultos chegando e saindo para trabalhar ou para procurar emprego; grupos de

adolescentes e mulheres conversando nas ruas; homens limpando seus carros, entre outras situações.

Em dias de comemorações, como o Dia das Mães e o Dia do Trabalhador, por exemplo, os ocupantes fazem eventos com a presença de convidados políticos nos Atos e voluntários que realizam atividades culturais com as crianças e os adolescentes, como apresentações de capoeira. O dia do aniversário da Ocupação é comemorado com a presença de diversos políticos que apóiam a Ocupação e com um enorme bolo, que é distribuído entre todos. A preparação e organização dessas atividades são feitas pelas lideranças da Ocupação

Há um incentivo constante da Coordenação para a participação dos ocupantes nas atividades políticas, sociais e culturais que são realizadas; segundo a informação de um dos coordenadores, a participação das pessoas nas assembléias depende dos acontecimentos do momento, referindo-se à correlação de forças no enfrentamento com a Prefeitura e nos processos judiciais que determinam a desocupação da área.

O trecho de uma matéria publicada no Jornal Vale Paraibano sobre a formação da “Geração Pinheirinho” explicita aspectos de valores constituintes da construção cultural da Ocupação, destacando o aprendizado que as crianças têm na Ocupação a respeito da solidariedade em uma luta coletiva por direitos sociais:

Em meio à batalha judicial com o governo de Eduardo Cury (PSDB) e com a massa falida da Selecta --proprietária do terreno de 1,3 milhão de metros quadrados, os pais das crianças que nasceram no Pinheirinho mantêm a esperança de conquistarem definitivamente a posse da área para que seus filhos tenham um local para morar quando crescerem.

"Eu e meu marido temos muita esperança de permanecer no Pinheirinho e garantir um lar para a Vitória. Ela já se acostumou a morar aqui e não imagino como seria se tivémos que sair. Não temos nem para onde ir", disse a dona-de-casa Maria Vilela, 19 anos, mãe de Vitória, de 1 ano e 9 meses.

A opinião é compartilhada pela dona-de-casa Regina Josefa da Silva, 24 anos, que mora no local desde o início da ocupação com o marido e dois filhos --um de 4 anos e outro de 1 ano e 10 meses.

"Aqui meus filhos têm liberdade para brincar. Como todos são amigos, sabemos que podemos contar com ajuda em caso de necessidade. Hoje, o maior objetivo da minha vida é lutar por esse pedacinho de terra que conseguimos aqui no Pinheirinho."

MOTIVAÇÃO - Para o pedreiro Moisés José Franco de Sousa, 31 anos, seus cinco filhos são a motivação para lutar pela permanência no Pinheirinho. Uma das crianças, de 8 meses, nasceu no acampamento.

"Meus filhos me dão força todo dia para lutar. Apesar das dificuldades que enfrentamos, somos felizes aqui no Pinheirinho e não queremos sair daqui. Quero que quando meus filhos crescerem tenham um lar para morar."

O autônomo Enedino Paulino Gomes, 46 anos, que mora no Pinheirinho com a esposa, oito filhos e cinco netos --três nascidos no local-- também destaca a liberdade que as crianças têm para brincar pelas 30 ruas da área.

"É diferente de lá fora, onde devido à violência as crianças são obrigadas a ficar dentro de casa. Aqui, elas têm liberdade, andam descalças e têm um monte de outras crianças para brincar. O Pinheirinho hoje é uma grande família e isso é um exemplo positivo para essas crianças que estão crescendo aqui."

SOLIDARIEDADE - Para o líder do acampamento, Valdir Martins, as crianças que nasceram no Pinheirinho recebem diariamente lições de solidariedade e determinação.

"As crianças que nasceram aqui aprendem desde cedo a lutar e ser solidárias, diferentemente do que acontece lá fora. Esperamos que a prefeitura reveja sua posição e passe a ajudar essas crianças, respeitando o que determina a Constituição", disse.¹

A solidariedade e a descoberta da “luta” são aspectos importantes no interior da Ocupação e são trabalhados constantemente pela Coordenação, tarefa que não se concretiza com facilidade, devido às inúmeras dificuldades sócio-econômicas com que as pessoas lidam, a exemplo da citação de uma das coordenadoras:

(...) É ter muita paciência, se não tiver paciência se perde a cabeça aqui, a gente tem que ter orientação, agente todo final de semana que tem reunião só com a Coordenação, a explicação pra gente que ter muita paciência, porque é muito difícil, porque tem nego que num tem o que comê dentro de casa. (...) Às vezes a gente ajunta, quando tá na reunião e pede: “Fulano! Eu quero que você leve um quilo de arroz, de açúcar” (...). Reparte meio quilo no meio também que tem uma pessoa passando necessidade e a gente se organiza nisso aí. Aí tem muita gente que trabalha aqui também dá uma força com o que a gente pede (...) quem tem um pacote de feijão reparte no meio pra dá pra'quele que não tem nem um caldo (...) nem uma água quente na verdade né. (T.L., 2008).

Em relação à alimentação foi observado que em algumas famílias há falta constante de quaisquer tipos de alimentos, sendo que as famílias buscam o repasse de cestas básicas em

¹ Disponível em: <http://jornal.valeparaibano.com.br/2007/01/28/sjc/apinho1.html/>. Último acesso em 06 de janeiro de 2009.

entidades sociais conveniadas com a Prefeitura. Tais entidades seguem critérios para o repasse estabelecido pela Secretaria de Desenvolvimento Social que só pode ser feito a cada três meses, isso se a família viver em situação sócio-econômica precária.

As famílias buscam apoio de conhecidos na Ocupação ou de parentes, até que um dos membros da família consiga realizar algum tipo de trabalho.

Em outras famílias a alimentação é composta por arroz e feijão diariamente, sendo as verduras, legumes, carnes e frutas componentes esporádicos nas refeições. Poucas apresentaram refeições diárias com arroz, feijão, carnes e verduras e em nenhuma constou a presença de frutas diariamente. O fator que explicou a falta de alimentação foi a insuficiência da renda familiar.

A análise é que em meio a situações de diversas dificuldades sociais, em muitos casos, as privações vão se transformando na cultura da solidariedade e na disposição de luta para as mudanças que trarão a efetivação dos direitos sociais necessários para a vida dos ocupantes.

A história dos ocupantes foi e é marcada por situações que referendam as dificuldades sociais: no sentido da busca de condições que supram as necessidades de trabalho para uma vida de emancipação, sem exploração ou opressão, especialmente quanto à questão da mulher (já que a maioria das pessoas entrevistadas é de mulheres).

Marx, em *A Questão Judaica*, debate com Bruno Bauer sobre qual emancipação os judeus e alemães esperavam. Assim, permite discorrer sobre esse conceito e o entendimento dos ocupantes a respeito do tema.

Devem-se analisar quais são as condições fundamentais procuradas pelos ocupantes, como disse Marx, examinando a relação entre a emancipação política e humana. Serão tratados os limites da emancipação política, a se pensar em um “Estado Democrático de Direitos” que, na prática, evidencia as suas contradições no processo da emancipação humana.

Marx descreve os limites da emancipação política em relação à religião, com base na própria realidade do homem:

Os limites da emancipação política aparecem imediatamente no fato de o Estado poder libertar-se de um constrangimento sem que o homem se encontre realmente liberto; de o Estado conseguir ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre. (...) (Marx, 2004, p.20)

A Ocupação estabeleceu uma relação reivindicatória e conflituosa com o governo municipal, representante do Estado. Abriu um debate público e político sobre o déficit habitacional e sobre a falta da efetivação de outros direitos sociais, como a saúde e a educação, por exemplo, com a sociedade joseense. Por outro lado, o governo do município respondeu defendendo a propriedade privada, sem considerar os direitos sociais dos ocupantes que foram infringidos.

A questão da ocupação do Pinheirinho se arrasta na Justiça desde fevereiro de 2004, com uma série de decisões favoráveis para ambos os lados. Uma das ações foi movida pela Prefeitura de São José e pede a derrubada das moradias instaladas no local, por estarem em uma área particular. O processo está em análise no STJ (Superior Tribunal de Justiça), em Brasília. A proprietária da área, a massa falida Selecta, também moveu ação pedindo a reintegração de posse da área, que está em andamento no Tribunal de Justiça, em São Paulo.²

A Ocupação colocou em questão a propriedade privada. Em Marx, pode-se buscar a compreensão das contradições que envolvem esse debate e de que foi só passando por cima dos elementos particulares que o Estado se constituiu como universalidade:

Porém, a eliminação política da propriedade privada não extingue unicamente a propriedade privada, mas pressupõe de fato a sua existência. O Estado elimina, a sua maneira, as distinções estabelecidas por nascimento, posição social, educação e profissão, ao decretar que o nascimento, a posição social, a educação e a profissão são distinções não políticas; ao proclamar, sem olhar a tais distinções, que todo o membro do povo é igual parceiro na soberania popular, e ao tratar do ponto de vista do Estado todos os elementos que compõe a vida real da nação. No entanto, o Estado permite que a propriedade privada, a educação e a profissão atuem a sua maneira, da seguinte forma: como propriedade privada, como educação e profissão, e manifestem a sua característica particular. Longe de abolir estas diferenças efetivas, ele só existe na medida em que as pressupõe; entende-se como Estado político e revela a sua universalidade apenas em oposição a tais elementos. (...) (Marx, 2004, p. 21)

² Disponível em: ≤ <http://jornal.valeparaibano.com.br/2007/06/15/sjc/jurado3.html> ≥. Último acesso em 06 de janeiro de 2009.

O debate sobre a propriedade privada evidencia a relação do Estado político, como vida genérica do homem, em oposição a sua vida material. O “Estado Democrático de Direitos”, na defesa da propriedade privada e de interesses particulares, desabona um direito social fundamental como o da moradia. O homem é despojado de suas necessidades individuais em uma sociedade de direitos irrealis, na sua universalidade.

A Ocupação expressa uma tentativa de romper com essa sociedade de direitos irrealis, com a subalternidade que o sistema capitalista sujeita os trabalhadores quando vivem em situação de miséria, exploração e opressão. A organização dos ocupantes representa o protagonismo de suas histórias, no que diz respeito à luta por direitos sociais e políticos.

Assim como nos explica Yasbek:

(...) a subalternidade diz respeito à ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e a exploração. A subalternidade, assim como a exclusão, se expressa em amplo e diverso conjunto de perspectivas, características, ações e interesses, pluralidade que configura um amplo leque de desigualdades, injustiças e opressões. (Yasbek, 2001, p. 34)

Marx esclarece que a emancipação política representa um enorme progresso, mas não substitui a forma final da emancipação humana na ordem vigente; é necessária a emancipação real e prática, com a abolição real da propriedade privada, por exemplo.

1.2 Os Ocupantes

Os ocupantes acreditam que só poderão ter uma vida emancipada com um trabalho que lhes dê as condições reais e necessárias para viver e que esse direito será alcançado se tiverem a possibilidade de se qualificarem profissionalmente, com acesso à educação, para um dia poder oferecer uma vida com melhores condições materiais aos filhos, que terão orgulho dos pais:

Quero estudar para Secretária, trabalhar e dar uma vida melhor aos meus filhos, para se orgulharem de mim. (F.B.S., 2008)

Acho importante estudar para ter tranquilidade no emprego. Com um trabalho melhor posso construir uma casa para meus filhos. (J.A.A., 2008)

Não sou submissa a ninguém, o estudo dá independência para a mulher e o trabalho dá boas experiências, distrai a cabeça e dá independência. (M.G.C., 2008)

Analisando a busca dos ocupantes pela emancipação, baseada na qualificação profissional ou em uma educação que lhes ofereça um trabalho, percebe-se que não há emancipação humana, pois se vive em uma sociedade pautada na desigualdade social e na diferenciação entre as classes sociais, cujo centro é a manutenção da propriedade privada.

Marx faz o debate da diferenciação dos direitos e se faz atual até os dias de hoje, haja vista os direitos preconizados pela Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988, vigentes até hoje:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (...) (Saraiva, 1999, p. 5)

Não basta fazer a defesa de direitos, como o da liberdade, se essa liberdade não se baseia na relação entre as pessoas, mas sim na sua separação, na diferenciação do “cidadão”, que possui direitos por pertencer a uma determinada classe, e do trabalhador que reivindica seus direitos sociais, como está colocado para os ocupantes do “Pinheirinho”. Compreende-se, portanto, que a emancipação política do Estado em relação à religião não é suficiente para a emancipação do homem.

Na obra de Marx sobre a questão judaica, o direito à liberdade é o direito à propriedade privada; na prática, significa a efetivação da liberdade individual, independente da condição colocada ao restante da sociedade.

O direito à segurança também atende aos interesses individuais, para a garantia de seus direitos pessoais e da propriedade privada e não atende aos interesses coletivos da sociedade.

Na Ocupação apresenta-se como um processo marcado por conflitos constantes, por mexer na questão da propriedade privada e apontar para o déficit habitacional do município.

Os ocupantes são ameaçados e em muitas ocasiões necessitam criar estratégias para esse enfrentamento com a Prefeitura de São José dos Campos. Afirmam que em caso de repressão policial procuram não entrar em provocações para o acirramento dos conflitos, explicando que a luta da Ocupação é política e que não pretendem o enfrentamento com a polícia, causando riscos às suas vidas e, sim, tentam mostrar para a população da cidade, de forma política, o motivo real da Ocupação. Desta forma, acreditam que receberão o apoio da sociedade local, o que pensam que reforça a luta.

(...) nessas horas não avança, recua pra não entrar em provocação. (M.G.S., 2008)

Tem repressão porque tem o preconceito que não vê a necessidade. Acredito na ação social, nos governantes, na força da luta democrática, acho que têm formas pacíficas de resolver. (C. L. B., 2008)

A Garra estourava os barracos, levava os eléto domésticos pra colocar fogo. Usavam a desculpa de estarem procurando coisas roubadas e drogas. Jogavam bombas na rua, na época que tinha a liminar pra sairmos. (V. L., 2008)

Nessas horas, a gente se reúne pra ver o melhor jeito de se defender. Um dia peguei a minha filha e sai correndo. A gente tem que falar para as pessoas de fora para ganhar apoio. (M. A. S., 2008)

A citação de Marx é esclarecedora quando avalia os limites e objetivos desses direitos que são usados para a manutenção da propriedade privada e de interesses individuais; não contribuem para a emancipação humana e para a existência do homem genérico:

Desta forma, nenhum dos possíveis direitos do homem vai além do homem egoísta, do homem como membro da sociedade civil; ou seja, como indivíduo destacado da comunidade, limitado a si próprio, ao seu interesse privado e ao seu capricho pessoal. Em todos os direitos do homem, ele mesmo está longe de ser considerado como um ser genérico; ao contrário a própria vida genérica – a sociedade – surge como sistema que é exterior ao indivíduo, como restrição de sua independência original. Praticamente o laço que os une é a necessidade natural, a necessidade e o interesse privado, a preservação da sua propriedade e das suas pessoas egoístas. (Marx, 2004, p. 34)

Na questão judaica, Marx conclui que o homem não se emancipou da religião e nem ficou livre da propriedade privada e, sim, recebeu a liberdade religiosa e a liberdade da

propriedade privada. Portanto, não houve a emancipação humana. Conforme a citação de Marx ela só será possível:

Só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forças próprias) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política. (Marx, 2004, p. 37)

Para os ocupantes, conclui-se que a busca de direitos para o estabelecimento de condições reais para vida, como o trabalho e a educação, pode ser o início das transformações necessárias para a emancipação humana, mas não a garante. É preciso transformações mais profundas, é preciso o alcance do homem com um ser genérico, desprovido do processo de alienação ao qual é submetido.

Existe a participação dos ocupantes em experiências anteriores, em situações de conflitos trabalhistas, por uma discordância da exploração que sofriam no sistema de produção em relação aos baixos salários; em relação também às diversas discriminações, como a racial e, principalmente, a discriminação do trabalho das mulheres que recebiam baixas remunerações, muitas vezes com atrasos nas datas do pagamento, assédio sexual e outras questões específicas da opressão contra a mulher.

A relação entre esses trabalhadores nessas experiências de trabalho demonstra a tentativa de se libertarem do processo de alienação ao qual são submetidos, pois ainda não são donos de suas próprias forças sociais como força política.

A falta de moradia, como consequência de uma história marcada pela falta da efetivação dos direitos sociais, levou as pessoas a se aproximarem da alternativa da organização popular para a conquista de um “teto”, e, mais uma vez, expressa a busca pela força social e política no processo da consciência.

Todos têm direito a moradia, aqui ou em outro lugar. Se voltarmos pra Alagoas não conseguimos mais pagar aluguel. Queremos permanecer aqui, na luta contra os poderosos: aqui a força se multiplicou, antes já tinha. (R.N., 2008)

Procurar emprego é muito difícil e já trabalhei como babá. O meu último trabalho foi como balconista, mas fui demitida porque fiquei grávida, acho que ele queria se aproveitar de mim. O A. ta trabalhando com reciclagem, mas mesmo assim falta comida. Acho que aqui é um espaço que um ajuda o outro e aprendi a levantar a cabeça e lutar, porque não tem nada fácil. (M. S., 2008)

Aqui aprendi, cresci, tive mais responsabilidade, vi que nada cai do céu, tem que lutar para conseguir. O prefeito vê que não estamos esperando e sim lutando para ter a casa. (M.A.S., 2008)

1.3 A Consciência Social dos Ocupantes

Frederico, em *Consciência Operária no Brasil*, desenvolveu aspectos relacionados à consciência operária. Com base nessa obra, buscou-se apreender questões sobre a consciência de classe dos ocupantes, considerando as especificidades desse setor de trabalhadores, sem tratá-lo como um conjunto homogêneo; há que se considerar o lugar que cada um ocupa no sistema de produção nas diferentes situações dentro do proletariado.

Pautado na iniciativa da organização popular para o acesso à moradia, os ocupantes apoderaram-se do seu lugar na luta de classes, com variados níveis de consciência, desde aquele que participa apenas pela questão econômica e material (têm uma visão economicista), até aquele que tem a clareza da divisão da sociedade em classes sociais e da luta que lhe é pertencente. Considera-se a possibilidade dos avanços e retrocessos que podem ocorrer na consciência dos ocupantes, conforme a realidade da história em curso.

Frederico discorre sobre a consciência de classe como um fenômeno derivado: “(...) de um lado, ela pressupõe o conceito subjacente de classe social e, de outro, uma postura teórica perante a complexa inter-relação da “infra-estrutura” com a “superestrutura”. (Frederico, 1978, 21)

Discorre sobre questões relacionadas à idéia de indicações feitas por Marx sobre a consciência de classe:

A idéia central de Marx está contida num trecho do “Prefácio” da *Contribuição à Crítica da Economia Política*: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Essa relação entre a existência social e a consciência é o ponto de partida para todo materialismo dialético. (Frederico, 1978, p. 22)

Os ocupantes são sujeitos da sua própria história no processo de ocupação com a participação objetiva dos fenômenos sociais, econômicos e políticos do município, que possibilita a formação da consciência de classe na relação com aspectos subjetivos. Torna possível um conhecimento que se apropriou da realidade: a realidade social.

Nessa realidade social é interessante a citação de Frederico, baseada em Marx, num trecho de *A Sagrada Família*, quando se refere aos efeitos produzidos pela propriedade privada, que une as classes sociais; se, por um lado, a burguesia tende a conservar e ampliar a situação de detentora dos meios de produção, com a ilusão de que é o sujeito que promove a produção do mundo material, por outro lado, para o proletariado:

Para o proletariado, porém, a propriedade representa instabilidade intrínseca na medida em que as suas necessidades mais elementares dependem das vicissitudes do processo de produção capitalista. Como “lado negativo da contradição”, o proletariado vive de forma imediata a apropriação do sujeito pelo objeto (capital, máquina, etc), e tende a negar a sua situação de classe de diferentes modos.

(...) Na consciência operária coexistem conflitantes esses dois estados: a apatia gerada pela reificação e a inquietude de sua situação de classe. (Frederico, 1978, p. 25)

Em Lukács, os interesses de classe não estão nas práticas de classe e, sim, nas estruturas sociais preexistentes (*apud* Frederico, 1978, p.25). A situação de classe objetiva do proletariado permite o conhecimento da totalidade; é ao mesmo tempo sujeito e objeto do próprio conhecimento.

Os ocupantes estão em uma situação de classe que lhes permite a elaboração de um projeto em função da extinção das classes sociais; mas é necessário, primeiramente, que se tenha a consciência de classe, no sentido consciente da situação histórica, em aproximação constante da totalidade para a sua modificação, e não o pensamento do indivíduo como forma

de cristalizar valores, pois, assim, não consegue imprimir uma direção consciente à transformação social. O pensamento do indivíduo é importante na medida em que se relaciona com a consciência de classe, fazendo a mediação entre o homem e a história.

Os ocupantes do “Pinheirinho”, certamente, passaram por um momento no processo de produção capitalista que tocou seus interesses de classe, com a decisão de participar da Ocupação pela questão da moradia e, a partir desse interesse imediato, organizaram-se coletivamente, instituindo a sua formação com um caráter de classe.

Resta saber sobre as mudanças no processo de consciência dos ocupantes. As aproximações à totalidade podem ser contínuas ou por saltos. Como essas aproximações não acontecem de forma linear, pode ocorrer uma cisão entre o interesse imediato de moradia dos ocupantes e o seu objetivo final, que se traduz na busca pela força social e política.

Diante desse processo, existe uma “linha tênue” entre a direção da consciência de classe ou da direção de não revelá-la. No caso da atuação da Ocupação pelos interesses imediatos, perdendo os objetivos finais, ela poderá atuar como um freio à evolução da consciência e transformar-se num dado psicológico, mantendo o movimento na espontaneidade e impedindo sua mudança orientada para a totalidade. Por outro lado, se ocorrer uma aproximação à totalidade, poderá se formar uma práxis constante na sua situação de classe em face à relação de classe: dominada e dominadora.

Segundo Lukács, a aceleração da consciência nesse processo se daria pela categoria dos saltos, através da consciência de classe do proletariado chamado a dominar, a autoconsciência da humanidade (*apud* Frederico, 1978, p. 33). Isto só poderia ocorrer nos momentos de crises inerentes ao modo de produção capitalista. Frederico descreve a linha da autocrítica de Lukács, quando busca se aproximar de Lênin:

(...) Ao relacionar o desenvolvimento da consciência operária às vicissitudes da prática social, ele formula a necessidade de se trabalhar com o conceito leninista de *Partido* para que o tema da consciência possa ser tratado de uma forma correta. (...) (Frederico, 1978, p. 37)

A concepção leninista nasceu da experiência direta com uma classe operária combativa e desorganizada, que só poderia se realizar como “sujeito da História” quando organizada pela vanguarda. Como mediação entre a teoria e a prática, o partido político é o elemento capaz de exprimir de forma mais clara possível o processo inconsciente da luta de classes que graças a ele se torna consciente. (Frederico, 1978, p. 38)

A atuação política da Ocupação não se mantém apenas com as reivindicações imediatas ou somente pela moradia, existe um programa que as amplia para uma luta mais geral, com outros movimentos, organizações e partidos políticos e que questionam o modo de produção capitalista e apontam para a construção de uma sociedade pautada no socialismo. Descreve-se um trecho do programa político da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), entidade à qual a Ocupação é filiada:

“Pela luta, enfim, contra toda forma de exploração e opressão do capitalismo. Por isso, defendemos um governo dos trabalhadores que construa uma nova sociedade, socialista”.³

Importante a elaboração inicial de Lênin referente à formação da consciência sindicalista, em que os operários se unem para defender seus interesses imediatos, não poderiam sozinhas chegar à consciência social-democrata. A citação de Frederico é esclarecedora para explanar a passagem da consciência sindicalista para a consciência política:

A passagem da consciência sindicalista para a consciência política só se realiza através da “importação” da teoria efetuada pelo partido. Este tiraria a luta operária do âmbito puramente econômico (sindical) para o político, e a consciência operária do nível espontâneo (que não vai além das oposições sociais) para o nível da compreensão política das contradições inerentes à sociedade capitalista. (Frederico, 1978, p. 39)

³ Disponível em: http://www.conlutas.org.br/downloads/concepcao_programa.pdf. Último acesso em 06 de janeiro de 2009.

Frederico aponta que Lênin, assim como Luckács, também reviu sua posição em relação ao estudo da consciência de classe. Indicaram um caminho comum: “a vinculação dialética que deve existir entre a prática social e a consciência”.

Diante dessas elaborações sobre a consciência de classe, é necessário perpassar pela história dos ocupantes em sua relação com o trabalho e com a qualificação profissional, evidenciando as experiências desse processo em São José dos Campos.

Podem-se observar as tentativas dos ocupantes em qualificarem-se profissionalmente, através de cursos relacionados às necessidades das indústrias do município. Tentativas que nem sempre foram alcançadas, já que muitas vezes as necessidades sócio-econômicas das famílias eram imediatas, precisavam ser supridas e a situação financeira não permitia.

O estudo realizado por Santos (2004) sobre a reprodução da pobreza urbana no Vale do Paraíba, em seu trecho paulista, com enfoque em São José dos Campos, município de maior expressão econômica da região, sinaliza a precariedade da moradia como um dos aspectos que caracteriza a situação de pobreza; aponta também para outros fatores como a precariedade de atendimento público de saúde e a fome. Tais aspectos ressaltados pela autora são constituintes do conjunto de fatores que levaram os ocupantes do “Pinheirinho” a se organizarem em busca de uma vida com direitos sociais, já que muitos fazem parte desse processo no município.

A autora acredita que é no locus da moradia que ficam evidenciados o alcance ou a ineficácia e até mesmo a inexistência das políticas sociais nas diversas manifestações das populações pauperizadas. Destaca a precária condição de vida observada na inadequação ou ausência de moradia, nos quadros de doença da família, na falta de atendimento em postos de saúde públicos, na fome e na calamidade.

O problema da moradia precária ou até mesmo a sua falta para a população mais pauperizada é histórico na sociedade brasileira. Nos anos 70, com a política habitacional do

governo militar, por meio do BNH e do Sistema Financeiro de Habitação, o problema era agravado pelo processo de urbanização característico do período que inchava as cidades.

Santos descreve trechos sobre o pensamento de Engels a respeito da moradia:

Friedrich Engels, em *A questão da habitação*, obra escrita 27 anos após a publicação de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, debate com os sociais reformadores e pequenos burgueses acerca desta questão. Em crítica aos projetos de Proudhon para a solução da questão da habitação, demonstra que é impossível resolvê-la no capitalismo. (1988)

Para Engels, a crise habitacional que atingia os trabalhadores e uma parte da pequena burguesia era um problema secundário resultante do modo de produção capitalista naquele momento histórico, o que entendemos não ser diferente na atualidade, já que as formas de exploração da classe trabalhadora, em sua essência, continuam as mesmas. (Santos, 2004, p. 33)

Santos considera que a habitação além de possuir valor de uso quando compreendida como abrigo e segurança à família, tem também implícito o valor de troca, na medida em que é uma mercadoria passível de comercialização. Assim, a habitação não se desvincula da produção e é na cidade que essas relações de consumo são objetivadas.

Nesta lógica, é possível considerar que a Ocupação representa um problema estrutural, envolvendo a exclusão dessas populações empobrecidas de ter acesso à moradia, em decorrência do mercado imobiliário e da falta de políticas sociais, principalmente, de habitação.

Em relação ao trabalho, há que se considerarem os resultados de flexibilização trabalhistas trazidos pelo neoliberalismo. Com a reestruturação produtiva, a região do Vale do Paraíba sofre com as demissões em massa e o desemprego, atingindo a força e a organização dos movimentos sindicais.

A autora cita dados importantes acerca da realidade de trabalho industrial no município e sobre o distanciamento do período dos anos de 1950 e 1970, evidenciando a realidade de alguns ocupantes que participaram desse processo de migração e de queda dos empregos na indústria, com interferências diretas em suas vidas:

Ainda segundo dados a SEADE, podemos verificar como os anos de ouro da industrialização no município, entre as décadas de 1950 e 1970, em São José dos Campos, que atraíram muitos migrantes ao município, ficaram distantes: do total de empregos ocupados no município, no ano de 2000 – 116.615. Apenas 47.499 eram da área da indústria, ou seja, menos de 50% do total, o que nos ajuda a visualizar um aspecto importante acerca da realidade atual do município. (Santos, 2004, p. 39)

Seguindo as determinações do processo do capital, desde o início da década de 1990 o Vale do Paraíba vem sofrendo os impactos da transição à acumulação flexível. Dados da Fundação SEAD demonstram que, entre os anos de 1990 e 1993, o número de empregos caiu, de 128.116 vagas, para 99.447, equiparando-se, proporcionalmente, ao índice de crescimento observado no decorrer da década de 1980. (Santos, 2004, p. 49)

Alguns exemplos das mudanças que ocorreram nas relações de trabalho na região afetaram diretamente as condições de vida dos trabalhadores, com o desemprego e com a queda do nível de emprego: algumas empresas como a Alpargatas e a Tecelagem Parayba fecharam em 1990 e 1993, respectivamente, após longos anos de atuação no município; em 1992 a EMBRAER, maior empresa do ramo aeronáutico, foi privatizada; e em 1995 a Rodovia Presidente Dutra também foi privatizada.

As mudanças sócio-políticas da região decorrem desse processo de mudanças das relações sociais de produção, haja vista o aumento da pobreza para a população trabalhadora na região.

O estudo de Santos indica a reprodução da pobreza, como um ciclo. As ações do Estado foram voltadas para o discurso da “solidariedade”; os projetos sociais paliativos não representam a ação de políticas sociais efetivas para atender as expressões da pobreza causadas pelo projeto neoliberal, em meio à crise do capitalismo.

O neoliberalismo favoreceu a reorganização do capital para o aumento dos lucros e penalizou os trabalhadores:

(...) os trabalhadores continuam sobrevivendo em habitações precárias, sem saúde pública, sem condições adequadas de alimentação, sem emprego formal, e freqüentando escolas que não cumprem os objetivos de ensino, devido ao alto nível de degradação física e pedagógica. (...) (Santos, 2004, 60)

Os apontamentos da autora, em relação à saída desse ciclo de reprodução da pobreza é a organização do movimento operário para a sua emancipação frente ao capital. Porém, sinaliza para as dificuldades dos setores empobrecidos para uma organização sindical efetiva, considerando a flexibilização do trabalho, como o trabalho temporário, o trabalho doméstico, entre outras situações precárias.

Nos termos de Marx a população trabalhadora excedente torna-se um exército industrial de reservas e é produto necessário para a acumulação e para o desenvolvimento da riqueza no capitalismo. A acumulação de riqueza traz também como suas expressões a pobreza e a miséria, não só material, mas humana:

“(...) acumulação da riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital”. (*apud* Santos, 2004, p. 74)

Assim, é necessário considerar a batalha desigual no mercado de trabalho para os que vivem na pobreza e lutam contra o desemprego. Para os ocupantes do “Pinheirinho” a escolaridade é necessária para o enfrentamento ao desemprego e em suas trajetórias serviu como impedimento para a qualificação profissional, pois apresentam um histórico educacional com baixa e incompleta escolaridade, que não fornece base para um desenvolvimento intelectual capaz de acompanhar o desenvolvimento tecnológico da cidade:

Estudei até a 3ª série, uma vez, comecei a fazer um curso para eletricista para arrumar um emprego, mas aí tudo era difícil, eu já tinha as filhas, não tive dinheiro para continuar. Hoje não trabalho porque machuquei a minha mão quando tava como pedreiro e já estou esperando há um ano e meio para fazer a cirurgia. Arrumar emprego é como ganhar na mega sena. (R.N., 2008)

Faz um mês e quinze dias, eu fiz um curso pra trabalhar na Petrobras. Tô fazendo bico, descarregando caminhão de gesso. Também tô vendo um emprego em outro açougue, eu já trabalhei em um. (A.J.S., 2008)

Alguns ocupantes apresentaram a sua história de trabalho em indústrias no município e lembraram dos cursos técnicos que fizeram pelas empresas, valorizando a capacitação

profissional que tiveram. Situação que certamente não os livrou do desemprego, mas lhes deu a esperança de retornar ao mercado de trabalho formal exercendo sua profissão.

Acho importante fazer cursos para acompanhar o mercado de trabalho, eu tenho bastante cursos, quando eu trabalhei na Embraer fiz informática, digitação, mecânico de manutenção, eletricista, controlador de qualidade e relações humanas. Fui demitido porque era da CIPA, estou com processo de reintegração. (C.L.B., 2008)

A história profissional da maioria das pessoas foi marcada pelo trabalho no campo, na área da construção civil, no trabalho doméstico, entre outras profissões/ocupações que fazem parte do “mundo do trabalho informal”: trabalhos desprovidos de direitos trabalhistas.

Problemas na educação foram também colocados pelos ocupantes, abordando o aspecto da discriminação. Não bastasse a situação sócio-econômica precária, os ocupantes sofrem situações discriminatórias, sendo estigmatizados pelo grupo que possui valores dominantes. Discriminação, diziam eles, a respeito dos profissionais da educação:

(...) por morarmos no Pinheirinho, acham que estamos morrendo de fome e temos que ser humilhados. (R. N., 2008)

Tem escola que não quer aceitar quem mora na Ocupação, falam que não é área de abrangência (...). Aqui todas as crianças têm que ta na escola, quem não conseguir direto na escola, fala com a administração que vai conseguir a vaga, porque eu vou lá e pergunto se o motivo de não ter vaga é por morar no Pinheirinho. Hoje é mais fácil, nós já fizemos passeatas nas escolas, reuniões na UBS do União e na COMAS para conseguir o atendimento (...). Agora a escola manda carta para a administração quando as crianças têm faltas, as mães tem que dar banho e comida antes da escola. (M.S., 2008)

Assim, a garantia do acesso à educação acontece, principalmente, por ações reivindicatórias dos ocupantes nas escolas, através da organização coletiva para a efetivação desse direito, principalmente das crianças e adolescentes, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no art. 53, caput I e V.

ART.53 – A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola:
- V – acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência. (LEI 8.069, 1990)

Sposito (1992) discorre sobre essa forma de organização para a garantia do acesso à Educação, quando nos remete à formação da escola secundária brasileira; desde suas origens, constituiu um tipo de ensino destinado à formação de minorias e ao seu encaminhamento para os cursos superiores, sendo quase que exclusivamente privado, necessitando, mais tarde, da expansão da rede educacional devido aos diversos interesses e conflitos que permearam essa conjuntura.

A autora visualiza esse processo empreendido como tarefa do Estado em condições conflitantes pela ausência de recursos, pelas controvérsias causadas em setores da Educação e, principalmente, pelas fortes pressões das camadas populares que o exigiam. Ocorreu em meio às contradições de diferentes grupos sociais e projetos políticos, na disputa pela direção da sociedade. Sposito considera que o momento de crise política do país favoreceu a manifestação dos grupos populares no processo de reivindicações frente às condições de vida e aos seus limites:

A presença das classes populares no quadro da crise política vem acompanhada de certo grau de inconformismo frente às condições de vida e aos limites estreitos que poderiam ser expressos seus interesses. Por sua vez, esse inconformismo desencadeia a ação do Poder Público no sentido da incorporação de pressões por elas exercidas, no mínimo levando em conta como “parcerias” necessárias do jogo. (Sposito, 1992, p. 16)

Com a concepção das classes dominantes, o ensino secundário era destinado a uma minoria pertencente às elites, servia ao desenvolvimento de capacidades e talentos. Na visão das classes populares, a apropriação e reinterpretação dessa concepção serviram como uma alternativa para a superação de sua condição material de existência e implicou em uma conquista.

Com as reivindicações e lutas populares a escola secundária deixou de ser um privilégio de poucos e passou a ser um patrimônio de grande parte da sociedade, contudo, apresentou limites quando não significou necessariamente mudanças na condição material das classes populares.

Um desses limites foi a inadequação das condições físicas e pedagógicas que foram implantadas para responder à ampliação rápida de vagas devido às reivindicações populares e aos interesses políticos do período da década de 60.

Sposito trata dos limites e contradições desse processo de expansão do ensino secundário e demonstra os aspectos que o envolveram; entre eles, até 1930, o da discriminação escolar, segundo o qual a educação secundária era um luxo aristocrático que devia ser abandonado pelo Estado à iniciativa particular. Com o argumento de que enquanto não fosse resolvido definitivamente o problema do ensino primário, enquanto não se matriculasse em escola alfabetizante o último menino analfabeto, não devia o Estado preocupar-se com a educação secundária.

Em relação ao aspecto discriminatório, é interessante discorrer sobre a argumentação de desresponsabilização do Estado frente às necessidades educacionais das classes populares.

A citação de Sposito é esclarecedora quando trata da eclosão de movimentos sociais em caráter urbano pela ineficiência da ação do Estado no sistema capitalista de produção:

A eclosão dos movimentos sociais pelas reivindicações de caráter urbano não é fenômeno exclusivo da sociedade brasileira. Estudiosos de problemas gerados pelo crescimento urbano em países europeus de formação capitalista avançada também confirmam a insuficiente intervenção do Estado na gestão dos bens de consumo coletivo. Esses limites da ação do Poder Público explicitariam, de acordo com esses estudos, determinações estruturais na medida em que os investimentos estatais concentram, prioritariamente, os recursos em área exigida pela acumulação do capital (por exemplo, obras viárias), em detrimento das aplicações sociais (escolas, lazer, luz, água, esgoto), destinadas à infra-estrutura urbana. (...) (Sposito, 1992, p. 177)

Nesse processo, as reivindicações por melhorias urbanas dos movimentos sociais provocam mudanças nas orientações do Estado para a implementação de políticas sociais destinadas “aos bens de consumo coletivo”, usando termos da autora, e refletem o grau de insatisfação das classes populares.

1.4 A Ocupação e a Política

A Ocupação apresenta essas dificuldades quando pressiona a Administração Pública e provoca repercussão em outros setores da sociedade que passaram a ter a percepção dos problemas que afligem os ocupantes.

Cita-se, como exemplo, o período das eleições municipais no ano de 2008, nos três meses que as antecederam: a Ocupação expressou no debate eleitoral os problemas da Administração Pública como a falta de habitação, a falta de vagas em creche, o longo período de espera para atendimentos com médicos especializados, entre outros.

O debate político sobre a Ocupação envolve diferentes forças políticas na relação com sindicatos, partidos políticos, entre outras entidades de organização do movimento popular. A Ocupação desempenha importante papel no município com a sua participação em congressos, atos públicos e outras atividades significativas politicamente e expressa a necessidade da efetivação dos direitos reais de forma coletiva, ocasionando mudanças importantes na vida dos ocupantes desde o seu ingresso na Ocupação.

Muitos ocupantes levantam o aspecto econômico como um fator objetivo para justificar sua participação nessa Ocupação. A tranquilidade de não terem a preocupação com o pagamento do aluguel, água e energia elétrica, sem terem condições financeiras e um trabalho para efetivá-lo.

Vim morar no Pinheirinho porque não tinha onde morar, nem como pagar água e luz. (N. S., 2008)

Aqui eu não pago aluguel, água e luz. Agora quero ter a casa própria. (J.A.A., 2008)

Conheci a vida com dificuldades e a luta pela vida. Tenho a tranquilidade de não ser despejada por falta do pagamento do aluguel. (M.G.C., 2008)

A cultura interna da Ocupação foi se construindo no sentido da consciência das “dificuldades da vida” e é coletiva, propõe a alternativa de poder lutar pela vida em uma

organização que lhes transmite a força e a tranqüilidade de não serem despejados por falta de pagamento do aluguel da casa.

As dificuldades cotidianas são entendidas pelos ocupantes como um fator secundário, que não lhes traz transtornos, haja vista a falta de instalação de água ou energia elétrica pelos órgãos responsáveis. A ligação de energia elétrica é feita de forma irregular e o acesso à água se dá através de ligações que permitem o acesso por mangueiras de uso coletivo, onde as pessoas têm que percorrer trajetos com baldes para abastecer suas casas com o objetivo de preparar os alimentos, fazer a higiene pessoal e limpeza da casa.

Temos uma instalação de luz não oficial, a água não é encanada, quando quero busco na torneira. (C.L.B., 2008)

Aqui é um lugar bom, só precisa de água e luz. (...) (M.A.S.,2008)

(...) é gato, os funcionários da Bandeirantes ajudaram a fazer a ligação do lado de fora, junto com os moradores, mas sem a empresa saber. A água também é gato, tem uma torneira na pista que vem para Ocupação. (M.A.S.,2008)

Existe um clima de insegurança entre os ocupantes que é permeado pela possibilidade de remoção das famílias da Ocupação. Nesse sentido, representa uma ambigüidade da situação: por um lado a tranqüilidade do acesso à moradia sem um despejo individual e, por outro, a possibilidade de sofrer um ataque coletivo que possa causar a falta de moradia, combinada com um massacre de todas as famílias, com a retirada forçada de todos.

A saída é encontrada pela crença no “Divino” e na força da “luta coletiva”: na medida em que não acreditam que a “injustiça” que vivem pela falta de acesso seja permanente, pensam na possibilidade de uma vida em que todos tenham acesso aos direitos sociais reais.

Nesse aspecto das crenças dos ocupantes e da sua forma de organização, encontram-se características dos movimentos messiânicos que merecem ser evidenciadas. É necessário explicitar que serão tratadas apenas algumas características comuns dos movimentos messiânicos com a Ocupação, sem a distinção da diversidade apresentada por cada

movimento messiânico construído historicamente, pois não remete ao objetivo deste trabalho. A base teórica dessas elaborações foi feita a partir do estudo realizado por Queiroz (1965).

As crenças messiânicas pressupõem a necessidade de salvação terrena, manifestando uma reação pautada em relações de dominação-subordinação, anunciam uma retomada de iniciativa da sociedade dominada e manifestam uma tentativa de reorganização social. A formação do grupo messiânico é a concretização do desejo de acabar com a situação de dominação-subordinação.

Nessa relação de dominação-subordinação o grupo dominado apresenta ambigüidades nas atitudes com o grupo dominante, que se juntam na repulsa e na aceitação; são ambigüidades manifestas no nível da cultura e da organização social, pela aceitação ou rejeição de instrumentos, objetos materiais e de comportamentos socioculturais.

O messianismo não se configura por idéias de resignação e conformismo porque aponta para a necessidade de um futuro melhor, com idéias definidas de como sanar as imperfeições. Os grupos se organizam por meio da ação para conseguir os benefícios que almejam, tendo a atividade como uma de suas características principais, uma atividade criadora e real. A liderança se compõe na medida em que há um reconhecimento coletivo: “o messias”.

O estudo dos movimentos messiânicos pressupõe a consideração dos elementos diferentes de cada um; estão relacionados à sua composição, à posição e às relações sociais. Esses traços devem ser considerados no seu contexto cultural, que é único. Assim, também devemos considerá-los na Ocupação do “Pinheirinho”.

Historicamente, São José dos Campos contou com a busca dos fazendeiros por força de trabalho para o cultivo do café, no século XIX, quando foi fomentado o processo de imigração: os trabalhadores eram trazidos de fora do país para trabalhar nas fazendas de café. Os efeitos urbanizadores do café tornaram o Estado de São Paulo um dos principais mercados

de capitais e de trabalho. Os trabalhadores foram atraídos para o Estado de São Paulo, oferecendo sua força de trabalho em troca de remuneração. Houve investimentos do governo na cafeicultura em atividades para o crescimento econômico de São Paulo, o que possibilitou o processo de industrialização e teve grande peso no desenvolvimento econômico e evolução urbana. Com a industrialização, São José dos Campos se transformou em um pólo industrial e atraiu imigrantes, principalmente da região Nordeste e da região Sul do Estado de Minas Gerais.

A participação de alguns ocupantes no processo de imigração em São José dos Campos foi devido à necessidade de trabalhar nas indústrias e obter as condições necessárias de vida para a família; é observado que houve um rompimento com as suas próprias origens culturais, em caráter de resposta à precariedade sócio-econômica das cidades ou Estados onde viviam, configurando-se também pela relação com as questões estruturais.

As condições de vida dos ocupantes pressupõem não só como os ocupantes vivem, mas também as relações que estão dentro e fora da Ocupação, bem como as relações de poder, solidariedade, violência, vizinhança, exploração entre eles, sem contar com as situações de violências externas, do Estado, como a de repressão e a falta de moradia, por exemplo.

A crença na busca por um mundo melhor não se constitui apenas pelo objetivo final com a conquista da moradia e dos direitos sociais; é preciso considerar as diferenças entre os ocupantes que se expressam nas relações entre os membros da Ocupação.

No interior da Ocupação existem organizações religiosas que influenciam os ocupantes. Em Assembléia, a Coordenação da Ocupação informou a necessidade do comparecimento dos pastores da Igreja Evangélica para discussão, tendo em vista que estes têm incentivado os moradores a não participarem das ações coletivas do movimento, servindo como um instrumento de desmobilização. Caso não comparecessem, estes seriam expulsos da Ocupação. É curiosa a informação de uma das coordenadoras de que essas igrejas têm

aumentado a cada dia e a organização não tem o número exato de Igrejas Evangélicas; seus pastores residem no interior da Ocupação. A Igreja Católica realiza a missa dentro da Ocupação às sextas-feiras. Tais religiões são representadas na Coordenação do movimento por alguns de seus membros.

A eleição da Coordenação da Ocupação é feita a partir do envolvimento e participação dos ocupantes nas atividades políticas de organização interna e externa. No processo de eleição da Coordenação existe a indicação de membros ou a sua própria indicação; as votações são realizadas nos setores e em assembléias gerais, organização que permite expressar a coletividade. Alguns líderes pertencem a um partido político, inclusive, com a candidatura da principal liderança para vereador no município nas últimas eleições; este, é ocupado em resolver também questões práticas da vida diária, solucionando problemas sócio-econômicos e políticos. É importante evidenciar que, assim como a composição da Ocupação, a Coordenação também é composta em sua maioria por mulheres.

As reuniões acontecem semanalmente nos setores. Os setores são divididos com base na territorialidade; os ocupantes se reúnem semanalmente para discussões políticas e organizativas, os encaminhamentos específicos são feitos nessas reuniões. As votações mais amplas são levadas para a Assembléia Geral aos sábados.

Os terrenos não são repassados individualmente, apenas para famílias. Quando uma família entra, recebe o prazo de um mês para a construção da casa, de preferência de alvenaria. Caso a construção seja de tábuas ou outro material, há um incentivo para que a pessoa busque a construção preferencial. É preciso, ainda, cercar o terreno e participar das reuniões, só assim o cadastro será feito.

A busca para ocupar terrenos pela população é constante. Quando não existem vagas, a família aguarda e é procurada pelos organizadores assim que surgir. O critério da “necessidade” é fundamental para a ocupação da família; caso a pessoa já possua uma casa,

ela não pode ocupar; as pessoas em situação de rua, que sofrem violência doméstica ou que são encaminhadas pelo Serviço Social do município têm preferência.

É importante evidenciar que não existe um fluxo regularizado pela Administração Pública do encaminhamento de famílias à Ocupação.

1.5 Fundos Financeiros da Ocupação, Normas e Apoios Sócio-Políticos

Para a manutenção financeira da Ocupação existe uma arrecadação entre os ocupantes, é voluntária e de acordo com a consciência de cada um, sendo que a prestação de contas é aberta para os ocupantes que podem ter acesso na Administração. Existe uma campanha permanente apontando para a necessidade política da contribuição. Sindicatos da região, como o dos metalúrgicos e dos químicos, apóiam com recursos para a organização de atividades políticas.

As lideranças se dedicam ao trabalho organizativo e político da Ocupação, voluntariamente, não há pagamentos financeiros. As lideranças devem conhecer bem as famílias; cada coordenador é responsável pelo acompanhamento de um setor, forma de divisão encontrada para facilitar a organização interna. A pessoa (ocupante) responsável pelo trabalho administrativo e informativo recebe uma ajuda de custo de um dos sindicatos para prestar serviços diariamente aos ocupantes.

A Ocupação tem a preocupação de que não haja uma cultura assistencialista; são feitas discussões constantes a respeito da necessidade de pagar água, energia elétrica e a prestação da casa, caso aconteça a regularização da Ocupação.

Quando a Ocupação recebe doações de vestuários, brinquedos, alimentação, entre outras, a divisão é feita a partir do critério da “necessidade”: apenas aquele que precisa recebe a doação.

Existem adolescentes grávidas e que já são mães na Ocupação. Todas devem se responsabilizar pela frequência escolar das crianças; caso não encontrem a vaga, a administração da Ocupação procura negociar com a escola. Em situações de faltas, a escola encaminha um comunicado à administração. Há orientações a respeito dos cuidados básicos com os filhos, como a necessidade da higiene e da alimentação adequada.

Nos períodos de tempo seco as famílias são orientadas a umedecer a casa para que as crianças não sofram com problemas respiratórios. Caso haja a necessidade de comparecimento aos postos de saúde, a preferência deve ser dada para o período diurno, pois no noturno existem maiores dificuldades para o acesso a um carro.

Os adolescentes e desempregados são orientados a procurar o SENAI e matricularem-se em cursos diversos. Os que não têm idade avançada e não cursaram o ensino fundamental ou o médio são incentivados a recorrer aos ensinos à distância. Para os adolescentes evadidos da escola as lideranças contextualizam a situação de vulnerabilidade social em que se encontram, enfatizando a responsabilidade dos pais.

As regras internas são fundamentais porque dão organicidade à Ocupação. São baseadas em preceitos morais e políticos: acentuam a necessidade de solidariedade, haja vista a existência de situações de violências no interior da Ocupação, seja ela relacionada ao abuso sexual de mulheres, crianças e adolescentes ou como uma consequência do narcotráfico que colocam em risco o objetivo social e político da organização. A definição das regras é feita em Assembléia Geral, sendo em algumas situações definidas pela Coordenação com prévia discussão nos setores.

Quando acontece violência doméstica de homens contra mulheres, crianças e adolescentes, por exemplo, é feita uma notificação à Coordenação. As lideranças instauram um processo de averiguação, que é feito de maneira coletiva, não pode ser averiguado apenas por um membro da Coordenação, por medida de segurança; se confirmada a violência, o

agressor é expulso e a família muda-se para outro local no interior da Ocupação, na tentativa de protegê-la. A Coordenação encaminha, ainda, a família para atendimento no Conselho Tutelar para os encaminhamentos necessários às crianças e aos adolescentes na rede de proteção social.

Os ocupantes, em especial as lideranças, vivem constantemente em situações de tensão; são investigados e ameaçados, quando não sofrem violência; precisam sempre pensar e planejar medidas de segurança. Bem como coloca Lobo em seu trabalho na citação de uma ocupante:

(...) Olha a gente se organiza como pode, ele vem armado e nossas armas é uma arma que Deus deu (...) então a gente recorre a justiça, os advogados. (...) Já veio polícia, já veio tropa de choque pra cortar água, cortar luz, entramos na justiça foi proibido. (...) A gente fica abalado, as vezes vai muita gente embora, às vezes não vai ninguém e nois se controla e se segura, nois aqui nois num sai e ninguém sai (...) Mais nois tem que se organizar, tem que nois é ser humano, temos nossos direitos, tem que lutar por aquilo que a gente quer. (...) É por isso que acontece de o pessoal não ter a sua casinha, num ter direito as suas coisa, por causa de não se organiza, acha que é favor. Como nois tamo organizado aqui dentro o pessoal já sabe o que é nossa organização cada dia que passa, a gente está mais firme e mais lutador. (...) Por que daqui nois só sai se for pro cemitério e tem que levar gente de lá de fora também. (...) Por que é cidade regras, é cidade rica, é só pros poderosos, pobre não tem direito a nada, eles só quer esconder os pobres. (...) Só olha pra você em época que precisa de eleição, que ta com o nariz cheio de ranho, eles abraçam, eles beijam, alimpam o nariz da criança com a mão, aí ganhou, nem lembra se você existe na face da Terra. (Lobo, 2006, p. 27)

Em relação ao narcotráfico, existem orientações constantes aos ocupantes pelas lideranças, pois houve invasões da polícia devido a situações isoladas de suspeita do envolvimento de pessoas que colocaram a organização em risco. As autoridades usaram essas situações para criminalizar a Ocupação. A Coordenação entende que as pessoas estão na Ocupação pela questão da moradia e não para o seu uso em detrimento do narcotráfico.

As experiências a esse respeito mostram que em caso de invasões da polícia não há um comportamento homogêneo das pessoas, mas existe uma resposta expressiva dos ocupantes que defendem a Ocupação, na medida em que se organizam coletivamente para expulsá-la em uma relação de defesa do objetivo comum e da solidariedade.

(...) Primeiramente é Deus, traficante tem bens e não precisa disso aqui, eu sou uma trabalhadora que ajuda a organizar a Ocupação (...) eu quero criticar quem ficou fazendo fofocas e não ajudou (...) a polícia invadiu a minha casa com cachorro (...) nós estamos aqui pra ajudar um ao outro, não importa quem seja, é ser humano (...) até pra ir ao banheiro fui acompanhada por policial, eu não devo nada, só devo pra Deus, eu não quero que isso aconteça com ninguém, com nenhum de vocês. Quero agradecer a todos que me ajudaram. (...) (T.L., 2008)

A citação de Queiroz (1965) sobre o movimento messiânico contribui para a compreensão desta relação que se forma entre os ocupantes e desvela nesse processo o seu caráter, quando as ações se concretizam e desafiam a ordem estabelecida pelas instituições da sociedade burguesa, por exemplo, a polícia:

Falsamente conservador, o movimento messiânico é verdadeiramente revolucionário, se definirmos revolução como o ataque à ordem social existente com o fito de transformá-la. Sua função, quanto à estrutura, era nitidamente subversiva: promovia uma reviravolta e guindava ao nível superior aqueles que ocupavam os níveis inferiores, invertendo a hierarquia social existente; e quanto à organização dos padrões era inovadora, pois compunha em bases novas os comportamentos sociais. A qualidade revolucionária dos objetivos é disfarçada pela proclamação de que seguem um modelo que foram buscar no passado, o que era forçoso, dadas as fontes de valor da sociedade. (Queiroz, 1965, p.114)

Para Queiroz os movimentos messiânicos surgem quando os problemas estruturais se apresentam. Têm a crença também de que o mundo será um dia completamente transformado, anulando-se todas as injustiças, sofrimentos e opressões, desaparecendo a doença e a morte, na nova era que surge.

A Ocupação se mantém atenta para a inserção das famílias nas políticas sociais como forma de fortalecer a população envolvida para a organização política dos trabalhadores em São José dos Campos. Os ocupantes desempenham papel político importante no município quando extrapolam os limites da luta por moradia e reivindicam melhorias para a classe trabalhadora, apoiando o movimento sindical da cidade e exigindo políticas sociais de qualidade.

As lideranças da Ocupação têm objetivos políticos definidos e uma relação estreita com um dos partidos políticos envolvidos. Alguns membros da Coordenação são, inclusive,

militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), que exerce forte influência na organização política da Ocupação. Pode-se considerar que o PSTU é a liderança política da Ocupação. Assim, como coloca Lobo em seu trabalho com a citação de uma ocupante:

(...) Oh! Nois líder, conversamos com os moradores daqui e com o próprio Marrom. (...) Cada um tem uma parte aqui, cada líder cada coordenador tem uma parte, uma função. (...) O Marrom como é geral ele faz todas depois distribui para gente fazer outras coisas porque ele vai pra audiência, pra radio, o tempo dele é limitado (...) Agente tem como base o PSTU né, nós somos o Movimento MUST, tem o Toninho né, que é advogado e também um político, a gente tem o Claudio que também é um advogado, é militante do PSTU, tem o Mancha que é do sindicato que também é do PSTU, e tem o Denis e o Claudio que são advogados daqui, então eles conversam com o Marrom na segunda-feira e o Marrom vem e ele passa o que eles conversaram. (...) Agente marca dia, hora, pra fazer uma passeata se é perigo da polícia invadir aqui a gente vai pra frente, todos os moradores vem sai de suas casa e fica aqui na frente pra não deixar o polícia entrar pra num derrubar o que agente construímos com tanto sacrifício e assim que a gente se organiza é a comunicação. (Lobo, 2006, p. 25)

O PSTU tem uma avaliação dos outros movimentos sociais e tem uma relação forte com o movimento sindical, caracterizando-se como um elemento importante para estudo da Ocupação. A relação desse partido com o movimento sindical favorece o apoio à Ocupação. Essa situação a torna diferente de outras ocupações. Os quadros partidários saíram dos seus locais de militância e foram para a Ocupação ajudar na sua organização política. É importante considerar que o PSTU tem uma relação diferenciada com o governo Lula.

Assim, pode-se analisar que, pelo menos em parte, a organização e os meios de sobrevivência surgem da estratégia do partido, sem desconsiderar a história da Ocupação, que surge como um movimento espontâneo inicialmente para responder à falta ou inexistência de políticas sociais de habitação, sofrendo várias influências de outros movimentos e organizações políticas. Para a consolidação dessa liderança houve disputa entre vereadores da base governista da Administração de São José dos Campos e com o Partido dos Trabalhadores, que envolveu vários grupos políticos e movimentos do município.

O envolvimento do PSTU expressa uma inflexão do partido em função da sua posição na esquerda nacional, sua atuação começa a fazer parte também da organização de

movimentos populares, que não são operários, uma deliberação do PSTU nesse sentido. Essa política se concretiza como parte do rompimento dos sindicatos com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) para a formação da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), que aglutina não só as entidades sindicais, mas também movimentos populares como os dos sem teto, de negros, de mulheres, entre outros.

São José dos Campos é um município em que o PSTU tem uma de suas maiores forças nacionalmente; está há quatro gestões no sindicato dos metalúrgicos, o que possibilita um processo de avanço em São José dos Campos em termos de movimento.

Desse ponto de vista, é necessário aprofundar o que essa forma de organização prevê para as condições de vida dos ocupantes do “Pinheirinho”, em termos de organização política da sociedade.

A resistência da Ocupação expressa a consciência de famílias trabalhadoras em lutar contra a situação limite em que vivem, como a falta de moradia e de condições dignas de sobrevivência, colocando as diferenças entre as classes, através de enfrentamentos aos grandes proprietários.

Para muitos a Ocupação representa a descoberta de conhecimentos sobre a sociedade, sendo até mesmo levantado por alguns o conceito de divisão de classes; representa também o amadurecimento em relação à necessidade de buscar, de forma coletiva, a garantia dos direitos sociais para viver, travando uma luta pública e política. Assim, esses aspectos se configuram como “pedagógicos” e de formação política, como é comum na participação em movimentos sociais.

Em alguns depoimentos foi observada a influência de fatores subjetivos, na medida em que foram feitas transformações na visão de mundo das pessoas na relação com as condições externas construídas na Ocupação. Há relatos de ocupantes que mostram uma vida anterior de baixa auto-estima e sem vontade de viver, sem perspectivas para o futuro. Com a participação

e uma função específica na organização política da Ocupação descobriram uma nova forma de viver, resgatando a possibilidade de acesso aos direitos e o sentimento de importância na sociedade.

“A luta me trouxe gosto pela vida, motivo pra viver. Tinha vontade de morrer e hoje prefiro viver para lutar”. (V. L., 2008)

Para uma maior compreensão em torno das condições subjetivas, do fenômeno cultural estudado seria preciso aprofundar a investigação em torno da estrutura familiar dos ocupantes, o que esbarra nas limitações postas a esta pesquisa e foge do seu objetivo.

Em relação à expectativa das pessoas, relatam o desejo de permanecer na Ocupação de forma regularizada. Falam da descoberta da “luta” como um fortalecimento para a vida e a necessidade de organização para reivindicarem seus direitos, não só restritos ao problema da habitação, mas todos os outros, como a saúde, a educação, o emprego, entre outros:

(...) eu acredito, penso aqui como um bairro comum. (G.S., 2008)

Acredito na luta da Ocupação, acho que vamos ganhar o teto. Gastei R\$ 1.200,00 na construção da minha casa, foi feita com a ajuda dos meus amigos. Aqui um ajuda o outro. (A.J.S., 2008)

Pretendo fazer a minha casa e continuar a luta pelos direitos. (V.L., 2008)

Pode-se constatar a formação da identidade cultural que se constrói nesse processo de organização, a formação do sujeito político. É a reconstrução desse cenário, com a centralidade no sujeito, o qual recupera sua história e aponta para a dignidade de poder viver.

Descobri que o direito não é só para quem tem direito de verdade, aprendi que o pobre tem direitos e quero colocá-los em prática. (V. L., 2008)

Quero lutar com outros trabalhadores que têm direitos, não só no Pinheirinho, mas em outros lugares. Na defesa das pessoas pobres, independente de conseguir habitação. (R.N., 2008)

Acredito que vamos conseguir o teto com fé em Deus e pela luta. (M.G.S., 2008)

Vamos conseguir com fé em Deus e nas pessoas que lideram e moram na Ocupação. (J.A.A., 2008)

Com essa exposição a respeito da trajetória dos indivíduos é possível verificar os diversos caminhos históricos percorridos para a construção da cultura da Ocupação. É possível percorrer por cada depoimento e verificar que o processo cultural da Ocupação apresenta variados caminhos histórico-culturais.

Os sujeitos passaram por várias cidades e Estados percorrendo diversas culturas, o que possibilitou mudanças na dinâmica das condições objetivas e subjetivas no processo de construção da cultura da Ocupação.

É difícil afirmar que todos os ocupantes partiram das mesmas causas para participar da Ocupação. É preciso aprofundar a investigação em torno da história de cada um para entender o real motivo que levou à sua participação. Por outro lado, é evidente que uma das causas principais se refere à falta de moradia, situação que nem sempre leva os indivíduos a ocuparem uma área para terem acesso à garantia desse direito, se não for relacionada com outras causas no processo sócio-histórico-cultural e subjetivo.

É notório que os ocupantes possuem uma história de busca pelo trabalho e por garantia de direitos sociais, tendo uma relação com o processo migratório do Estado de São Paulo que aconteceu com a industrialização no Vale do Paraíba, região de São José dos Campos.

Sou de Salgueiro/PE, tô em São José por causa do meu marido que veio para trabalhar. (J.A.A., 2008)

Trabalhava na agricultura e como pedreiro em Arapiraca/AL, escolhi aqui por causa das indústrias, para procurar emprego. (R.N., 2008)

Com a busca da história dos ocupantes e do ambiente em que vivem pretendeu-se nesse capítulo ter como base a própria realidade e manter o foco dessa investigação na dinâmica da Ocupação, sem desconsiderar os fatores subjetivos dos indivíduos.

Foi possível iniciar uma investigação da Ocupação. Ressaltando a necessidade de observar os fatores internos, em uma realidade extremamente dinâmica, tendo a preocupação com a condição histórica.

A Ocupação aponta para a possibilidade da moradia a partir do conflito de interesses de um setor da população de São José dos Campos; mostra o seu caráter de classe, como a demonstração de força que tem a mobilização de trabalhadores que rompe com a cultura do assistencialismo e busca força em uma organização coletiva e de classe na construção de um projeto político mais amplo que aponte para uma vida de igualdades sociais.

Aqui pude conhecer uma sociedade dividida em classes. (C.L.B., 2008)

Nós incentivamos a pegar a cesta básica na COMAS só quando necessário. Não queremos assistencialismo, queremos pagar a taxa da casa, água e luz quando for regularizado. (M.S., 2008)

Tendo como inacabada esta investigação, é preciso dar continuidade ao estudo da organização e sustentação da Ocupação do “Pinheirinho” a fim de evidenciar como se mantém essa organização coletiva para a conquista de direitos sociais, fundamentalmente, pela busca da moradia.

2. CAPÍTULO – O COTIDIANO

É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho.

De observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias.

Sonhos, acredite neles.

Lênin

Este capítulo tem como objetivo retratar o cotidiano dos ocupantes e a expectativa de permanecerem na Ocupação. O estudo foi realizado através de uma análise que propiciou conhecer a solidariedade entre seus membros. Tais elementos também compõem o desvelamento de aspectos da organização e da sustentação da Ocupação.

A Ocupação se concretizou de forma objetiva na vida social dos ocupantes, com a finalidade premente da moradia. As situações sócio-humanas, as relações e situações humanas são mediadas pela Ocupação e formam as circunstâncias vividas pelos sujeitos envolvidos.

Essa circunstância forma a unidade das forças produtivas, a estrutura e as formas de pensamento que se constroem na Ocupação. O pensamento de cada um em relação à forma de conseguir alcançar o objetivo da moradia pode se objetivar em diversas posições, que são concretizadas nas ações realizadas pela Ocupação. Em Marx (*apud* Heller, 2008, p.12), a relação da causalidade e da finalidade são os fatos ontológico-sociais.

O processo histórico foi considerado como norteador dessa análise. Os ocupantes são responsáveis pela construção e transmissão da estrutura social que se formou na Ocupação,

expressando a totalidade das relações sociais e da “essência humana”, nos termos de Marx, que se caracterizam como a própria história na continuidade de toda a heterogênea estrutura social e dos valores.

Na heterogeneidade da história que forma a estrutura social nas esferas da produção, das relações de propriedade, da estrutura política, da moral, foi destacada neste capítulo a esfera da vida cotidiana dos ocupantes.

A citação de HELLER (1992) é esclarecedora para o entendimento da relação estabelecida entre as diversas esferas, inclusive referindo-se ao tempo histórico:

(...) Não existe entre as esferas heterogêneas nenhuma hierarquia universal, nenhuma relação universal de essência e aparência. O desenvolvimento das forças produtivas é uma instância primária com relação ao desenvolvimento da estrutura total da sociedade; mas essa afirmação não implica em nenhuma articulação do tipo do par essência aparência. Tão-somente num ponto concreto, a partir do ponto de vista de tarefas e decisões dadas com relação a fins concretos, produz-se uma hierarquia entre as esferas heterogêneas.

O tempo é a irreversibilidade dos acontecimentos. O tempo histórico é a irreversibilidade dos acontecimentos sociais. Todo acontecimento é irreversível do mesmo modo; por isso, é absurdo dizer que, nas várias épocas históricas, o tempo decorre em alguns casos “lentamente” e em outros “com maior rapidez”. O que se altera não é o tempo, mas o ritmo da alteração das estruturas sociais. Mas esse ritmo é diferente nas esferas heterogêneas. É esse o fundamento da desigualdade do desenvolvimento, que constitui uma categoria central da concepção marxista da história. (HELLER, 1992, p.3)

Do ponto de vista de Heller, entende-se que as referidas esferas, heterogêneas e hierárquicas em suas relações recíprocas, até mesmo na relativa homogeneidade, são articuladas com a relação aparência-essência. Assim, é possível considerar que atualmente a estrutura e os valores formados na Ocupação pelas relações do cotidiano colocam-se essenciais para a vida social dos ocupantes e, em outro momento histórico, poderá emergir em profundidade, dando lugar a outra estrutura social.

O decurso da história da Ocupação é também o processo da construção de alguns valores e da degeneração de outros, o que reflete na sua estrutura, modificando os conteúdos das esferas envolvidas.

Diante desse debate a respeito de valores é fundamental entender conceitualmente o que é valor. “Tudo aquilo que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou mediadamente, para a explicação desse ser genérico”, escreveu Heller. É importante então estabelecer os componentes dessa essência humana, bem como estabeleceu Marx (*apud* Heller, 2008, p. 15): trabalho (objetivação), a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade. A essência humana se realiza nas possibilidades inerentes à humanidade de forma gradual e contínua. Assim, Heller classifica o valor como uma categoria ontológico-social e com objetividade social, como expressão e como resultado das relações e situações sociais.

Na realidade social dos ocupantes foi possível observar a concretização também de determinados valores, que se objetivaram na consciência de realizar a ocupação de uma propriedade privada.

A formação dessa moral aconteceu nas relações das atividades humanas e colocou aos ocupantes uma conexão entre a particularidade da vida cotidiana da Ocupação e a universalidade genericamente humana da sociedade capitalista, que defende e garante a propriedade privada. Essa particularidade se expressou nas condições de vida dos ocupantes e retratam a insuficiência ou a inexistência dos “direitos sociais reais”.

A moral formada na Ocupação foi concretizada na exigência da situação particular dos ocupantes, em forma de reivindicações coletivas expressas nos atos políticos realizados pela Ocupação. O que certamente, também, originou os valores e os costumes existentes no interior da organização da Ocupação.

Pôde-se, ainda, imaginar uma colisão de valores entre os ocupantes na formação da Ocupação, sendo imprescindível considerar a estrutura capitalista de produção, em detrimento da sua relação direta com as condições de reprodução material e moral dessa população ocupante.

Para esta análise, como disse Heller, foi considerado como valor tudo que produz a explicitação da essência humana ou a condição de tal explicitação.

(...) Portanto, consideramos como valores as forças produtivas e como explicitação dessas forças, já que esta explicitação significa, direta e indiretamente, aquela das capacidades humanas, na medida em que aumenta a quantidade de valores de uso – e, portanto, de necessidades humanas – e diminui o tempo socialmente necessário à obtenção dos vários produtos. (HELLER, 1992, p. 8)

Se for considerado que as atitudes concretas dos ocupantes expressam a formação valorativa que se deu no interior da Ocupação, faz-se necessário, também, considerar a relação de fortalecimento entre essas atitudes valorativas e os atos concretos que são realizados pela Ocupação na realidade social. Esse desenvolvimento dos valores da Ocupação se apresenta de forma histórica ao município de São José dos Campos, no que diz respeito à organização da população empobrecida.

Para justificar a descrição sobre a cotidianidade dos ocupantes neste capítulo é interessante a seguinte citação de Heller.

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-lo em toda sua intensidade. (HELLER, 1992, p.17)

Assim, o desenvolvimento de aspectos da cotidianidade dos ocupantes é fundamental para complementar a análise sobre a organização e sustentação dessa Ocupação, a partir da relação dos sujeitos envolvidos com essa realidade social, no que toca as singularidades que são mediadas pela particularidade da Ocupação com a totalidade da sociedade.

A vida cotidiana dos ocupantes é em parte diversificada pela atividade realizada por cada um, a começar pela organização do trabalho e da vida privada, os lazeres, os descansos e as atividades sociais sistematizadas.

Como já citado, as atividades de trabalho dos ocupantes são, em sua maioria, constituintes da estrutura de trabalhos informais na sociedade capitalista, sem contar que uma grande parcela está fora do mercado de trabalho em decorrência do desemprego.

Através de uma pesquisa no cadastro da Ocupação com 60 famílias foi possível identificar as atividades de trabalho realizadas pelas mulheres ocupantes, já que este é feito em nome das mulheres: manicure, artesã, balconista, serviços gerais, empregada doméstica, do lar, cabeleireira, operadora de telemarketing, atendente, auxiliar de cozinha, diarista, vendedora, lavradora e recicladora.

Os conflitos entre os casais no âmbito familiar são presentes e extrapolam a vida privada, a exemplo do pedido de um dos líderes, em uma das reuniões, para que as pessoas resolvessem os conflitos leves entre elas, sem solicitar o apoio da Coordenação. Informou que a Coordenação não tem esse papel, porém, ressaltou que naquele momento, de uma forma geral, os conflitos estavam amenizados.

Os eventos políticos realizados são acompanhados de eventos sociais e culturais, os quais se incorporam à vida cotidiana dos ocupantes e se transformam em lazer. Em outros momentos há a organização específica de atividades de lazer, como os “forrós” no interior da Ocupação. Estes, por medida de segurança foram interrompidos devido aos conflitos que aconteciam pelo uso inadequado de bebidas alcoólicas.

Os químicos também ajuda a gente, quando a gente vai fazer alguma festa, a gente convoca os sindicatos da Conlutas pra ta nos ajudando e a população também ajuda. Todo ano que completa um ano a gente faz a festa, faz um bolo. O dia das crianças a gente comemora, os dias das mães, datas comemorativas a gente comemora. (...) (P.S., 2009)

As atividades políticas na Ocupação possibilitam a sistematização das relações sociais, desde as reuniões da Coordenação até os contatos entre os ocupantes para a organização das atividades e das Assembléias Gerais.

A organização de tais atividades, bem como as instruções da Coordenação referentes à inserção no mercado de trabalho ou a necessidade do acesso à educação demonstram as significações e importâncias desses conteúdos na Ocupação.

Os valores formados fazem alusão para a chamada “Geração Pinheirinho”, principalmente quando são expressos nas regras de organização. As crianças nascem na Ocupação e vão adquirindo habilidades para a vida cotidiana. Os costumes, as normas e a ética fazem parte desse cotidiano e fortalecem os indivíduos para integrações maiores, através de mediações da Ocupação com a sociedade.

É possível observar nas regras de convivência a negação de comportamentos como os de furtos na Ocupação, por exemplo. Em determinada ocasião foi comprovado que uma pessoa realizava furtos de objetos em várias casas e, como punição, foi obrigada a andar por toda a Ocupação com objetos pendurados pelo corpo, explicitando que era “o ladrão”. Tal comportamento dos ocupantes possibilitou a análise de que a tentativa foi a de demonstrar força e de oporem-se contrariamente a esse tipo de comportamento.

A gente falou na Assembléia que tava tendo ladrão, porque as pessoas reclamaram que tava tendo roubo das roupas no varal, aí um dia foi pego o próprio morador que pegou, ele não morava aqui, ele era de fora, amarraram varal e roupas nele e saiu gritando eu sou ladrão. (...) Ele não entrou mais. (P.S., 2009)

Situações singulares como esta, e muitas outras que figuram no cotidiano dos ocupantes, tornam-se presentes na particularidade da Ocupação e posteriormente apoderam-se do seu lugar na história. Heller esclarece esse aspecto da vida cotidiana:

A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira “essência” da substância social. (...) As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade. O que assimila a cotidianidade de sua época assimila também, com isso, o passado da humanidade,

embora tal assimilação possa não ser tão consciente, mas apenas “em si”. (HELLER, 1992, p. 20)

O fortalecimento de cada indivíduo da Ocupação fortalece também uma organização de classe, a se pensar na força que é necessária para tomar posse e afrontar concretamente o direito à propriedade privada, como fizeram os ocupantes do “Pinheirinho”. Nesse sentido, esses indivíduos são também seres genéricos e expressam as relações sociais.

O cotidiano propicia uma relação dos ocupantes com a particularidade que é expressa na Ocupação. As necessidades dos indivíduos tornam-se conscientes, da mesma forma como o ser genérico está presente em cada ocupante, em especial por suas relações de trabalho, bem como o que explica Heller.

Também o genérico está “contido” em todo homem e, mais precisamente, em toda atividade que tenha caráter genérico, embora seus motivos sejam particulares. Assim, por exemplo, o trabalho tem frequentemente motivações particulares, mas a atividade do trabalho – quando se trata de trabalho efetivo (isto é, socialmente necessário) – é sempre atividade do gênero humano. Também é possível considerar como humano-genéricos, em sua maioria, os sentimentos e as paixões, pois sua existência e seu conteúdo podem ser úteis para expressar e transmitir a substância humana. Assim, na maioria dos casos, o particular não é nem o sentimento nem a paixão, mas sim seu modo de manifestar-se, referido ao eu e à colocação a serviço da satisfação das necessidades e da teleologia do indivíduo. (HELLER, 1992, p. 21)

Para Heller a relação do indivíduo com o humano-genérico está constantemente em movimento e o indivíduo pode optar por seu próprio modo de vida e mudar a unidade da particularidade e da genericidade. Assim, é possível considerar que os ocupantes do “Pinheirinho” podem, em determinada circunstância, assumir funções da vida cotidiana e exercê-la paralelamente, sem elevar a sua consciência.

Nesse ponto, a ética torna-se fundamental para a organização da Ocupação. As exigências e as normas criadas na Ocupação formam a ética necessária para o desenvolvimento humano e dirige os ocupantes de sua particularidade ao genérico-humano, como uma motivação interior. Essa ética é entendida como individual no sentido de ser livremente adotada pelos ocupantes diante da vida, da sociedade e dos homens.

Como disse Heller uma das funções da moral é a inibição, que é superada pela sua outra função na cotidianidade, que é a transformação, a culturalização das aspirações da particularidade individual, referindo-se à vida do indivíduo e da humanidade.

Diante das alternativas e das escolhas do cotidiano, se houver uma motivação moral, os ocupantes podem tomar decisões baseadas nesta moral, a começar por manter a Ocupação de uma propriedade privada em decorrência de embates concretos com a Administração Municipal e com todas as nuances da ideologia dominante que a defende, sustentando seu caráter de classe. E, por fim, mas também com fundamental importância, tomar decisões que combatam questões presentes na sociedade capitalista no interior da Ocupação, como a violência contra a mulher, contra crianças e adolescentes ou o suposto envolvimento de ocupantes com o narcotráfico.

A citação de Heller em relação ao pensamento de Kant discorre sobre o critério do conhecimento e da atuação do homem acima do cotidiano, apontando questões de fundamental importância.

(...) É necessário o conhecimento do próprio Eu, *ognôthi seautón*, o conhecimento e a apaixonada assimilação das intimações humano-genéricas, a fim de que o homem seja capaz de decidir elevando-se acima da cotidianidade. Kant buscava no imperativo categórico o critério formal desse comportamento. Na realidade, nenhum homem é capaz de atuar de tal modo que seu ato se converta em exemplo universal, já que todo homem atua sempre como indivíduo concreto e numa situação concreta. Mas o caráter paradigmático existe apesar de tudo, na medida em que se produz aquela elevação até o genericamente humano. (HELLER 1992, p. 24)

No entanto, não existe uma separação das decisões motivadas ou não pela moral; as ações e as escolhas têm motivações heterogêneas e não são completas, o que faz da Ocupação um processo em construção e de possíveis mudanças cotidianamente. No caso da Ocupação, pensando na esfera da atuação política que se revelou como um comportamento consciente, não é possível uma divisão rigorosa entre o comportamento cotidiano ou o não cotidiano.

Não há essa separação rígida nem mesmo na arte ou na ciência que produzem objetivações duradouras. Conforme a análise de Lukács são reflexos que rompem com a tendência espontânea do pensamento cotidiano.

A atuação dos ocupantes é formada por toda a heterogeneidade constituída no cotidiano da Ocupação e é por meio da superação dialética de sua particularidade que pode existir uma elevação ao humano-genérico.

Tais teorias sugerem um estudo mais profundo a respeito da dissipação da particularidade do indivíduo na atividade humano genérica, para saber sobre as escolhas conscientes e autônomas dos ocupantes e entender se os ocupantes se concentram apenas nas questões da organização da Ocupação, com sua inteira individualidade humana, na resolução da tarefa de conquistar o acesso à moradia. Porém, tal estudo não será possível neste trabalho devido às limitações que esta pesquisa apresenta.

É evidente que há diferenças entre seus membros, divergências que podem ser encontradas em maior concentração no desenvolvimento de tarefas entre os membros da Coordenação, que, em muitos casos, dedicam suas vidas para as tarefas de organização da Ocupação. Algumas decisões referentes à organização da Ocupação são tomadas apenas pelas lideranças, requerem uma maior atenção desses ocupantes do que daqueles que não estão diretamente envolvidos com a direção política e social que se dá para o conjunto dos ocupantes.

Aos ocupantes que se entregam à tarefa militante de transformar não só as condições de vida dos ocupantes, mas de toda a sociedade, fica a possibilidade de elevarem-se ao humano-genérico pela ciência ou pela arte da política, dentre outras atividades não encontradas no processo da pesquisa. A citação de Heller demonstra o quanto é complexo esse momento de elevação ao humano-genérico.

A homogeneização em direção ao humano genérico, a completa suspensão do particular-individual, a transformação em “homem inteiramente”, é algo totalmente excepcional na maioria dos seres humanos. Nem sequer nas épocas ricas em grandes comoções sociais existem muitos pontos críticos desse tipo de vida do homem médio. A vida de muitos homens chega ao fim sem que tenha produzido nem um só ponto crítico semelhante. A homogeneização em direção ao humano genérico só deixa de ser excepcional, um caso singular, naqueles indivíduos cuja paixão dominante se orienta para o humano-genérico e, ademais, quando têm a capacidade de realizar tal paixão. Esse é o caso dos grandes exemplares moralistas, dos estadistas (revolucionários), dos artistas e dos cientistas. De resto, a respeito do grande estadista, do revolucionário profissional, do grande artista, do grande cientista, deve-se afirmar que não apenas sua paixão principal, mas também seu trabalho principal, sua atividade básica, promovem a elevação ao humano genérico e a implicam em si mesmos. Por isso, para tais pessoas, a homogeneização em “homem inteiramente” é elemento necessário de sua essência, da atividade básica de suas vidas. (HELLER, 2008, p. 45)

Considerando a relação mútua da cotidianidade com o humano-genérico ficam, portando, de forma mais explícita, as ações espontâneas no cotidiano da Ocupação. Um cotidiano permeado pela possibilidade de adquirirem ou não o acesso à moradia com a realização de atividades políticas internas e externas à Ocupação, com riscos da desocupação de forma violenta e repressiva por parte do Estado.

A investigação acerca de uma análise pensada como práxis, e não mais de forma pragmática como aparece no cotidiano, é necessária para uma ação que não seja simplesmente analisar a Ocupação com uma ação baseada na probabilidade, porém com uma elaboração mais profunda nas análises das conjunturas, nas caracterizações e implementações de políticas com base na realidade social e em teorias que a sustentem.

É indiscutível que as ações da Ocupação correspondem aos interesses de uma classe social, assim podem elevar-se ao plano da práxis, assumindo uma independência relativa no tocante à atividade cotidiana, convertendo-se em ideologia. Esse processo explica alguns depoimentos de ocupantes que consideram a Ocupação como responsável por uma transformação em sua visão de mundo e conseqüentemente em sua forma de viver.

A fé e a confiança têm papel mais evidente na vida cotidiana e limitam o conhecimento ao aspecto relativo da atividade. As características messiânicas observadas na Ocupação são expressões dessa evidência e intensificam a fé religiosa dos ocupantes, porém,

também pode existir uma intensificação na confiança, no desenvolvimento das atividades políticas e na ética que se forma na Ocupação, bem como disse Heller.

Deduz-se, do exposto, que a fé e a confiança desempenham na vida cotidiana um papel muito mais importante que nas demais esferas da vida. Isso não significa, de modo algum, que a fé e a confiança sejam aqui mais intensas que em outros campos: a fé religiosa costuma ser mais intensa e mais incondicional, assim como a confiança tem significação mais intensa e emocionalmente maior na ética ou na atividade política. (HELLER, 1992, p. 33)

Há que se considerar que podem existir ultrageneralizações nos depoimentos dos ocupantes; nos termos de Heller são juízos provisórios, pois é uma característica do pensamento cotidiano, porém, quando se trata da integridade moral é preciso abandoná-los para que não se transformem em preconceitos.

Está colocado um desafio fundamental para organização da Ocupação, no que toca à não cristalização de sua estrutura e do pensamento da vida cotidiana. A Ocupação deve permanecer em movimento e deixar ao indivíduo a possibilidade da explicitação de seus próprios valores, para que não se tenha um processo alienado das possibilidades concretas do desenvolvimento genérico dos ocupantes, que são os sujeitos dessa história.

A sociedade capitalista favorece a alienação dos ocupantes, assim a vida cotidiana dos ocupantes é um lugar propício a esse processo, determinado fundamentalmente pelas circunstâncias sociais.

Na condução espontânea dos ocupantes da sua própria estrutura de organização há a possibilidade do rompimento com o processo de alienação, podendo significar a sua superação no conjunto da sociedade.

Heller discorre em sua citação sobre a condução da vida e o processo de alienação.

Como vimos, a condução da vida não pode se converter em possibilidade social universal a não ser quando for abolida e superada a alienação. Mas não é impossível empenhar-se na condução da vida mesmo enquanto as condições gerais econômico-sociais ainda favorecem a alienação. Neste caso, a condução da vida torna-se *representativa*, significa um desafio à desumanização (...). Neste caso, “ordenação” da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano: o caráter representativo, “provocador”, excepcional, transforma a própria cotidianidade numa ação moral e política. (HELLER, 1992, p. 41)

Na Ocupação é possível visualizar o empenho dos ocupantes na luta cotidiana para a condução de suas vidas, principalmente para terem o acesso à moradia, ainda que isso signifique embates e conflitos no município com os que defendem a propriedade privada no sistema capitalista de produção. Os ocupantes “transformam seu cotidiano em ações morais e políticas”, o que possibilita construir a sua história.

2.1 O cotidiano e o preconceito

Neste item foram tratadas questões relacionadas aos preconceitos expressos nos comportamentos e pensamentos cotidianos dos dirigentes do município, através da criação da Lei Hayashi.

A Ocupação do “Pinheirinho” desafiou a “ordem” em São José dos Campos: “invadir” uma propriedade privada é colocar em evidência o problema habitacional do município, o que também diz respeito à ineficiência das políticas sociais.

A Ocupação possibilitou, ainda, visualizar problemas como a ineficiência ou a inexistência de outras políticas sociais, como a saúde e a educação, por exemplo, através das denúncias realizadas pelos ocupantes à população.

Nesse sentido, há que se relacionar esse acontecimento à criação da Lei referida, já que esta significou legalmente o impedimento do acesso de participantes de ocupações aos programas sociais municipais, pelo período de quase um ano.

A chamada Lei Hayashi de n. 6.539 de 26 de março de 2004, também conhecida pelos ocupantes como a “Lei da Fome”, foi apresentada pelo vereador Walter Hayashi do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e sancionada pelo ex-prefeito Emanuel Fernandes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 8 de abril de 2004. Note-se a incompatibilidade entre o sentido da Lei e o socialismo, considerando-se, ao menos, o nome do partido.

A proposta foi a de impedir o acesso de integrantes do movimento sem teto de áreas “invasivas” aos programas sociais municipais, sendo que os integrantes do “Pinheirinho” foram os principais prejudicados.

LEI MUNICIPAL Nº 6.539, DE 26/03/2004 - Pub. BM nº 1.607, de 08/04/2004

Dispõe sobre invasões nas áreas públicas e particulares e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Campos faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo deverá notificar todo aquele que invadir área pública ou particular, concedendo-lhe o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para desocupar o local, sob as penas da Lei.

Art. 2º Aquele que deixar de atender à notificação do Poder Executivo será desligado de todos os programas sociais do Município, inclusive o habitacional, afora outras medidas legais adotadas.

Art. 3º Se posteriormente ao desligamento o munícipe deixar a área invadida, haverá um prazo de carência de 6 (seis) meses para que readquira o direito de inscrição e participação em programas municipais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 26 de março de 2004.

Emanuel Fernandes

Prefeito Municipal (...).

(...) (Projeto de Lei nº 060/04 de autoria do Vereador Walter Hayashi)⁴

Essa Lei foi considerada inconstitucional e derrubada pelo Tribunal de Justiça do Estado em agosto de 2005. A publicação de uma matéria do Jornal Vale Paraibano demonstra tal fato, além de explicitar a classificação da Lei como preconceituosa pelo presidente do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Antônio Donizete Ferreira.

TJ garante sem-teto em projeto social

Desembargador derruba lei que impede invasor de receber auxílio oficial

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Luiz Tâmara, suspendeu temporariamente a aplicação da lei 6.539/04, que impede os moradores de áreas invadidas de São José dos Campos de receberem auxílio por meio de programas sociais da prefeitura.

⁴ Disponível em: <http://ceaam.net/sjc/legislacao/index.php>. Acesso em: 10 mar. 2009.

A decisão do magistrado atendeu a um pedido do procurador-geral de Justiça do Estado, Rodrigo César Rebello Pinho, que ingressou no dia 22 de agosto com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra a lei.

Na ação, o procurador pleiteou a concessão de liminar para sustar os efeitos práticos da norma até o julgamento do mérito da ação. A decisão da presidência do Tribunal de Justiça foi tomada no dia seguinte. (...)

(...) Em seu despacho, o presidente do Tribunal de Justiça acata parte da argumentação da Procuradoria-Geral de Justiça de que a lei é inconstitucional porque interfere na competência de poderes.

“As prerrogativas exclusivas do prefeito municipal foram aparentemente atingidas pela lei, que interferiu na competência legislativa reservada ao chefe do Executivo local, invadindo a seara de organização, direção e execução dos serviços estranhas ao Poder Legislativo”, afirma o magistrado em seu despacho. Para o procurador Rebello Pinho, a decisão do TJ foi uma “vitória da cidadania”. “A lei afronta a liberdade entre os poderes e a dignidade humana”, afirmou. O presidente do PSTU de São José e advogado dos invasores do Pinheirinho, Antônio Donizete Ferreira, desconhecia a decisão do Tribunal de Justiça. “Estou sabendo disso agora e acho uma vitória importantíssima. A lei é preconceituosa”. O vereador Hayashi declarou que prefere aguardar o julgamento do mérito da ação, mas disse que a intenção da sua proposta é o de “resguardar os direitos dos que cumprem os deveres e respeitam as normas”.

A assessoria do prefeito Eduardo Cury (PSDB) informou que a prefeitura não foi ainda notificada da decisão do TJ.⁵

Para o presidente do PSTU a Lei é excludente e discriminatória porque priva os trabalhadores ou as suas crianças do acesso aos direitos sociais no Poder Municipal, Estadual e Federal. Uma Lei preconceituosa, principalmente, contra os negros e as mulheres; diz ele:

(...) é um preconceito contra os mais pobres, preconceito contra pobre, porque todo mundo sabe que a camada mais pobre, inclusive, é de maioria preta. (...) E no caso lá, mulheres e mulheres que cuidam dos filhos, porque o marido não é o pai dos filhos, quem na verdade fica com os filhos são as mulheres, elas é que vão morar lá, porque os maridos vão constituir outras famílias. Por isso que 80% da população é de mulheres, então, a Lei é absolutamente preconceituosa nesse sentido. (...) Ela é excludente e é preconceituosa com pobre porque a camada mais pobre é que precisa de ocupar. Com a Lei não poderia usar posto de saúde, não poderia ir para a escola, não poderia pegar a bolsa família, não poderia receber cesta básica, não poderia ter nada disso, não poderia ter nenhuma assistência. (A.D.F., 2009)

Acredita que há uma apropriação de terras que beneficia os membros da classe dominante e regulamenta a propriedade privada de forma individual, não sendo preciso a essa

⁵ Disponível em: <http://jornal.valeparaibano.com.br/2005/09/03/sjc/pinho.htm>. Último acesso em 06 de janeiro de 2009.

classe fazer ocupações coletivas como fizeram os ocupantes do “Pinheirinho”, que, além de não possuírem moradia, ficam privados dos direitos garantidos em Lei.

Por isso ela é preconceituosa, é uma forma de “aqueles que estão na sociedade” ou as “pessoas de bem da sociedade”, que não usa de nenhuma luta, que não ocupa terra teoricamente, eles podem usufruir desses meios, mas aqueles que fazem isso não podem. (...) E nós sabemos que quem “ocupa” terra são os ricos. (...) Por exemplo, o supostamente dono daquela terra foi um especulador, foi um grileiro, a terra não é dele, ele grilou a terra, uma terra que deveria pertencer ao Estado, tanto é que na zona Sul até hoje, toda a zona Sul paga laudêmio. (...) Um imposto que era para pagar a Família Real, e mesmo com a República esse imposto não caiu das terras que pertenciam ao governo, lá ainda se paga porque era de um casal de alemães que foi morto e não tinha dependentes, um grileiro foi lá tomou essas terras. Por que contra esse grileiro não teve nenhum problema na Câmara Municipal? Pelo contrário, recebeu um título de Comendador, agora o trabalhador, o pobre, o miserável que foi procurar um pedaço de chão para ter um teto para criar os filhos, esse aí é obrigado a cortar todos os tipos de gastos que o Estado pode oferecer o mínimo que o Estado pode oferecer, porque o Estado não oferece nada, então por isso que ela é preconceituosa, absolutamente preconceituosa e por isso nós conseguimos derrubar, por isso. Não foi a gente que fez a ação para derrubar a Lei, porque ela era tão escandalosa que nós fomos procurar o Ministério Público para fazer, o Ministério Público também se escandalizou e achou aquilo um absurdo total e foi quando na justiça acabou com a Lei. A Lei era absolutamente inconstitucional. (A.D.F., 2009)

As contradições acerca dessa Lei entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário ficam evidentes quando explicitam esse preconceito de classe e mostram que os direitos sociais da população não se realizam na vida cotidiana das pessoas. Com a Lei Hayashi a organização dessa Ocupação para reivindicar os direitos foi discriminada a ponto de ferir a própria Constituição. Sem contar que os ocupantes tiveram que criar estratégias para usufruir de um direito conquistado.

É um preconceito de classe, não tenha dúvida, aquele que é mais pobre não pode usufruir de um legítimo direito. Por exemplo, a Constituição lhe garante que ele tem direito à moradia, o problema é que o Estado não lhe dá essa moradia. A Constituição lhe garante também que ele pode lutar, ele tem o direito de lutar pela vida, ele foi fazer isso, aí vem o outro Poder que diz que ele não pode. E mais, a Lei é votada e vai existir, a Lei existe, foi sancionada pelo Prefeito e nós tivemos que derrubar juridicamente. É absurdo total, na sensibilidade do Juiz, que poderia não ter, essas crianças poderiam estar sem escola até hoje, poderiam, mas felizmente nós demos sorte.

(...) os moradores do Pinheirinho para serem atendidos tiveram que dizer que não moravam no Pinheirinho, davam um endereço falso. É a forma da luta pela propagação da vida, a vida tinha que continuar e as pessoas mentiam onde moravam, davam um endereço falso, de um parente de um amigo para poder ter isso, hoje não precisa mais, eles têm até muito orgulho de morar ali. (A.D.F., 2009)

O Presidente do PSTU explicitou também uma forma de preconceito que existe para as pessoas que se organizam politicamente na busca por seus direitos e muitas vezes são criminalizadas, situação que expressa a própria ideologia da classe dominante.

Existe o preconceito de quem luta que é tratado como marginal e nós só chegamos até aqui na sociedade com a luta do povo, porque só não luta aquele que quer manter a situação como está. A classe dominante fala que não precisa lutar porque isso é errado, selvageria, são radicais e tal, porque eles querem manter a situação como está, para eles é bom manter como está e nós achamos que não, aqueles que lutam é porque querem transformar a sociedade. Se não fossem as lutas que tiveram do povo de conjunto agente tava vivendo na Idade Média, se não fosse o povo lutar estaríamos vivendo nas trevas da Idade Média, por exemplo estaríamos vivendo na escravidão, se não fosse a luta do povo aqui não seria nem República, os trabalhadores não teriam garantia, não teria a CLT, não teria salário, não teria jornada de trabalho, foi tudo a luta do povo, com a luta do povo nós conseguimos chegar até aqui, principalmente os trabalhadores, mas a sociedade discrimina porque diz é radical. Na verdade é o senso comum que a classe dominante passa para a sociedade e quando a sociedade descobre que isso é um artifício, uma ideologia da classe dominante e toda a classe trabalhadora e a população pobre passa a lutar, aí é que é possível realmente ter uma mudança e nós esperamos que isso aconteça. (A.D.F., 2009)

A criação da Lei demonstrou uma tentativa conservadora dos governantes para a defesa da propriedade privada; orientou-se socialmente por normas e estereótipos que integram uma determinada classe e não considerou a coletividade. Por outro lado, os ocupantes não perderam a oportunidade de lutarem cotidianamente nas escolas, creches, entidades sociais, entre outras, pela sua inserção nos programas sociais, através de movimentos organizados que interferiram na realidade social com decisões políticas e morais.

O preconceito contido nessa Lei discrimina os ocupantes e serve para manter a “estabilidade” e a “coesão” da integração das relações sociais na sociedade capitalista. Afirma a “onipotência” desses dirigentes que ultrapassaram os direitos básicos de uma coletividade de membros da classe trabalhadora em detrimento da concentração de poder de uma minoria.

Para Heller a classe burguesa produz preconceitos em medida muito maior que todas as classes sociais conhecidas até hoje, por tornarem-se necessários no mundo da igualdade e da liberdade formais, bem como esclarece em sua citação.

A maioria dos preconceitos, embora nem todos, são produtos das classes dominantes, mesmo quando essas pretendem, na esfera do para-si, contar com uma imagem do mundo relativamente isenta de preconceitos e desenvolvem as ações correspondentes. O fundamento dessa situação é evidente: as classes dominantes desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobiliza em seu favor inclusive os homens que representam interesses diversos (e até mesmo, em alguns casos, as classes e camadas antagônicas). Com a ajuda dos preconceitos, apelam à particularidade individual, que em função do seu conservadorismo de seu comodismo e de seu conformismo, ou também por causa de interesses imediatos – é de fácil mobilização contra os interesses de sua própria integração e contra a práxis orientada no sentido humano genérico. O camponês húngaro que se lançou com entusiasmo na Primeira Guerra Mundial, ou o operário alemão entregue de corpo e alma a Hitler, foram tipos humanos manipulados: seus interesses imediatos, sua particularidade individual, foram mobilizados contra seu ser humano genérico, e de um modo tal que passaram a aceitar como integração superior as formas ideais de serviços a uma “consciência do nós”. (HELLER, 1992, p.54)

Para Heller o preconceito se constitui na estrutura da vida cotidiana pelo movimento do individual-particular, pelo seu pragmatismo diante das relações sociais; quando grupos sentem-se ameaçados em sua coesão é que produzem os preconceitos sociais.

Assim, a análise feita é a de que o grupo dirigente do município de São José dos Campos sentiu-se ameaçado politicamente pela Ocupação. Na medida em que se criou essa “Lei preconceituosa” como forma de conter a possibilidade de ocupações que visem conquistar a moradia, extrapolando a “ordem” estabelecida pelo governo e pelas políticas sociais de habitação, deram uma demonstração de que são insuficientes e ineficientes para os moradores do município.

A realidade dos ocupantes demonstra as diferenças nas condições de vida entre as classes sociais e concretamente sua interferência nas leis da sociedade. Muitas vezes favorece uma única classe social que mantém a concentração de poder em detrimento de uma coletividade, o que desfaz o direito à igualdade entre os homens. Assim, como o que escreveu Marx na *Questão Judaica* a respeito do direito humano da propriedade privada,

(...) o direito humano da propriedade privada é o direito de usufruir da própria fortuna e dela dispor como desejar, sem atenção pelos outros homens, independentemente da sociedade civil. Ela leva cada homem a ver nos outros homens não somente a realização, mas a restrição da sua própria liberdade. (MARX, 2004, p. 32)

Para Marx uma lei criada para a defesa de direitos como o da propriedade privada cumpre o papel de defesa de interesses individuais e privados, separados do interesse da sociedade.

A Ocupação expressou sua luta para garantir um direito político de manifestação da população, para o acesso à moradia. A defesa da chamada “Lei Hayashi”, na prática, significou defender que os direitos sociais garantidos constitucionalmente a todos os “cidadãos” deixaram de ser direitos aos ocupantes do “Pinheirinho” e a todos que “invadirem uma área pública ou privada”, por entrarem em conflito com a vida política. É necessário lembrar que a organização da Ocupação colocou em evidência o déficit habitacional do município. Para essa análise, a citação de Marx em relação à liberdade de imprensa quando compromete a liberdade pública é esclarecedora:

(...) Isso é o mesmo, direito humano à liberdade deixa de ser um direito no momento em que entre em conflito com a vida política, enquanto, na teoria, a vida política é apenas a garantia dos direitos do homem, dos direitos do homem individual e precisa, necessariamente, ser suprimida logo que entre em contato com o seu *objetivo*, os direitos do homem. (MARX, 2004, p. 34)

Tal Lei demonstrou a tentativa de separação dos ocupantes da sociedade, como se não fizessem parte dela. A imposição de uma relação singular do indivíduo ao Estado como se fosse uma totalidade que discrimina aqueles que buscam um “teto”.

A criação da Lei se apresenta como uma alternativa superficial para a resolução do problema do déficit habitacional do município. Os governantes escolheram agir de forma preconceituosa, impedindo os ocupantes de participarem dos programas sociais e fugindo do real conflito em torno da propriedade privada.

(...) Cada um é responsável pelos seus preconceitos. A decisão em favor do preconceito é, ao mesmo tempo, a escolha do caminho fácil no lugar do difícil, o “descontrole” do particular-individual, a fuga diante dos verdadeiros conflitos morais, tornando a firmeza algo supérfluo. (HELLER, 2008, p. 85)

Contudo, a Lei Hayashi apresenta-se como um elemento do liberalismo. E como mais se pode entender a defesa dessa Lei que nega o serviço público à população em detrimento da propriedade privada? O que mais vale na social democracia?

É diante desse contexto que a Ocupação se coloca como um desafio para a sociedade joesense: no que se refere ao rompimento com o individualismo, em meio à correlação das forças conservadoras e das forças dinâmicas nos embates entre as classes, e acerca da propriedade privada.

2.2 O Cotidiano e as Expectativas

A questão da moradia aglutinou milhares de pessoas na Ocupação, colocou-se ao lado de outras atividades e finalidades importantes na vida de cada uma. O interesse pela moradia distingue o grupo de ocupantes formado como mais importante na hierarquia dos diversos grupos de que cada ocupante faz parte.

Para tanto foram criadas as normas de convivência moral, o que não significa que elas se coloquem de forma fixa e específica a todos os ocupantes. Nas relações sócio-humanas e políticas é importante preservá-las para que não haja choque com os interesses de todo o grupo na Ocupação, portanto, pode haver a existência de “éticas pluralistas e contraditórias” à Ocupação. As expectativas e valores como os da solidariedade são importantes para o conjunto da Ocupação, o que pode não significar que todos os membros sejam solidários uns com os outros ou que tenham as mesmas expectativas.

A citação de Heller é importante para esclarecer as ações políticas do conjunto dos ocupantes e as de cada indivíduo pertencente à Ocupação.

(...) as ações de massas que os homens realizam, ou seja, que empreendem conjuntamente, ou como reação a algum acontecimento, acentuam nos indivíduos que constituem a multidão precisamente os traços, os objetos e os interesses idênticos àqueles dos demais, proporcionando-lhes com isso, como ressonância, uma fundamentação afetiva adicional. Isso não implica de nenhum modo na abolição da

individualidade, mas sim, quando muito, na suspensão provisória ou na subordinação temporária de suas aspirações heterogêneas. (...) (HELLER, 2008, p. 95)

O importante para a Ocupação é que objetivos particulares e individuais não sejam colocados acima do interesse da coletividade de conquistar a moradia, dentre outros direitos sociais aos quais reivindicam no seu cotidiano. Quando algum ocupante é expulso por roubo ou por estupro, por exemplo, significa manter o interesse da maioria, já que ações como essas prejudicam a conquista da moradia.

Heller explica que a contraposição entre a comunidade e o indivíduo surgiu com a sociedade burguesa por causa da relação casual do homem com a sua classe; o indivíduo foi submetido às leis do movimento das classes convertendo-se em ser social. É preciso considerar o indivíduo no seu tempo histórico, estudar a vida cotidiana dos ocupantes como indivíduos da sociedade capitalista.

A consciência de classe atingida pelos trabalhadores ou pelos ocupantes do “Pinheirinho” que optaram por ocupar uma propriedade privada é decorrente da própria sociedade burguesa, bem como cita Heller.

(...) O trabalhador que atinge a consciência de classe e cria uma comunidade para abolir a existência das classes, colocando novos valores no lugar da ordem e da hierarquia axiológicas existentes, é o representante de tudo aquilo que a própria sociedade burguesa criou no plano do desenvolvimento da individualidade. (HELLER, 2008, p. 104)

Além dos objetivos definidos para uma classe não possuidora da propriedade privada, outros fatores da individualidade dos ocupantes definiram a sua participação na Ocupação e a criação dos valores nela contida.

As expectativas em relação à regularização da Ocupação e à solidariedade entre seus membros fazem parte do desenvolvimento dos indivíduos que a compõe e podem se configurar como momentos favoráveis ao “encontro” da essência humana na sociabilidade de

sua particularidade. É necessário que os ocupantes explicitem suas capacidades na estrutura de organização e desenvolvam sua individualidade.

Alguns ocupantes falam da sua experiência individual e expressam a consciência de classe adquirida e a capacidade de solidarizar-se com um indivíduo pertencente a sua classe social.

(...) Já tive uma experiência em São Paulo de ocupar prédios, só que aqui tem mais organização, porém o conflito é o mesmo. (...)

(...) Aqui tem solidariedade, porque aqui quando chega ao nosso conhecimento que uma pessoa tá passando dificuldades ou quando uma casa pega fogo como ontem pegou. Tá com a necessidade básica de alimentação, vestimento ou chega até a nós, a gente passa de casa em casa, faz cesta básica e entrega pra pessoa. Então, é difícil alguém passar fome aqui, se falar, olha uma pessoa que não paga aluguel, luz e água durante quatro anos e meio, ela passa necessidade como uma pessoa que paga aluguel? Sobra um dinheirinho pra comprar comida (...) a gente fala aquele que tá chegando do Norte, tá chegando sem nada mesmo, a gente dá uma força, a gente arruma colchão, pede doações. Ajuda no começo e depois ela que tem que tocar a vida dela, porque se a gente for ajudar sempre a gente vai fazer igual ao governo que ensina as pessoas a ser dependente dele e aqui a gente não quer que as pessoas sejam dependentes não, a gente dá a asa ensina a voar, mas quem tem que guiar o vôo dele é a própria pessoa, se não a gente vai fazer como o governo faz cesta básica com auxílio gás, bolsa família, que eles acham que são bonzinhos e na verdade eles tão dando as migalhas que sobram. (P.S., 2009)

Esse depoimento dá a dimensão do desenvolvimento de individualidades que são apresentados em formas de sociabilidade particulares na estrutura da Ocupação. Uma experiência individual da ocupante que participou de outras ocupações e que alcança a consciência de um conflito de classe e do funcionamento da sociedade capitalista, especialmente no que se relaciona com a exploração do trabalho e a extração da mais valia.

O entendimento da necessidade de apoiar pessoas com situações sócio-econômicas precárias e emergentes naquele momento, sem converter-se em assistencialismo, que muitas vezes priva os indivíduos de desenvolverem suas próprias capacidades e tira-lhes a autonomia da condução de sua vida. A comparação feita pela ocupante em relação ao governo também expressa o desenvolvimento de um pensamento crítico na sociedade, que vai além da aparência de distribuição de recursos pura e simplesmente.

Outra expressão do desenvolvimento das capacidades individuais no interior da Ocupação é registrada nesse episódio quando demonstra a espontaneidade dos ocupantes em solidarizar-se com uma família que tem necessidades.

“(...) Ontem pegou fogo no D3, quando o bombeiro chegou o fogo já tava apagado porque os moradores apagaram, a mulher ficou sem nada, sábado vamos pedir doações pra ela, pros moradores e fora daqui. (...)”. (P.S., 2009)

É evidente que não é apenas pelas capacidades individuais do humano genérico que se formou a Ocupação com valores, como a solidariedade ou a construção de expectativas de realização concreta da moradia; há também a influência de uma tendência conjuntural e política característica dessa época.

A expectativa dos ocupantes é fundamentalmente ter acesso aos direitos sociais, a começar com a legalização da Ocupação, pela luta que têm travado no município, e expandir seu conhecimento e solidariedade aos que ainda não conseguiram, para assim terem uma vida independente.

Eu espero permanecer aqui legalizado, que agente tenha a saneamento básico que agente consegue conquistar com a nossa luta, agente não quer nada de graça agente só quer ter o direito de ficar na nossa casa de não ficar na casa de parentes, agente quer ter o direito de não ficar dependendo das outras pessoas a gente quer depender de nós mesmo. (P.S., 2009)

A organização da Ocupação por indivíduos com a construção de valores positivos pode iniciar um processo de fundamental importância para uma sociedade de perspectiva socialista. Como disse Marx (*apud* Heller, 2008, p. 114), “transformando o mundo, os homens também se transformam a si mesmos”, bem como disse Heller.

(...) Quando falamos de perspectiva socialista, hipostasiamos uma sociedade cuja estrutura oferece a todos essa possibilidade de princípio uma sociedade construída com comunidades organizadas por indivíduos e produtora de valores positivos. E, se alguém nos perguntar o que é preciso fazer, *ic et nunc*, responderemos: é preciso organizar e assumir comunidades cujo objetivo seja o encaminhamento ou a aceleração do processo social que possibilita o nascimento dessa sociedade. (HELLER, 2008, p. 114)

A estrutura de organização política é importante para desvendar as formas que tais valores se constroem na Ocupação e é tratada no Capítulo III.

Esse capítulo se encerra com o depoimento de uma ocupante que explicita sua valorização do processo de organização que se deu na Ocupação e sobre a descoberta da autonomia que é possível ter da própria vida, uma vida verdadeira humana.

É muito bom quando as pessoas se interessam por essa Ocupação, saber um pouco mais sobre o processo de como é a organização, porque a maioria da sociedade critica, a gente conquistou muitas pessoas fora do acampamento, mas não todas então, quando vem pessoas assim saber como é o trabalho da gente, as nossas atividades, a gente fica bem. Falar que aqui dentro a gente tem o orgulho de dizer que muita gente que era dependente da família hoje é dependente de si, não é se encostando nas pessoas que ela ia conseguir alguma coisa e sim aprendendo, se interessando e se ajudar e aqui ajudar o seu próximo, porque aqui a gente não tem só que pensar em ter o nosso, a gente tem que ajudar, mas cada um tem que ter o dele, tem que pensar no coletivo. E quando a gente ganhar aqui, a gente vai ajudar outras pessoas a conseguir o delas, expandir a luta. (P.S., 2009)

O sentimento de autonomia dito pela ocupante lhe oferece a possibilidade de criar e promover sua própria trajetória na relação com suas possibilidades concretas, formando-se nesse processo a própria moral da Ocupação, quando se considera o desenvolvimento da essência humana dos indivíduos que a formam e a defendem, representando valores humanos e sociais em suas ações cotidianas.

É no plano da moral cotidiana que os ocupantes reconhecem os conflitos entre os valores e podem aplicar seus próprios princípios, manifestando sua força e resistência. Porém, há o desafio de enfrentar o determinismo de classe e se aproximar cada vez mais da essência humana, pois quando a moral se apresenta como uma esfera autônoma pode haver uma moral alienada.

3. CAPÍTULO – A ORGANIZAÇÃO TEÓRICO-POLÍTICA NA OCUPAÇÃO

*Quando aumenta a repressão,
Muitos desanimam.
Mas a coragem dele aumenta.
Organiza sua luta pelo salário, pelo pão
e pela conquista do poder.
Interroga a propriedade:
De onde vens?
Pergunta a cada idéia:
Serves a quem?
Ali onde todos calam, ele fala.
Bertold Brecht*

O presente capítulo tem o objetivo de retratar e debater a estrutura de organização teórico-política da Ocupação, baseado na experiência dos ocupantes que se tornaram coordenadores da Ocupação e na conjuntura política que a permeia.

A Ocupação apresenta um programa político democrático, como a luta por direitos sociais, em especial o da moradia. Um programa político-reivindicativo como o da Ocupação favorece a implantação de políticas sociais, como foi comprovado historicamente no movimento operário. A Política Social surgiu com o movimento operário inglês e atualmente serve ao capitalismo como um instrumento da social-democracia e do liberalismo.

A social-democracia caminhou de um programa revolucionário a um programa reformista. Atualmente, apresenta uma dimensão técnica e burocrática que atende aos objetivos do liberalismo, através de programas sociais de distribuição de renda, de organizações não governamentais e da própria rede de proteção social, por exemplo.

O desenvolvimento apenas técnico não favorece as melhorias nas condições de vida da maioria da população e, sim, provoca miséria com a concentração de riquezas. Nesse processo, as forças produtivas entram em choque com a propriedade privada.

Nos dias de crise no “coração” do sistema, como os atuais, uma Ocupação como essa se choca com o capitalismo por “invadir” uma propriedade privada, que representa o centro do capital.

Um programa democrático como o da Ocupação é fundamental para a classe trabalhadora e inadmissível para a classe que detém os meios de produção e o poder da manutenção da propriedade privada. É por essa contradição que os representantes da burguesia no município de São José dos Campos não podem regularizar a área ocupada para os ocupantes morarem, satisfazendo suas necessidades sociais e de reprodução material.

O programa democrático da Ocupação é na verdade um programa político de transição, pois no capitalismo existem limites que não possibilitam uma divisão social da propriedade.

As condições de vida dos ocupantes favoreceram a sua organização para combater a propriedade privada. Esse conflito nega a possibilidade de humanizar o capitalismo e afirmar a “democracia burguesa” como a única saída aos problemas sociais.

O *Programa de Transição* de Trotsky (2004) apresenta uma contribuição importante ao programa marxista revolucionário. Esta obra foi escrita às vésperas da Segunda Guerra Mundial, para o Congresso de Fundação da IV Internacional Comunista de setembro de 1938,

quando o stalinismo dominava a III Internacional Comunista e a maioria das organizações do movimento operário.

O *Programa de Transição* representou uma sistematização teórica, programática e um método para a época imperialista, devido à impossibilidade de permanecer trabalhando com um programa mínimo de reformas parciais que deixava o socialismo para o futuro, como fazia a social-democracia. Um programa revolucionário deveria levantar reivindicações mínimas e transitórias, que estariam cada vez mais contra as bases do sistema, e cuja tarefa era a mobilização sistemática das massas em direção à Revolução socialista. A citação deste trecho do *Programa de Transição* é esclarecedora nesse sentido:

A tarefa estratégica para o próximo período – período pré-revolucionário de agitação, propaganda e organização – consiste em superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda (confusão e desencorajamento da velha geração, falta de experiência da nova). É necessário ajudar as massas, no processo de suas lutas cotidianas a encontrar a ponte entre as suas reivindicações atuais e o programa da Revolução socialista. Essa ponte deve consistir em um sistema de *reivindicações transitórias* que parta das atuais condições e da consciência de largas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.

A social democracia clássica, que desenvolveu sua ação numa época em que o capitalismo era progressista, dividia seu programa em duas partes independentes: o *programa mínimo*, que se limitava às reformas no quadro da sociedade burguesa, e o *programa máximo*, que prometia para um futuro indeterminado a substituição do capitalismo pelo socialismo. Entre um e outro não havia qualquer mediação. A social democracia não tem a necessidade dessa ponte porque de socialismo ela só fala em dias de festa.

(...) À medida que as velhas reivindicações parciais “mínimas” das massas chocam-se com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente – e isto ocorre a cada passo -, a IV Internacional propõe um sistema de reivindicações transitórias, cujo sentido é dirigir-se, cada vez mais, aberta e resolutamente contra as próprias bases do regime burguês. O velho “programa mínimo” é constantemente ultrapassado pelo programa de transição, cuja tarefa consiste numa mobilização sistemática das massas em direção à Revolução proletária. (Trotsky, 13, p. 2004)

A época de crises e guerras vividas em pleno século XXI demonstra a capacidade de organização que a classe trabalhadora tem, com resistência e mobilizações mundiais, porém há também que se considerarem os problemas de direção desse movimento, como salientou Trotsky.

Rosa Luxemburgo (1970), em sua obra *Reforma, Revisionismo e Oportunismo*, fez uma análise espetacular sobre as crises do capitalismo e sobre a realização do socialismo pelas reformas sociais, baseada em uma crítica à teoria revisionista de Eduardo Bernstein. Esse tema se faz atual até os dias de hoje e oportuniza uma discussão profunda da realidade atual. É interessante a sua citação quando trata da luta cotidiana pelas reformas como meio para a revolução social.

(...) A luta cotidiana pelas reformas, pela melhoria da situação do povo trabalhador no próprio quadro do regime existente, pelas instituições democráticas, contribui, mesmo para a social-democracia, o único meio de travar a luta de classe proletária e trabalhar no sentido de sua finalidade, isto é, a luta pela conquista do poder político e supressão do assalariado. Existe para a social-democracia um laço indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução, sendo a luta pelas reformas o meio, mas a revolução social o fim. (Luxemburgo, 1970, p.7)

Luxemburgo afirmou que a teoria revisionista de Bernstein tende a aconselhar a renúncia à transformação social, à finalidade da social-democracia, e a fazer da reforma social o seu fim, ao invés de um simples meio na luta de classes, sobrepondo o movimento ao objetivo final de transformação social.

Para Luxemburgo a finalidade do socialismo é o único fator decisivo que distingue o movimento “social-democrata” da democracia burguesa e do radicalismo burguês. Fator que coloca em questão o dilema da “Reforma ou Revolução” na luta de classes. Essa questão da finalidade e do movimento é entendida pela autora como uma questão de caráter pequeno-burguês ou proletário do movimento operário.

Segundo a autora, a teoria de Bernstein tem como centro o curso do desenvolvimento objetivo da sociedade capitalista em uma relação estreita com a concepção das tarefas práticas da social-democracia.

Bernstein defende a capacidade de adaptação do sistema capitalista pela manifestação da ausência de crises gerais, principalmente pelo desenvolvimento do sistema de créditos e das organizações patronais, da comunicação e do serviço de informações. Elementos, como o afincamento das classes médias para a diferenciação crescente dos ramos da produção, a elevação

de camadas do proletariado ao nível da classe média, a melhoria da situação econômica e política do proletariado conseqüente à ação sindical devem ser considerados, para sustentar sua defesa da capacidade de adaptação do sistema capitalista.

A citação de Luxemburgo é fundamental para a compreensão da improbabilidade da teoria de Bernstein do ponto de vista da história, servindo à manutenção do capitalismo e não à conquista do poder político para a classe trabalhadora e a passagem para o socialismo.

Para a sua luta prática, decorre, do que ficou dito, a conclusão geral de que não deve a social-democracia dirigir a sua atividade no sentido da conquista do poder político, mas da melhoria da situação da classe operária, e da instituição do socialismo, não como conseqüência de uma crise social e política, mas por meio da extensão progressiva do controle social e aplicação gradual do princípio da cooperação. (Luxemburgo, 1970, p. 10)

Bernstein rejeita o desmoronamento do regime capitalista e suprime pontos fundamentais do socialismo científico, como a anarquia crescente da economia capitalista, a qual conduz à sua ruína inevitável; a socialização do processo de produção e o reforço crescente da organização e da consciência de classe do proletariado, que para Luxemburgo constitui o fator ativo da próxima revolução. A revolução socialista deixa de ser uma necessidade histórica, porque Bernstein, antes de tudo, deixa de acreditar na anarquia crescente do sistema capitalista.

Os sindicatos, os cartéis, o sistema de créditos são “meios de adaptação” usados por Bernstein e permitem conservar o capitalismo. Para Luxemburgo essa explicação do programa socialista é idealista e a necessidade objetiva do socialismo não se sustenta dessa forma.

Luxemburgo conclui que a teoria revisionista está diante de um dilema: ou acontece a transformação socialista como conseqüência das contradições do regime capitalista, que trazem ao seu desmoronamento. Ou os “meios de adaptação” impedem o desmoronamento do capitalismo e suprimem suas contradições, tornando-se capaz de conservar a vida e deixando, assim, o socialismo de ser uma necessidade histórica.

A partir desse dilema Luxemburgo constrói outro dilema e o coloca em questão:

“Este dilema leva a outro: ou o revisionismo tem razão no que diz respeito à marcha do desenvolvimento capitalista, e a transformação socialista da sociedade não passa de utopia, e logo a teoria dos “meios de adaptação” é errada”. (...) (Luxemburgo, 1970, p. 13)

Na realidade histórica e atual é interessante analisar esse dilema de Luxemburgo. A realidade mundial de crise do capitalismo manifesta suas expressões diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora, que está cada vez mais empobrecida, evidenciando progressivamente as contradições do capitalismo. Os “meios de adaptação” de Bernstein mostram-se insuficientes para impedir o desmoronamento do capitalismo. Ao contrário, o crédito é um meio para a formação de crises, por exemplo, bem como explica Luxemburgo.

“Em suma, o crédito reproduz todos os antagonismos fundamentais do mundo capitalista, acentua-os, precipita o desenvolvimento, fazendo correr o mundo capitalista para a sua própria supressão, isto é, para o desmoronamento”. (Luxemburgo, 1970, p.16)

Aos ocupantes do “Pinheirinho” resta conviver com as manifestações dessas contradições do capitalismo, que retiram seus direitos sociais e os deixam sem moradia. A consciência de classe que se formou na Ocupação é que lhes permite fazer essa análise e organizarem-se de maneira a combater a propriedade privada e reivindicar seus direitos, reavivando esse dilema da necessidade de uma transformação socialista na sociedade.

Sobre o tema das lutas sindicais e políticas pelas reformas, a teoria bersteiniana diz que tais lutas trarão um controle social cada vez mais vasto das condições de produção. É por meio da legislação que os proprietários terão seus direitos reduzidos e se tornarão administradores por um período, até que seja introduzida a exploração coletiva. Com os sindicatos e as reformas sociais há uma democratização política do Estado para uma realização progressiva do socialismo.

Considerando que a função dos sindicatos é constituir aos operários um meio para realizarem a venda da força de trabalho ao melhor preço no mercado, Luxemburgo conceitua a função dos sindicatos:

(...) Os sindicatos servem ao proletariado precisamente em que utilizam a favor dele, a cada instante, as conjunturas do mercado. Mas essas conjunturas, isto é, de um lado a procura de força-trabalho determinada pelo estado da produção, e do outro a oferta de força-trabalho criada pela proletarização das classes médias e natural reprodução da classe operária, enfim o grau de produtividade do trabalho, em dado momento, escapa à esfera de influência dos sindicatos. Eis porque não podem eles suprimir a lei dos salários. Podem, em hipótese mais favorável, impor a exploração capitalista os limites “normais” do momento, mas não estão absolutamente em condições de suprimir, mesmo progressivamente, a própria exploração. (Luxemburgo, 1970, p. 24)

Na análise de Luxemburgo a atividade dos sindicatos é limitada essencialmente à luta pelo aumento de salários e redução do tempo de trabalho, sendo-lhes vedada a ação sobre o processo de produção.

A luta sindical tem dificuldades crescentes devido à crise do mercado capitalista. O capital se esforça para reduzir a contratação de força e trabalho, pois a redução dos salários é um dos principais meios para impedir a diminuição da taxa de lucros. Assim, o movimento sindical reduz-se à defesa dos direitos já conquistados.

Igualmente, as reformas sociais se configuram como um controle da organização de classe do Capital sobre o processo de produção e não como um controle da sociedade trabalhando livremente no seu próprio processo de trabalho.

A teoria bersteiniana não limita a propriedade capitalista como se propõe, não há uma participação de direitos de propriedade aos operários. Não é contra a exploração capitalista e, sim, a regulamenta.

Para Bernstein deve haver uma evolução do Estado para sociedade. Considera-se que o Estado é capitalista e não pode acontecer uma evolução do Estado capitalista, pois, segundo Marx (*apud* Luxemburgo, 1970, p. 30), a legislação operária é a primeira maneira consciente à qual a sociedade participa do processo social vital.

Os interesses do Estado capitalista são pertencentes primordialmente à classe capitalista dominante, e se atendem interesses do desenvolvimento social é porque, sobretudo, são condizentes aos interesses da classe dominante. Há, ainda, que se considerarem as contradições do sistema capitalista que provocam choques do desenvolvimento social com os interesses da burguesia.

As contradições do Estado de classe no conflito entre o desenvolvimento capitalista e os interesses da classe dominante são esclarecidas pela autora.

(...) por um lado, crescem as funções de interesse geral do Estado, suas intervenções na vida social, seu “controle” sobre essa vida, e por outro lado o caráter de classe obriga-o cada vez mais a transportar o centro de sua atividade e seus meios de coerção para campos que só são úteis ao caráter de classe da burguesia, tendo apenas para a sociedade uma importância negativa, isto é, o militarismo e a política alfandegária e comercial. Em segundo lugar o seu “controle social é com isso impregnado e dominado por um caráter de classe”. (...) (Luxemburgo, 1970, p. 33)

Luxemburgo afirma que a extensão da democracia para realização do socialismo por etapas, como propõe Bernstein, não contradiz essa transformação da natureza do Estado, mas corresponde-lhe. O conflito do Estado é ainda mais evidente no parlamento, representa os interesses da sociedade, predominam-se os interesses capitalistas. As instituições democráticas atuam como instrumentos dos interesses da classe dominante.

A autora diz que a teoria da introdução do socialismo por etapas equivale à reforma progressiva da propriedade privada e do Estado capitalista, no sentido socialista. A sociedade atual se desenvolve no sentido oposto. O processo de produção é socializado, a intervenção e o controle do Estado se intensificam e a propriedade privada torna-se uma forma de exploração capitalista aberta ao trabalho alheio. A introdução progressiva do socialismo fica cada vez mais limitada, na medida em que o Estado e as relações de propriedade são cada vez mais capitalistas e representam os interesses das classes dominantes.

Para Luxemburgo há uma consolidação das reformas sociais e da democracia burguesa que só poderá ser abatida com a conquista do poder político pelo proletariado.

A prática da teoria bernsteiniana se iguala com a prática da social-democracia que se transformou em uma prática reformista. Na realidade da Ocupação não se pode imaginar a luta da população do “Pinheirinho” para a redução da exploração do capitalismo, por etapas e com um caráter socialista, sem antes ter uma preparação subjetiva dos indivíduos para a transformação socialista.

A socialização dos conhecimentos e da consciência gerados na luta política por direitos sociais organiza os trabalhadores como classe. Se esse processo for considerado apenas como meio de socialização direta da economia capitalista, muda sua função de preparação para a conquista do poder.

Não é possível o socialismo por reformas com um fim em si mesmas, pois, assim, há uma mudança na luta sindical e no movimento que canaliza seu esforço consciente da conquista do poder para a conquista apenas de reformas no sistema capitalista.

Uma mudança como essa no plano prático da luta, isto é, com uma linha reformista, leva a uma política de compensações e, portanto, não surge o socialismo automaticamente na luta cotidiana da classe e, sim, reduz o movimento a um movimento corporativista e reformista.

Pela teoria revisionista as contradições capitalistas não são suprimidas por meio de uma transformação revolucionária, visa apenas amenizá-las. A teoria revisionista torna-se utópica, no que toca à finalidade do socialismo, e reacionária em relação ao rápido desenvolvimento capitalista, por acreditar na possibilidade de regular a economia capitalista conduzindo a atenuação das contradições capitalistas.

A citação de Rosa Luxemburgo relaciona o desenvolvimento econômico e o socialismo na realidade histórica:

Foi a descoberta de pontos de apoio, nas condições econômicas da sociedade capitalista, para a realização do socialismo, a maior conquista da luta de classes proletária, no curso de seu desenvolvimento. Com isso, transformou-se o socialismo de “ideal” sonhado pela humanidade há milhares de anos, em necessidade histórica. (Luxemburgo, 1970, p. 44)

Para Bernstein a socialização crescente da produção da forma capitalista, ou seja, a socialização cada vez maior do sistema de sociedades por ações significa o enfraquecimento do capitalismo, a sua separação, uma extensão da propriedade capitalista. Quando, na verdade, Luxemburgo explica que há uma concentração do capital, haja vista os tempos de capitalismo monopolista que se vive atualmente, e que Marx via a supressão da propriedade privada, não a sua extensão.

Mas aqui, como ali, o erro econômico é em Bernstein somente a base teórica de uma “vulgarização” do socialismo. Transportando a noção de capitalista, das relações de produção para as relações de propriedade e “falando de simples indivíduos em lugar de falar de donos de empresa”, transporta ele igualmente a questão do socialismo do domínio da produção para o domínio das relações de fortuna, da relação entre Capital e Trabalho, para a relação entre ricos e pobres. (Luxemburgo, 1970, p. 47)

Luxemburgo analisa a teoria de Bernstein sob a perspectiva das forças das classes sociais e conclui que essa teoria tira a possibilidade de realização econômica do socialismo. Partindo da negação que Bernstein faz das grandes crises gerais do capitalismo, a autora diz que ele nega também muito da anarquia do capitalismo, reforçando a economia burguesa que considera o modo de troca independente do modo de produção.

Para Luxemburgo há uma abstração da lei do valor-trabalho de Marx e explicita o caráter idealista de sua teoria:

Mas se Bernstein na própria estrutura econômica do capitalismo vê a divisão, o desenvolvimento na via do socialismo, vê-se forçado, para salvar pelo menos em aparência o programa socialista, a recorrer a uma construção idealista, à parte do desenvolvimento econômico, e a transformar o próprio socialismo, de determinada fase histórica do desenvolvimento social que é, em um princípio abstrato. (Luxemburgo, 1970, p. 51)

Bernstein atribui aos sindicatos e às cooperativas meios de realizar a reforma socialista, quando para Luxemburgo são incapazes de transformar o modo de produção capitalista em um modo de produção socialista.

Em relação à democracia, ao movimento operário e ao socialismo Luxemburgo mostra o quanto estão relacionados e que se há renúncia do movimento socialismo, igualmente se renuncia ao movimento operário e à própria democracia.

Se sucessivas reformas não servem para mudar o sistema e, sim, para consolidá-lo e dotá-lo de uma legitimidade popular, entende-se a necessidade de mudança na consciência das massas e na sua capacidade de organização e ação. Assim, como está colocado um desafio prático aos ocupantes do “Pinheirinho” no que toca à luta apenas pela moradia ou um embate direto à propriedade privada, o que realmente toca na possibilidade de mudança do sistema capitalista e aponta para a necessidade histórica do socialismo.

3.1 A Estrutura da Organização Política

A necessidade da moradia foi a motivação premente para muitos ocupantes ingressarem na Ocupação e iniciarem sua participação em atividades políticas. Alguns receberam indicações de amigos e parentes, outros foram encaminhados pelo Serviço Social do município, entre outras situações que os levaram a tal processo.

As atividades políticas aparecem como motivadoras para que os ocupantes se dediquem à organização da Ocupação; dentre essas atividades podem-se citar os debates políticos em congressos, as reuniões internas, reuniões com coordenações de entidades, reuniões em partidos políticos, panfletagens em fábricas, passeatas, protestos em frente à Prefeitura. Uma ocupante cita em seu depoimento a ocasião em que foi a um congresso político pela primeira vez e se tornou coordenadora da Ocupação.

(...) eu entrei no CONAT. O M. me chamou para ser coordenadora, ele me observou lá. (...) Eu entrei no debate porque lá tinha muito debate sobre o movimento popular, eu fiquei num grupo, ficou eu e mais um companheiro, só que eu fui a que mais discuti sobre o acampamento, eu não sabia muito, então eu perguntava o que eu não sabia, eu queria muita informação, eu até pedia desculpas se eu estava perguntando demais, mas eu queria saber de outros movimentos, então, eles ficaram me observando. (...) Passou ainda um projeto que agente tava divulgando nos grupos e o do meu foi o que passou nos movimentos populares.

Eu fui escolhida pelo meu coordenador pra ir pro CONAT. (...) Eu só ia pras reuniões eu não ajudava não. Ai o F. que me levou pra ir ao CONAT para ser delegada, aí lá eles me dava um papel pra está explicando no grupo, aí eu lia de noite e o M. explicou nas reuniões, aí eu peguei e expliquei nos grupos. (P. S., 2009)

Acreditam que a Ocupação tem uma estrutura de organização satisfatória, apesar de dificuldades que encontram devido aos conflitos nas relações sócio-humanas que permeiam o cotidiano dos ocupantes.

(...) Eu acho bem organizado, aqui é um trabalho muito difícil porque a gente lida com todo o tipo de pessoas, pessoas fácil de lidar pessoas ruins de lidar, pessoas boas e pessoas ruins, ainda mais num lugar que não é legalizado, pessoas que bebem, mas eu acho que aqui ta bem organizado, tem segurança, porque não é só a organização aqui, tem um coordenador responsável pela segurança, então ele tem a tarefa de organizar as pessoas para fazer a segurança nos setores, ainda assim vem coisa roubada aqui, vem polícia que acha coisa roubada, a gente não é Jesus pra dar conta do mundo inteiro, em todo lugar tem, imagina aqui que não é legalizado. (...) (P.S., 2009)

A Ocupação propicia uma organização com diferentes critérios dos que os de moradores de bairros comuns. Nas conversas com os ocupantes foi observado que os problemas gerados na sociedade fazem parte do cotidiano dos ocupantes, porém foram criadas medidas que buscam minimizar tais problemas, apesar das dificuldades sociais geradas pelo sistema capitalista de produção, no que toca à “questão social”. Tais dificuldades não podem ser sanadas apenas pela organização de uma ocupação; por sua profundidade merecem investimentos maiores, a exemplo da necessidade de implantação de políticas sociais, como a de segurança, saúde, educação, esportes, lazer, entre outras.

Os ocupantes consideram que estão mais seguros no interior da Ocupação e que lá os problemas são menores, devido à própria estrutura de organização política que possuem. O depoimento de uma ocupante refere-se à influência política da organização na vida dos ocupantes.

(...) fora você vê explícito as pessoas usando drogas, você vê pela televisão, aqui a gente não vê isso, porque a gente faz ronda, se a gente vê a gente bota pra fora. E aqui eu aprendi muito, a gente nunca sabe o suficiente, a cada etapa a gente aprende mais, a gente vai ensinando também, né. As pessoas. (...) Aqui a gente tem certeza que se a gente tirar três ou quatro de cada setor eles têm capacidade pra ser dirigente de uma outra ocupação, porque a gente politiza essas pessoas, a gente fala de política aqui dentro, cada coisa que a gente fala a gente fala de política, aqui

dentro, cada coisa que a gente fala tem a política no meio, a gente traz política pra essas pessoas. Fala o que ta acontecendo em outros países nas nossas reuniões, então a pessoa que ela é neutra ela vai começar vai se interessando porque eu odiava agora eu sou uma militante, então por aí tira, (...) porque uma ocupação ensina pras pessoas. (P.S., 2009)

Para o planejamento e estudo da área da Ocupação houve a participação de políticos, que apoiaram esses ocupantes quando ocuparam as casas construídas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) e entraram em negociação com a Prefeitura. A influência política na Ocupação foi presente desde o início, mesmo ainda quando não estava na área atual.

(...) ocuparam as casinhas do D. Pedro, lá não podia ficar, ficaram fazendo a negociação, aí teve a briga do pessoal com os guardinhas, de lá foram pro campão ali do Campo, foi feito um acordo, o Prefeito da época falou que ali não podia ficar porque era um órgão do governo, as casinhas da CDHU, se ocupasse uma área que não fosse pública eles não iam mexer. (...) Daí foram mapeando aqui, porque aqui era uma área. No dia 26 de madrugada eles entraram aqui, era só mato, usavam pra fazer estupros e a polícia pra deixar corpos, fazer a desova e tinha muito roubo nesse pedacinho aqui, até quando o pessoal ocuparam aqui, o pessoal do União, do Campo falaram até que diminuiu o roubo que os nóias faziam, numa parte foi bom, porque senão isso aqui estaria um mato. (P.S., 2009)

Pode-se considerar que inicialmente a Ocupação surgiu como uma alternativa à ineficiência da política de habitação do município, como um movimento espontâneo, porém vários movimentos e organizações estiveram presentes. Houve disputa pela direção política entre os vereadores, as entidades sindicais e os partidos políticos. O Sindicato dos Metalúrgicos e o dos Químicos aparecem como apoio até hoje, enquanto o PSTU se apresenta como a direção política.

Quem ajuda é o Sindicato dos Metalúrgicos, que está desde o começo, inclusive o coordenador geral foi destacado do Sindicato pra coordenar a Ocupação, porque ele vem de mais de 30 anos que vem de ocupações. Passaram vários aqui, mas só ele ficou. O T. veio pelo PSTU, o M. também é um integrante do PSTU, ele participa do comitê zonal como eu. O T. vem organizar, porque alguns componentes da coordenação é militante do PSTU, então ele vinha tipo dá uma aula pra gente, vinha ensinar o que é a política, o que é a política do prefeito, pra gente não se enganar, a política do PT, ele veio pra ensinar a gente, tanto ele como o M., pra organizar a gente, a gente trouxe mais pessoas daqui pra ta participando, ele e o M. vieram pra ensinar a gente, pra ensinar a luta. (...) (P.S., 2009)

Nesse trecho da citação da ocupante encontram-se características da forma de organização na Ocupação, referem-se à organização do Partido. No 3º Congresso da III Internacional Comunista foram aprovadas as Teses sobre a estrutura, os métodos e a ação dos partidos comunistas. Elas sintetizam a experiência e a concepção organizativa do bolchevismo russo e orientam a formação dos partidos comunistas em vários países.

Algumas dessas características estão presentes na estrutura de organização da Ocupação, por influência do PSTU. Desse ponto de vista, é necessário explanar uma síntese da proposta do programa do partido em questão.

O PSTU acredita que o Brasil precisa de uma segunda independência. Para esse partido, o Fundo Monetário Internacional (FMI) dita os planos econômicos, as multinacionais controlam diretamente os setores mais dinâmicos da economia e as principais instituições do país estão nas mãos do imperialismo, o que impede a soberania nacional. Pensa que com a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o país será definitivamente reduzido à condição de colônia.

O PSTU afirma que, sem romper com o imperialismo, não existe possibilidade de acabar com o desemprego, com os baixos salários, avançar na reforma agrária, combater a fome e garantir melhores condições de vida.

Para o crescimento do país propõe deixar de pagar a dívida pública e romper com o FMI. Não pagar a dívida para garantir emprego, salário, terra, moradia, educação e saúde pública e de qualidade para todos.

Critica os partidos que representam os interesses do grande capital e a grande imprensa quando dizem que não é justo deixar de pagar a dívida, afirmando que até mesmo PT, agora no governo, repete esse mesmo discurso.

Este trecho encontrado no site do Partido demonstra sua argumentação para a proposta de deixar de pagar a dívida e a sua crítica aos partidos que representam o capitalismo.

(...) parecem esquecer que essa dívida não foi feita pelo povo brasileiro. Ele nunca foi consultado. Tampouco se beneficiou desse dinheiro. Ao contrário, enquanto a dívida aumentava, os salários e emprego diminuíam e a estrutura produtiva do país retrocedia. Essa é, portanto, uma dívida ilegítima. Além do mais não querem ver que essa dívida já foi paga diversas vezes. Sem mais argumentos, ameaçam dizendo que a ruptura com o FMI levaria o país ao caos, com o fim dos financiamentos externos e o fechamento do mercado internacional. Frente a um fato como esse, a resposta de um governo dos trabalhadores deve ser enérgica: todo aquele que boicotar a economia do país deve ter seus bens imediatamente confiscados e suas empresas nacionalizadas, colocando-os a serviço do país e da população.

Para enfrentar o bloqueio externo devemos fazer um chamado aos demais países devedores para a formação de uma frente continental pela suspensão do pagamento da dívida. Essa frente estabeleceria um comércio comum baseado no princípio da solidariedade dos povos e não da concorrência e do lucro capitalista. Seus países realizariam uma auditoria para mostrar ao mundo inteiro que essas dívidas já foram mais do que pagas às custas da fome do povo. Uma atitude como essa receberia o apoio e mobilizaria milhões em todo o mundo e inclusive nos EUA.⁶

Sinalizam-se algumas de suas propostas:

- Tributar as grandes fortunas e combater a sonegação fiscal;
- Reajustar mensalmente os salários. Salário mínimo do DIEESE;
- Congelar preços, tarifas e mensalidades escolares;
- Combater o desemprego: por um plano de obras públicas e redução da jornada de trabalho sem redução dos salários;
- Realizar uma reforma agrária ampla e radical sob controle dos trabalhadores;
- Estatizar o sistema financeiro;
- Expropriar as grandes empresas e reestatizar as empresas privatizadas;
- Alcançar o monopólio do comércio exterior;
- Garantir um governo dos trabalhadores da cidade e do campo.

⁶ Disponível em: <http://www.pstu.org.br/>. Último acesso em 06 de janeiro de 2009.

Conhecendo as propostas político-programáticas desse partido é possível identificar as semelhanças da forma de organização da Ocupação com a sua linha político-organizativa, considerando que essas semelhanças não indicam igualdade. Por exemplo, no trecho da Tese número 11 da III Internacional Comunista encontra-se a linha político-organizativa que orienta a participação dos militantes do Partido em organismos que discutem e elaboram a política para ser implantada no setor de atuação, assim como esta ocupante informou sobre a sua participação em um “comitê zonal”.

11. Todo membro do Partido deve, de maneira geral, em vista do trabalho político cotidiano, ser incorporado num pequeno grupo de trabalho; num comitê; numa comissão, grupo de estudos, fração ou núcleo. Apenas dessa maneira o trabalho político pode ser repartido. (FELIPPE org., 2006, p. 84)

Segundo as Teses, para a preparação regular dessas reuniões e para a eficácia das manifestações é preciso que o trabalho seja feito em pequenos grupos, com objetivo de concentrar as forças capazes de agir num Partido Comunista.

Com a participação orgânica de alguns ocupantes no PSTU formou-se um grupo de militantes no interior da Ocupação, com reuniões e atividades sistemáticas do Partido. Foram fundados núcleos para o trabalho cotidiano da Ocupação, envolvendo diversas atividades políticas. Este trecho da tese número 12 explicita a função desses núcleos:

12. (...) Os núcleos comunistas são grupos para o trabalho comunista cotidiano em empresas, fábricas, sindicatos, associações proletárias, unidades militares, etc., em todos os lugares onde há alguns membros ou candidatos ao Partido Comunista. Se houver vários deles numa mesma empresa ou num sindicato, o núcleo se tornará uma fração cujo trabalho será dirigido pelo grupo do núcleo. (...) (FELIPPE org., 2006, p. 85)

As Teses apresentam que as tarefas políticas devem ser úteis, desejáveis e práticas aos militantes, com atividades concretas às organizações, aos grupos de operários, aos núcleos e aos diferentes membros. Nesta citação é possível evidenciar o significado e a função do Partido para esta ocupante:

Pra mim, serve pra mostrar que só a luta muda a vida, que a gente não tem nada fácil, não temos que nos agregar a governo e acreditar neles, nos ensinou tanto esses sorteios fantasmas do CDHU, que é um sorteio fantasma, nos ensinou a nos organizar e organizar as pessoas pra marcha, pras passeatas, pras fábricas, porque agente não tem só aqui, mas ajudar outras pessoas também que não é só a moradia, através da moradia agente quer salário melhor, uma alimentação melhor a gente quer educação, saúde que é o principal hoje em dia, que a saúde ta precária. (P.S., 2009)

As Teses do III Congresso Internacional Comunista também dizem que os comunistas devem fazer parte das lutas espontâneas e dos movimentos da classe operária, que deve assumir os interesses dos operários em todos os seus conflitos com os capitalistas, o que explica, em parte, a intervenção do PSTU na Ocupação. Devem ocupar-se das questões concretas da vida dos operários.

(...) Os comunistas devem ocupar-se energeticamente das questões concretas da vida dos operários; ajudá-los a se desembaraçar dessas questões, chamar a sua atenção para os casos de abuso mais importantes; ajudá-los a formular exatamente e de forma prática suas reivindicações aos capitalistas e, ao mesmo tempo, desenvolver entre eles o espírito de solidariedade e consciência da comunidade dos operários de todos os países como uma classe unida que constitui parte do exército mundial do proletariado. (FELIPPE org., 2006, p. 90)

A participação dos ocupantes em atividades políticas possibilitou uma expansão na sua visão de mundo, no que toca à consciência de classe, haja vista o envolvimento em atividades sindicais com o movimento operário do município.

A organização política passou a ter significado de melhorias nas condições de vida, com reivindicações relacionadas às políticas sociais, como as de saúde, educação, alimentação, saneamento básico, aumento de salário, entre outras.

Não há a confiança dos coordenadores no Governo Federal. Acreditam que só conseguirão a legalização da Ocupação através de suas próprias reivindicações e organização política, o que não é um pensamento único na Ocupação. Há quem tenha esperança no apoio do Governo Federal e manifeste sua posição política, retratando a diversidade política no interior da Ocupação e a conjuntura brasileira em relação à aprovação da população ao governo Lula.

Tem um homem aqui dentro que é do PT, ele ainda acredita que o Lula vai ajudar. (...) Ele manda carta pra lá ele quer que a gente lê. (...) Ele acredita nisso, a gente sabe que se alguém quisesse nos ajudar, porque a gente não quer nada de graça, se alguém quisesse nos ajudar a conquistar a nossa terra, a nossa casinha, legalizado, pagando, a gente sabe que eles já teriam dado. (P.S., 2009)

O mais provável é que essa situação esteja relacionada à direção política do PSTU, partido que apresenta uma relação diferenciada com o governo Lula e defende em seu programa que as organizações de trabalhadores não estejam atreladas aos governos e, sim, que tenham autonomia em seu programa político.

A maioria dos coordenadores da Ocupação também é envolvida com organizações políticas da classe trabalhadora, como a Conlutas e o PSTU.

A participação da Ocupação na Conlutas torna necessária uma breve síntese da sua proposta trabalhista para entenderem-se as afinidades políticas que levaram a uma filiação institucional.

O programa da Conlutas é a favor da estatização do sistema financeiro e é contrário às privatizações das estatais e dos serviços públicos (em particular das reservas de petróleo e do setor de saneamento). Reivindica a reestatização das empresas privatizadas; luta por investimento em equipamentos, concurso, mais contratações e valorização dos servidores públicos; pelo fim das contratações temporárias e terceirizações.

Não concorda com o pacto social e com a participação das entidades sindicais nos órgãos dos fóruns com essa finalidade, tais como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e o Fórum Nacional do Trabalho.

No campo da defesa dos direitos sociais e trabalhistas, é contra as reformas sindical, trabalhista e universitária do governo. Defende o emprego, o salário, a moradia, o transporte, a saúde e a educação pública, de qualidade e para todos.

É contra a reforma tributária; argumenta que essa reforma quebra o pacto federativo e concentra os recursos do país nas mãos da União, para compor o superávit primário. É contra,

também, à nova reforma da Previdência anunciada pelo governo Lula e reivindica a anulação da reforma de 2003.

Seu programa sindical é desfavorável ao banco de horas. Defende a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, com escala móvel de horas de trabalho para garantir o pleno emprego.

Propõe um plano de obras públicas que melhore a vida da população e gere empregos com o salário mínimo do Dieese e com a retomada da estabilidade no emprego.

A reforma agrária também é uma reivindicação da Conlutas, porém deve ser realizada sob controle dos trabalhadores e por uma política agrícola que apoie os pequenos produtores. Solidariza-se com as formas de luta dos trabalhadores do campo.

O tema do meio ambiente também é discutido e exposto em seu programa. A defesa da Floresta Amazônica deve ser sob uma ótica da classe trabalhadora. Aborda, ainda, outros temas como a luta contra toda forma de discriminação racial, sexista ou homofóbica.

A negação da propriedade privada é um ponto essencial. Para os ocupantes do “Pinheirinho”, a luta contra a criminalização dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores coloca-se como um aspecto fundamental de identificação.

A solidariedade ativa às lutas dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e por sua autodeterminação é importante para entendermos o seu uso na realidade da Ocupação, aspecto debatido no II Capítulo dessa dissertação.

Propõe o desenvolvimento permanente da relação entre as lutas específicas e imediatas de cada categoria ou do setor que compõe a Conlutas, com as mudanças gerais necessárias desse programa. Assim, pensa que esse processo da realidade elevará a consciência dos trabalhadores para as lutas futuras, como a do socialismo.

Para tratar do processo de organização na conjuntura atual há uma pertinência na discussão baseada na obra de Lênin, buscando relacionar sinteticamente a ação leninista com a organização da Ocupação.

No estudo introdutório que discorre sobre a atualidade da Obra de Lênin, *Que fazer?*, o autor Boron (2006) justifica uma análise contemporânea baseada nos escritos de Lênin:

Desnecessário dizer que uma proposta desse tipo coloca-se na contramão dos lugares-comuns e dos arraigados preconceitos prevaletentes, hoje, na esquerda latino-americana, entre os quais se destacam a negação irracional, e politicamente suicida, e uma série de problemas fundamentais em nossa época – tais como as questões relativas à organização de forças populares e à árdua construção de uma cultura política e de uma consciência autenticamente revolucionárias – e dos desafios postos pela conquista do poder nas sociedades contemporâneas. (...) (BORON, 2006, p. 10)

Nos últimos anos as grandes mobilizações populares foram provocadas pelo fracasso do neoliberalismo, lembrando que a insurgência popular pôs fim a governos neoliberais. No Equador, em 1997 e em 2000; no Peru, em 2000; na Argentina em 2001 e na Bolívia em outubro de 2003.

Esses acontecimentos se mostraram impressionantes na história dos movimentos, porém, evidenciaram problemas de organização numa demonstração de espontaneísmos, pois não conseguiram instaurar governos de orientação contrária aos que derrubaram. Assim, houve uma rearticulação das forças políticas identificadas com o neoliberalismo. Tais fatos históricos demonstram a necessidade de estudos a respeito da consciência e da organização.

A centralidade do problema de organização em Lênin é uma questão ligada à concepção da estratégia revolucionária. Não se trata de uma ação técnica e, sim, política.

Para Lênin o ensino e a divulgação da teoria revolucionária transformam-se em uma das primeiras tarefas do partido. A valoração dos componentes teóricos configurou-se principalmente com um modelo organizativo que transforma o ecletismo teórico em sinal de imaturidade política.

A questão da “consciência socialista: espontaneísmo e direção consciente” foi uma das teses que mais suscitou discussões. Lênin não acreditava no impulso revolucionário das massas; defendeu que a consciência socialista não nasce espontaneamente das lutas do proletariado e de outros sujeitos políticos.

Essa defesa de Lênin explica a importância que deu à organização de um partido de vanguarda e dos revolucionários profissionais, para incitá-las e orientá-las a se mobilizar e agir.

Caracteriza as lutas pelas reformas econômicas, pela melhora das condições de vida dos trabalhadores como imprescindíveis, mas insuficientes. Com a transformação da luta econômica e sindical em luta política é preciso elevar os operários à consciência política *socialdemocrata*.

Para Lênin o partido deve ir a todas as classes da população para difundir as idéias socialistas, assumindo o papel de propagandistas, agitadores, organizadores e educadores.

A especialização e a divisão do trabalho para Lênin implicam na necessidade da centralização organizativa e, de alguma forma também, a encontra-se na organização da Ocupação; podem-se citar como exemplo algumas decisões que são tomadas apenas pela coordenação, baseadas nos critérios de votação, processo que será explicitado em exemplos abaixo.

É importante destacar o reconhecimento de Lênin aos riscos desse modelo de organização: há uma facilidade para o deslocamento das massas e pode haver uma incompatibilidade como os princípios democráticos. Para que isso não ocorra é preciso que as lideranças participem da vida aberta da população ocupante e que os cargos de coordenação possam ser revogados e nomeados por eleição, assim como acontece na Ocupação.

Em sua autocrítica e com as lições deixadas pela revolução de 1905, Lênin expressa suas idéias no prefácio de um texto “*Em doze anos*”, dizendo que a classe operária possui

maior capacidade de organização que as demais classes na sociedade capitalista, dando sentido à organização do partido de vanguarda com organização centralista democrática.

(...) a organização proposta só tem sentido se ela trabalhar com uma classe realmente revolucionária, com uma classe que levante de forma espontânea para a luta. Essa capacidade objetivamente máxima do proletariado para unir-se numa classe é realizada pela relação de pessoas vivas, só mediante determinadas formas de organização. (...) (LÊNIN, 2006, p. 85)

No leninismo, para que exista um protagonismo da classe é preciso que tenha algum tipo de ação coletiva. A experiência de Marx e Engels (Cf. Boron, 2006, p. 68), evidenciou o problema na Primeira Internacional Comunista para a formação de uma consciência socialista e a dificuldade para uma constituição política unitária das classes populares.

Para Boron, dentre as dificuldades para a construção da consciência de classe, somente através da luta, apresentam-se os mecanismos e os dispositivos de manipulação e controle ideológico da burguesia. Permitem neutralizar as tentativas de conscientização promovidas pelos sujeitos políticos contestadores e consolidar um “senso comum” favorável às necessidades de reprodução capitalista.

Por outro lado, é importante considerar o questionamento desse autor sobre a possibilidade da consciência socialista surgir desvinculada das lutas operárias e sobre até que ponto os elementos externos de conscientização são realmente externos, exemplificando com a obra de Marx e Engels.

(...) quem disse que a consciência socialista pode surgir “do nada”, desvinculada das lutas operárias? E mais, poderíamos objetar até que ponto a tese kautskiano-leninista não exagera a “externalidade” do suposto agente externo. Porque, na verdade, até que ponto poderíamos considerar a obra de Marx e Engel um “elemento externo ao proletariado europeu”? Sem as lutas sociais que agitaram a Europa durante grande parte do século XIX, teria sido possível a criação dos fundadores do materialismo histórico? Então, até que ponto essa produção do campo da teoria e da ideologia pode realmente ser considerada uma “influência externa” ao universo proletário? (BORON, 2006, p. 68)

Na Ocupação do “Pinheirinho” é necessário considerar esses questionamentos e apontamentos. Na análise realizada em relação à organização foi possível evidenciar que houve uma relação desses fatores.

Da mesma forma que o movimento surgiu espontaneamente, houve intervenções políticas externas. O PSTU é o partido que mostra maior influência na organização da Ocupação, inclusive com o direcionamento de “militantes profissionais” para contribuir com a organização e para impulsionar elementos referentes à consciência de classe proletária, sem contar com a filiação da Ocupação à Conlutas que também demonstra esse direcionamento. O que não significa que esses “profissionais do partido” não sejam pertencentes aos problemas sociais gerados pelo capitalismo à classe trabalhadora no município de São José dos Campos.

Há, ainda, que se destacar que na organização da Ocupação não há uma fidelidade ao legado teórico-político de Lênin, porém existem semelhanças que se fazem fundamentais para a análise da sua organização e sustentação, expressando a realidade atual.

Na Ocupação alguns temas debatidos por Lênin têm importante relevância à sua manutenção, como o caráter e o conteúdo da agitação política que faz no município, em especial nas passeatas e atos políticos que realiza; nas tarefas de organização e no plano de criar uma organização combativa com alcance nacional.

(...) agora falamos de uma “forte organização de luta”, para a ação direta, para a investida contra a autocracia; em uma “ampla agitação política revolucionária entre as massas” (...); “em um constante chamamento ao protesto nas ruas”, em “organizar nas ruas manifestações de caráter marcadamente (*sic!*) político”, etc., etc. (LENIN, 1970, 96)

A influência do PSTU para a realização das atividades políticas é evidente, porém é interessante buscar entender porque se abriu esse espaço na Ocupação para um partido que reivindica o socialismo e a teoria leninista como forma de organização para a conquista não somente de concessões isoladas, mas de questões políticas também; um partido capaz de organizar a luta diária e apresentando-se com uma proposta socialista capaz de se chocar com o Capital.

A Ocupação se organiza para elaborar um plano de atividades práticas sistemáticas; mesmo que ainda tenha em sua centralidade a conquista da moradia, expressa seu trabalho de agitação e de organização política para a sociedade.

Os ocupantes coordenadores acreditam que o envolvimento político foi o principal motivo para manterem e sustentarem a Ocupação, por meio da organização da população, que aconteceu através das reuniões por setores e das Assembléias Gerais.

Em primeiro lugar foi a organização da população, porque a gente tem a organização. Segundo foi politizar todo mundo, não todo mundo, mas a maioria. (...) Pela participação das reuniões de núcleo e pela Assembléia geral. Foram as principais para organizar as pessoas. Você já imaginou 9000 pessoas dentro de um lugar que não tivesse organização, reunião... As pessoas não sabiam o que tava acontecendo nos processos, nas liminares, como que agente ia conseguir? Se não organizasse, se não colocasse as pessoas pra fazer passeatas, protestos na frente da Prefeitura por moradia. A gente derrubou são 18 liminares de reintegração de posse e demolição têm mais duas em Brasília. Ação da Prefeitura junto com o Naji Narras da Selecta, uma empresa fantasma que nunca teve aqui. Nunca teve empresa, como nunca teve trabalhador, uma ação trabalhista, aqui era uma empresa de maçã que nunca existiu. (P.S., 2009)

É interessante destacar a citação da ocupante quando apresenta a empresa proprietária da área como uma “empresa fantasma”, que nunca existiu, inclusive apontou o fato de que a empresa nunca teve trabalhadores e não produziu o produto que dizia produzir: “maçã”; contudo, existe uma parceria da Prefeitura com essa empresa.

A estrutura de organização da Ocupação é definida pelas reuniões e assembléias, com horários e dias da semana fixados. Cada ocupante participa de pelo menos duas reuniões por semana, sendo que os coordenadores participam de três, no mínimo. Discutem os problemas internos; o andamento do processo jurídico; os acontecimentos políticos e conjunturais do município, em especial nas fábricas; assuntos do país e assuntos internacionais.

A gente tem a nossa reunião dos coordenadores na segunda feira, uma vez por semana, aí agente discuti todos os problemas dos setor, problemas sérios que a gente não consegue resolver, que tem que ser resolvido por todos os coordenadores... Aí o M. explica como ta o processo, porque o advogado passa pra ele, explica como que ta o jurídico e como estão os problemas que estão acontecendo na GM, na Embraer, porque a gente vai ajudar fora daqui, ele fala o básico a gente escreve e reproduz na reunião de núcleo, aí no sábado tem a Assembléia Geral. (P.S., 2009)

A avaliação dos coordenadores é que as reuniões e atividades da Ocupação têm uma frequência regular por parte dos ocupantes e que os compromissos políticos, como as reuniões e as assembléias, tornaram-se parte do cotidiano dos moradores, chegando a aproximadamente 60% o número de pessoas presentes nessas atividades.

“As pessoas já sabem o horário e vai certinho, é como se fosse uma escola, as pessoas já sabem e vão. É uma “escola de luta”. (P.S., 2009)

As Teses da III Internacional remetem ao trabalho cotidiano uma atividade necessária ao Partido Comunista, com a participação consciente de membros do partido na “escola das lutas”, como se referiu a ocupante, sendo premissa indispensável para a democracia operária.

O envolvimento em atividades políticas é fundamental entre os critérios de ocupação. Na citação desta coordenadora aparecem alguns desses critérios.

Não brigar, não maltratar as crianças, se tiver filhos, participar das reuniões, ir pra passeatas e querer lutar. Porque as vezes as pessoas vem pra cá achando que não precisa lutar, que aqui já ta ganho, (...) precisa de muita luta ainda, mesmo quando a gente ganhar, porque a gente vai ter que lutar pra ganhar estrutura, né? O saneamento básico, água, a gente vai precisar de mais luta, isso é o que precisa pra vir morar aqui. (P.S., 2009)

As decisões referentes à organização política e social da Ocupação são tomadas através de votações. Há que se considerar que também existem critérios de votação e, em casos emergenciais, a própria coordenação decide, bem como descreve uma ocupante.

Aqui quando a gente tem um coisa geral é votado. Tipo assim se aqui no setor tem um problema de um morador que ta trazendo problemas para os outros moradores, então é que a gente faz votação no setor e dá uma chance. Leva primeiro pra reunião de coordenação, a gente vai conversar com a pessoa, a gente dá a chance, a gente vai lá e da a chance, porque a gente acredita que as pessoas podem mudar, aí se não dé certo, a gente leva pra votação se a pessoa fica ou sai, aí a gente leva pra votação. (P.S., 2009)

A classificação dada para decisões com o conjunto dos ocupantes ou pela coordenação é referente ao que consideram uma questão de nível “leve” ou “pesado”.

Quando é coisa é mais leve a gente dá uma chance e não expulsa, mas geralmente quando a gente leva pra Assembléia é quando é mais pesado. Leve é assim: quando uma pessoa briga com a mulher, bate, a gente vai lá e conversa, fala pra não acontecer mais que a próxima vai pra fora, como tem um caso. (...) Isso

quando a mulher não fala a verdade, ela gosta de apanhar, ela fala: eu caí, bati no fogão, espirrou gordura, bati no tijolo, não foi o marido.

É pesado: tentativa de estupro, roubo. (...) Se roubar aqui dentro vai pra rua. A gente primeiro confirma, só se a pessoa pegar na hora, mas se a pessoa vim falar, ah! tem alguém roubando, a gente chama segurança, que são moradores, a gente fica de tocaia, se pegar roubando expulsa na hora, aí explica na Assembléia, isso aí é uma coisa de emergência, agora se é uma coisa que pode esperar, leva pra votação, é que tem coisa que a gente tem que decidi na hora, aí quem decide é a Coordenação que tem autonomia pra ta decidindo na hora, quando é uma coisa que a gente sabe que dá pra esperar aí a gente leva pra ta votando lá. (P.S., 2009)

Para situações como narcotráfico a Coordenação acredita que esse é um problema que ultrapassa a questão das classes sociais, mas que a maior incidência acontece nas classes mais pauperizadas, o que deixa a Ocupação vulnerável nesse sentido. O objetivo maior dos ocupantes é a conquista da moradia. Para questões como o narcotráfico, há uma cobrança do governo municipal para que tome as medidas necessárias de combate e contenção.

No caso de verificarem-se situações que envolvam o uso de substâncias psicoativas por moradores da Ocupação, há tentativas de se minimizar o problema. Acreditam que o envolvimento dessa pessoa em atividades políticas e de organização possa contribuir para interromper esse uso.

Você sabe que droga existe em todas as classes, mas principalmente na classe baixa, que é o maior índice de drogas. Aqui tem casos, mas a gente não tem noção da quantidade e também não tem a direção disso (...) a maioria das pessoas a gente sabe que quando vende não são moradores, são pessoas que vem de fora, se infiltram pra ta vendendo a droga, a gente não pode ir de frente com o tráfico porque nem a policia consegue eliminar isso, quanto mais a gente, então isso fica pro Secretário da Segurança, combater os traficantes. A gente ta ai pra lutar por moradia e outras coisas que agente consegue diminuir e não eliminar, tentando ajudar a pessoa que é dependente e mora aqui, quando a gente consegue tirar a pessoa de dentro da casa dela, ir na passeata já é um dia fora da droga, a gente consegue colocar a pessoa nas atividades diárias, que tem aqui, como o mutirão pra tirar o lixo da rua. (...) A gente vê a situação da rua, se tiver com mato a gente limpa, as pessoas também procuram não jogar lixo no meio da rua, a gente tem as lixeira aqui na frente da Ocupação e coloca ali. (P.S., 2009)

As atividades desenvolvidas na Ocupação devem ser pensadas e analisadas conforme as regras internas e também conforme as regras da sociedade. Pensam na segurança dos moradores e também na sua relação com o meio ambiente, por exemplo. Cercaram a

Ocupação com arame e pintaram as madeiras de vermelho para que servissem de estrutura que demarcasse a área ocupada.

Medidas simples, como esta, a de cercar a Ocupação, evitam problemas que os ocupantes possam ter com a criminalização da Ocupação, em casos de invasão da polícia ou de pessoas envolvidas com roubos.

A gente arrumou porque não pode fazer um muro, porque daí eles falam que é condomínio, se agente colocar arame farpado não pode, se a gente colocar madeira não pode, porque ta fechando, ta privando a policia de entrar aqui, que a Prefeitura fala então agente comprou os arames, que cada um deu pouco, colocou essas madeiras porque na árvore não pode colocar, porque maltrata o meio ambiente, porque a gente se preocupa com isso, a gente tem uma área aqui onde têm as minas d'água, não pode mexer, tem que preservar, a pessoa que for lá a gente tira pra não prejudicar o meio ambiente. (...)

Então as pessoas que robam lá fora não corre pra dentro do Pinheirinho, tem muita gente que roubava carro lá fora e na perseguição com a polícia deixava o carro aqui dentro, porque aqui era tudo aberto, aí a polícia entrava aqui, invadia os barracos e até levava as pessoas que não tinham nada a ver, a gente sabe que existe droga, mas a polícia também implanta quando não acha, se eles pega um morador aqui e bate eles não vão deixar o morador numa corregedoria, numa delegacia ir fazer uma queixa, então eles implantam uma droga e falam que a pessoas resistiu a prisão é assim que eles fazem, e você sabe que fica impune. (...) (P.S., 2009)

Situações de criminalização da Ocupação ou qualquer outra que envolva o conjunto da Ocupação devem ser tratadas de forma coletiva; por isso a estrutura de organização e a forma com que os ocupantes participam são fundamentais. Não basta só ir às reuniões ou às assembléias, é preciso que todos contribuam com as decisões democraticamente. Geralmente as propostas políticas são levadas pela Coordenação e apresentadas por pessoas diferentes e é implementada a proposta mais votada, bem como a divisão de tarefas de organização.

A gente leva três propostas políticas e três pessoas da Coordenação apresentam cada um apresenta uma e é votado pelos moradores aquilo que eles escolhem, por exemplo, a festa de fevereiro de cinco anos de Pinheirinho, vota a programação o que é primeiro o que é depois, como vai encerrar quem são as pessoas que vai trazer, eles votam quem vai fazer o que é votado, cada coordenador vota a tarefa que vai fazer às vezes uma coisa ou outra não sai e não consegue fazer. (...) (P.S., 2009)

Assim, também são definidas as formas de pressão que utilizam com os governantes, em detrimento da regularização da área ocupada. Os ocupantes fazem passeatas, saem da Ocupação e vão até a Prefeitura, com a intenção de explicar à população a necessidade que

têm da moradia e mobilizá-la a seu favor. Este trecho das Teses da III Internacional número 33 também esclarece essas ações.

(...) Em todos os lugares onde nossas frações e nossos núcleos desejem obter para nossas reivindicações e aprovação das massas, folhetos, panfletos e cartazes deverão ser distribuídos com habilidade a fim de excitar a opinião. (...) (FELIPPE org., 2006, p. 97)

É com a mobilização da população a seu favor e com a organização política dos ocupantes que a Ocupação se pretende manter e sustentar, visando a alcançar o objetivo de conquistar a moradia e os direitos sociais, correspondentes às necessidades da vida humana. Nesse ponto, torna-se esclarecedor o debate de Marx na *Questão Judaica*, quando trata do problema da relação entre a emancipação política e a emancipação humana.

A evidência apontada pelos líderes da Ocupação é que cada um poderá autolibertar-se através da emancipação política, situação que demonstra um avanço na consciência dos ocupantes. Porém, é importante atentar para a necessidade e importância de uma revolução permanente para a abolição definitiva da propriedade privada, bem como disse Marx.

(...) A vida política procura abafar os próprios pressupostos – a sociedade civil e os seus elementos e estabelecer-se como genuína e harmoniosa vida genérica do homem, somente nos momentos da sua especial autoconsciência. Por outro lado, só conseguirá isso através da contradição violenta com as próprias contradições, declarando a revolução como *permanente*. Assim, o drama político termina necessariamente com a restauração da religião, da propriedade privada, de todos os elementos da sociedade civil, tal como a guerra termina com a paz. (MARX, 2004, p. 24)

A conquista da moradia para os ocupantes, simplesmente, não significa a abolição da propriedade privada. É preciso ir além da moradia, em uma revolução permanente para a conquista da transformação social, para uma verdadeira revolução na sociedade que vise à emancipação humana, com mudanças concretas nas condições de vida da humanidade, que possibilitem ao homem se tornar um ser genérico, organizando suas próprias forças e fazendo-as se tornarem forças sociais, sem separá-las de si. “Fazer dessa força social uma força política”, bem como disse Marx na *Questão Judaica*.

De certa forma a Ocupação expressa uma tendência em busca desse processo, mas para se chegar a esse objetivo a organização da Ocupação depende de transformações estruturais na sociedade. Depende ainda, das correlações e forças lançadas na conjuntura política e social.

Considerando a atualidade da teoria de Marx para esclarecer a realidade social, é importante destacar sua citação na *Questão Judaica*, quando trata da alienação do homem em relação ao homem na democracia política cristã, onde os componentes do Estado político são religiosos.

(...) É cristã a democracia política, no sentido de que o homem, não só um homem, mas todos os homens são nelas considerados como seres soberanos e supremos; mas é o homem incapaz, insociável, o homem tal como é na sua existência fortuita, o homem como foi pervertido, perdido para si mesmo, alienado, sujeito ao domínio das condições e elementos inumanos, por toda a organização da sociedade – numa só palavra, o homem que ainda não surge como real ser genérico. O sonho, A criação da fantasia, o postulado do cristianismo, a soberania do homem – mas do homem como ser alienado distinto do homem real – é, na democracia, realidade palpável e presente, máxima secular. (MARX, 2004, p. 28)

Como explicou Marx é preciso que essa liberdade se baseie nas relações de homens entre homens e não na sua separação, como acontece com o direito à propriedade privada defendido pela sociedade atual, que através da liberdade individual forma a sua base. É necessário que exista o direito real à liberdade de organização política que não se limita ao interesse privado, bem como buscam os ocupantes do “Pinheirinho”.

(...) Em todos os direitos do homem, ele mesmo está longe de ser considerado um ser genérico; ao contrário, a própria vida genérica – a sociedade – surge como sistema que é exterior ao indivíduo, como restrição da sua independência original. Praticamente o laço que os une é a necessidade natural, a necessidade e o interesse privado, a preservação da sua propriedade e das suas pessoas egoístas. (MARX, 2004, p. 33)

A consciência política e a solidariedade na Ocupação são elementos importantes nesse aspecto da relação entre os ocupantes, nos termos de Marx, “entre os homens”; não devem ser consideradas do ponto de vista privado, apenas individual e, sim, como a expressão de uma

coletividade que evidencia suas necessidades concretas da vida social e que ganha força na sociedade, com a sua organização, diante do que lhe é “oferecido” pelo sistema.

3.2 A Conjuntura

Em torno da organização e sustentação da Ocupação é importante discorrer sobre a conjuntura que perpassa o conflito da relação capital/trabalho e abarca a questão da propriedade privada, haja vista sua vinculação direta com as condições de vida e o cotidiano dos sujeitos envolvidos. É preciso contextualizar o momento histórico atual, nos marcos de uma sociedade de sistema capitalista.

Pode-se dizer que atualmente o conflito dessa relação é decorrente da sociedade capitalista, movida pelo processo de acumulação do capital. Perpassa por um conjunto de políticas que são articuladas à reestruturação produtiva em torno do projeto neoliberal.

O sistema capitalista em sua atual fase traz mudanças, inclusive, nas intervenções do Estado moderno. Com a internacionalização da produção, os grandes grupos monopólicos passam a controlá-la por cima de povos e Estados, havendo um redimensionamento do poder estatal.

O Estado, até a fase do capitalismo monopolista, tinha funções mais precisas, atuava como um aparelho controlador e mantenedor dos interesses da classe dominante, garantindo a propriedade privada dos meios de produção burgueses. Com o surgimento dos monopólios e crise do sistema capitalista, passa a ter ações políticas e econômicas sistemáticas. Nesse sentido, o Estado passa a assegurar que os capitalistas mantenham seu lucro intervindo nas dificuldades de reprodução capitalista, em meio aos ciclos de suas crises, inclusive com a socialização de suas perdas.

Como implicação de tal sistema e em meio à correlação de forças, é necessário que o Estado da “democracia burguesa” suporte a participação política da classe trabalhadora que organiza sua luta, para desempenhar sua função econômica, logicamente, sem mexer na reprodução de seus lucros.

Para legalizar essa relação de dominação, as citações de Vieira (2004) são esclarecedoras:

(...) quando se toca em política econômica, política social, política educacional, política habitacional, política de saúde, política previdenciária, e em outras análogas, está-se mencionando uma estratégia de governo que normalmente se compõe de planos, projetos, de programas e de documentos variados. Neles se acham as diretrizes relativas a cada área. Se o Estado é uma organização especial da força, de sua parte, o governo constrói a ordem de cada dia, assegurando e legalizando a dominação. No cotidiano das lutas políticas, o governo vai fixando a orientação da política econômica e da política social. (VIEIRA, 2004, p. 141)

Não tem havido, pois, política social desligada dos reclamos populares. Em geral, o Estado acaba assumindo alguns destes reclamos, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais significam antes de mais nada a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Não significam a consagração de todas as reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente no momento. Adotar bandeiras pertencentes à classe operária, mesmo quando isso configure melhoria nas condições humanas, patenteia também a necessidade de manter a dominação política. (VIEIRA, 2004, p. 144)

Com a limitação e enfraquecimento da luta sindical, combinados à inflexibilidade do capitalismo, a questão que envolve esse conflito tem reflexos diretos na vida da classe trabalhadora, como o aumento do desemprego e a perda de direitos conquistados historicamente.

O sistema capitalista submete cada vez mais os trabalhadores ao desemprego, ao subemprego e aos trabalhos informais. A classe trabalhadora fica sujeita a uma situação de miséria crescente, privada até mesmo de suprir suas necessidades básicas de sobrevivência, como a moradia, a saúde, a educação, o saneamento, o acesso à terra e ao trabalho e outros, alijada de construir a sua própria história na sociedade.

Essa Ocupação é decorrente, principalmente, da mobilização em torno do problema da questão habitacional. Há um processo de favelização das cidades e um aumento do número de

famílias sem moradia. Tal fato que se expressa como uma das conseqüências do modo de produção capitalista, só se resolverá por completo com uma transformação da sociedade, segundo Engels. Assim, essa análise deve considerar o processo de acumulação no capitalismo, mediante a exploração e a opressão da classe trabalhadora.

(...) A crise da moradia não é de modo algum um fenômeno casual; é uma instituição necessária, onde não poderá desaparecer com suas repercussões sobre a saúde, etc., se não quanto toda a ordem social que fez nascer seja transformada pela raiz. (ENGELS, 1976, p. 71).

O capitalismo traz repercussões à vida das pessoas. A exploração do trabalho é intensificada (trabalho precário) e as condições de vida da população trabalhadora são precarizadas, tornando-se um problema social, que vai além da implementação de políticas sociais e retoma o debate de concepções antagônicas de diferentes projetos políticos, como o liberalismo e o socialismo.

O pensamento liberal sustenta o método funcionalista, que resume a política social em uma técnica social para garantir a normalidade do sistema.

A análise crítica da política social, relacionada à concepção socialista e ao método materialista histórico e dialético, pressupõe a política social como parte da estratégia da classe dominante para o controle do fluxo de trabalho no sistema de posições desiguais, conserva a desigualdade social e colabora com o funcionamento do capitalismo.

Ocupações como essa ressaltam a importância da organização da classe trabalhadora, para fazer valer seus direitos sociais, diante de uma visão histórica e conjuntural de uma sociedade de classes, que visa ao fortalecimento do coletivo para a transformação da realidade social. Extrapolam a resolução dos problemas sociais apenas com “políticas sociais de inserção” e propõem outra forma de organização para a sociedade, com a abolição da propriedade privada.

No debate em torno da propriedade privada também é necessário considerar as mediações apresentadas na conjuntura contemporânea.

Nos anos 1990, com o neoliberalismo, aconteceu uma grande ofensiva do imperialismo com a reação democrática. As organizações de esquerda, reformistas e revolucionárias, sofreram um processo de adaptação a esses planos. Esse período foi marcado pelo auge do neoliberalismo e das privatizações, poucas lutas aconteceram. No final dos anos de 1990, novas lutas reabrem-se no cenário mundial.

No Brasil as organizações que surgiram em meados de 1978 e 1980 como os maiores instrumentos das grandes lutas do movimento operário e do campo foram a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento Sem Terra (MST).

As organizações de esquerda passaram por um processo de adaptação ao Estado, de forma desigual, e muitas perderam o seu caráter classista e de luta. Com a eleição do governo Lula em 2002 esse processo sofre uma mudança qualitativa e muitas dessas organizações passaram a ter um papel de apoio incondicional ao governo, que tem uma política de conciliação do conflito que perpassa a luta das classes sociais.

Contra o projeto neoliberal, novas lutas aconteceram com uma série de greves e uma onda de ocupações de terra. O funcionalismo público foi um dos setores que travou um embate contra a Reforma da Previdência com diversas mobilizações. Nesse cenário aprofunda-se o processo de reorganização no terreno político e sindical, inicia-se um processo de ruptura com a CUT por parte de alguns sindicatos e há tentativas de construção de novas entidades da classe trabalhadora para a organização dos movimentos sociais; dentre elas estão a Instrumento de Luta e Organização da Classe (Intersindical) e a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas).

A filiação da Ocupação estudada à Conlutas expõe a proposta dessa entidade de unificar a luta dos trabalhadores com a aglutinação de setores sindicais e populares, considerando o contexto de luta contra o neoliberalismo.

Nessa conjuntura, estão lançados desafios à reorganização e à intervenção dos movimentos sindicais e populares, que não se esgotam nas lutas sindicais e atingem setores de desempregados ou de trabalhadores em regime precarizado. Tais movimentos sociais reivindicam a reforma agrária, a moradia, a saúde, a educação, entre outras.

As ocupações urbanas ou rurais são marcadas por conflitos, por mexer na questão da propriedade privada e apontar para o déficit habitacional nos centros urbanos e para a necessidade da reforma agrária. Expressam a consciência de famílias trabalhadoras em lutar contra a situação limite em que vivem, com a falta de moradia e de condições dignas de sobrevivência, colocando no cenário urbano e rural as diferenças entre as classes, através dos enfrentamentos aos grandes proprietários.

Há uma retomada dos movimentos sociais urbanos e rurais que atacam o capital, com o objetivo de ocupar a propriedade privada. Demarcam uma função de protagonistas na sociedade com uma importante expressão política, diferente do que aconteceu na década de 1980, quando havia certa secundarização dos movimentos populares em detrimento dos movimentos sindicais.

Tanto nas ocupações urbanas como nas rurais, esses enfrentamentos são marcados pela violência e truculência do Estado e da polícia, como as medidas de repressão.

Essas ocupações passam por um processo de criminalização, sendo, inclusive a luta pela terra, criminalizada por meio de lei, através da medida provisória 2109-52, de 24 de maio de 2001, adotada pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Essa medida provisória foi convertida em lei pela Emenda Constitucional nº 32 de 11 de set de 2001 e passou a fazer parte integrante da Lei 8.629/93, a Lei da reforma agrária. Merecendo destaque os artigos:

6º O imóvel rural de domicílio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes a sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações.

7º Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo

pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso a terra, for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domicílio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público, de atos de ameaça, seqüestros ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações. (Diário Oficial da União de 25.05.2001). (Honório, 2005, p. 152)

Além da criminalização da luta pela terra, a adoção de tal medida provisória leva à intensificação dos embates com o aumento de conflitos e prisões de membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Esses movimentos são também acompanhados por um conjunto de ideologias que privilegia a propriedade privada e a ordem capitalista. Colocando-os como “invasores da propriedade privada”, que estão descumprindo a lei em nome de privilégios individuais, sem considerar que as ocupações são construídas a partir de problemas sociais decorrentes dos reflexos do sistema capitalista.

Por outro lado, na história das ocupações, foi demonstrado que, com a inclusão de critérios políticos e sociais ao debate com a sociedade, embora a defesa da propriedade privada não desapareça, abre-se espaço para negociações atreladas à função social da propriedade e nos direitos sociais baseados em questionamentos referentes à ineficiência das políticas sociais. Assim como esclarece Vieira:

A política social aparece no capitalismo construída a partir das mobilizações operárias sucedidas ao longo das primeiras revoluções industriais. A política social, compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, unicamente pôde existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX. (...) (VIEIRA, 2004, p. 140)

As ocupações urbanas protagonizam ações sociais coletivas que expressam sua demanda para a sobrevivência cotidiana; mostram que os trabalhadores que participam de ocupações urbanas vivem as conseqüências do processo de acumulação do capital, como a exploração, a opressão, o desemprego, a miséria, a violência, a falta de habitação, a

precariedade na saúde e na educação, entre outras, mas, fundamentalmente, têm o papel de questionar a propriedade privada no sistema capitalista.

Muitos bairros em São José dos Campos são ocupações de terra, a exemplo do bairro Chácaras Reunidas, o bairro considerado irregular pela Prefeitura Martins Guimarães, o Jardim Morumbi, o Colonial, o Jardim República, o D. Pedro e vários outros. O bairro Campo dos Alemães foi uma ocupação que aconteceu em 1982 e houve enfrentamentos com a polícia até a sua regularização.

As favelas também se caracterizam como um tipo de ocupação, porém são de forma aleatória. As pessoas fazem barracos sem nenhuma organização inicial, convivendo com a falta de saneamento básico, entre outras situações. Na Ocupação do “Pinheirinho” as ações são pensadas anteriormente e as pessoas dividem a terra, fazem planejamentos e, principalmente, cumprem o seu papel na luta por direitos questionando a propriedade privada.

CONCLUSÃO

Como conclusão deste trabalho foi apresentada uma análise feita acerca dos dados e das reflexões dos elementos encontrados no decorrer da pesquisa. Essa análise demonstrou a importância da organização e da sustentação da Ocupação e as suas dificuldades.

A condição de vida é um aspecto fundamental para entender os motivos que levaram os ocupantes a se organizarem. A falta de recursos básicos para a sobrevivência humana se apresentou como motivadora para a manutenção da Ocupação, haja vista a precariedade sócio-econômica das famílias, principalmente em decorrência dos trabalhos informais e desprovidos de direitos trabalhistas.

A Ocupação se tornou importante na vida dos ocupantes por suprir especialmente a necessidade da moradia. A situação econômica foi a base dessa motivação, porém os fatores da superestrutura também foram considerados igualmente, no que toca às reflexões políticas dos sujeitos envolvidos com a particularidade de sua realidade social. Tais reflexões possibilitaram a organização das forças sociais de forma coletiva e como força política, alcançada com o processo de reivindicações em torno dos demais direitos sociais.

Através da particularidade da Ocupação e da sua organização social e política, foi possível aos ocupantes a afirmação de uma cultura própria, o que se apresentou com significativa importância, já que essa cultura está acompanhada da autonomia dos seus membros e da troca de experiência entre eles. A inserção dos ocupantes em políticas sociais por meio de ações reivindicativas se revelou como um exemplo dessa cultura formada na Ocupação.

A reivindicação de direitos sociais, algumas vezes, possibilitou aos ocupantes a inserção em políticas de saúde, educação, trabalho, entre outros. Esse processo favorece a sua

autonomia e pode ser o início da trajetória de transformações necessárias para a sua emancipação humana, sem desconsiderar a necessidade de transformações mais profundas na sociedade para que a humanidade alcance o ser genérico e rompa com a alienação à qual é submetida.

A participação da Ocupação em atos políticos no município tem como objetivo conquistar a opinião da população em seu favor, além de que os ocupantes levem sua experiência de organização para a sociedade brasileira, através da participação em atividades nacionais. Amplia sua visão de mundo pelas relações que são construídas nesse processo. Esse conjunto de situações também se caracterizou como parte do conjunto de fatores que possibilita a sustentação da Ocupação.

Os enfrentamentos da Ocupação com a Administração Pública do município em torno da propriedade privada dificultam a sua organização. Muitas vezes os ocupantes foram ameaçados de invasão para desapropriação da área de forma truculenta e com repressão policial. Os ocupantes foram e ainda são tratados de forma preconceituosa por dirigentes públicos que não consideraram os direitos sociais dos ocupantes (a citação da criação da “Lei Hayashi” serve como exemplo). Tiveram que criar medidas de segurança, principalmente para as lideranças que recebem ameaças constantemente. Tais situações são formas de criminalizar a Ocupação.

É através da solidariedade construída na Ocupação que as pessoas expressam a força da organização. A solidariedade se manifesta e apresenta fundamental importância para a sua manutenção, a exemplo do sentimento de defesa da maioria, quando membros da Ocupação são ameaçados pela polícia e colocam em risco a segurança da coletividade ou quando se reúnem para contribuir com alimentos e recursos materiais para suprir necessidades básicas de uma família que necessita em caráter emergencial.

A organização dos ocupantes em torno da arrecadação de fundos, da construção das normas e dos apoios sócio-políticos é importante, principalmente porque dá organicidade à Ocupação e contribui com a formação da ética necessária para o desenvolvimento humano, além de orientar os ocupantes de sua particularidade ao genérico-humano.

A consciência de classe construída na Ocupação favorece a organização dos ocupantes, por apoderarem-se do seu lugar na luta de classes, ainda que essa consciência possua níveis diferentes entre seus membros. Essa consciência permitiu aos ocupantes a elaboração de um projeto político e pode imprimir uma direção consciente em função da transformação social e da extinção das classes sociais.

O processo de construção dos valores na Ocupação formados pelas relações do cotidiano é essencial na vida dos ocupantes, apresenta a sua situação social. A consciência de permanecer enfrentando a política da Administração Pública de defesa da propriedade privada é a objetivação de determinados valores construídos na história da Ocupação e o seu fortalecimento na realidade social.

A vida cotidiana dos ocupantes favorece o trabalho de organização por mediar a relação das singularidades dos sujeitos envolvidos com a totalidade da sociedade, por meio da Ocupação, de sua particularidade.

Existe uma motivação moral na Ocupação que sugere mantê-la em torno aos embates e enfrentamentos com a Administração Pública, acerca da propriedade privada e da consciência de classe, elevando a consciência de solidariedade e a de classe. É necessário lembrar que a relação com o humano-genérico pode ou não elevar a sua consciência, por estar constantemente em movimento.

As relações cotidianas expressam as expectativas dos ocupantes em acessar os direitos sociais e em expandir seu conhecimento aos que ainda não conseguiram. Demonstram a sua força de organização em relação à luta política que está sendo travada.

A dedicação das lideranças na organização cotidiana das atividades políticas e sociais tem um papel importante, na medida em que têm objetivos políticos definidos e relações com instituições políticas, como o sindicato e partidos políticos.

A organização e os meios de sobrevivência da Ocupação em parte surgem da estratégia do PSTU. Esse partido prevê um projeto político para a sociedade e tem um peso importante para a manutenção e direção política da Ocupação.

As atividades políticas aparecem como uma das principais motivadoras para que os ocupantes se dediquem à organização da Ocupação. A história política da Ocupação deve ser considerada, principalmente em decorrência da influência adquirida inicialmente e em meio à local correlação de forças, na disputa entre os sujeitos políticos envolvidos.

A participação da maioria dos membros da Coordenação por meio de organismos partidários, em pequenos grupos, funciona como um facilitador e organizador da totalidade da Ocupação de forma concentrada, no que se refere aos aspectos da organização político-social. Um espaço onde os ocupantes discutem e elaboram a política geral, levando em consideração as análises, as caracterizações e as implantações de políticas, relacionando-se com a conjuntura daquele momento. São também nesses espaços que sobressaem as características de cada participante para a divisão de tarefas.

A política programática da Ocupação de independência dos governos possibilita uma organização própria pautada em escolhas políticas e de classe. Essa independência possibilitou alianças com o movimento operário em São José dos Campos e a filiação a entidades nacionais, visando buscar sustentação para a organização de forma mais ampla, sem “internismos” que possam prejudicá-la em função do seu isolamento da sociedade e de outros movimentos sociais.

No que toca à organização interna, as reuniões sistemáticas setorizadas e gerais são fundamentais, porque funcionam como um instrumento que possibilita a todos participarem

das discussões e decisões políticas e organizativas da Ocupação. Reuniões que são presentes no cotidiano e têm a participação efetiva de aproximadamente 60% dos ocupantes. Possibilitam uma ação democrática e coletiva entre os seus membros, dando vida à organização e à sustentação da Ocupação.

As lideranças evidenciam a necessidade dos seus objetivos extrapolarem a conquista da moradia. A expansão da luta para os demais direitos sociais e o apoio a outras Ocupações dão a idéia de continuidade de suas ações, na tentativa de organizar suas próprias forças, tornando-as forças sociais e políticas. Trazem em questão aspectos que podem levar a discussão da teoria da revolução permanente e do alcance da humanidade ao ser genérico, visando não só a emancipação política, mas também a emancipação humana.

Os ocupantes buscam a liberdade real para a sua organização política, não se limitam ao interesse privado. A consciência política e a de solidariedade são importantes para fortalecer a relação entre os ocupantes e expressam uma coletividade que coloca em evidência suas necessidades, representando sua força diante do sistema social e dos embates em torno da propriedade privada.

Foi necessário considerar a conjuntura política que propiciou esse processo de ocupação e o momento histórico atual, em uma sociedade de sistema capitalista. Perpassar pelo conflito da relação capital/trabalho e abarcar principalmente a questão da propriedade privada. Tais conflitos são decorrentes da sociedade de sistema capitalista, movida pelo processo de acumulação e pela manutenção da propriedade privada.

Atualmente o Estado intervém nas dificuldades da reprodução capitalista em meio aos ciclos de suas crises para a manutenção de seus lucros, socializando suas perdas. O aumento do desemprego e a perda dos direitos conquistados historicamente trazem reflexos diretos às condições de vida dos trabalhadores. Há uma situação de miséria crescente dos trabalhadores

em decorrência dos trabalhos precários e informais, que os priva de suas necessidades básicas, como o direito à moradia.

As políticas sociais se apresentam como insuficientes para responder a essa realidade social. Para os ocupantes do “Pinheirinho” houve a necessidade de uma organização coletiva em busca dos seus direitos sociais.

Passados os anos 1990, que marcaram o auge do neoliberalismo, e com o processo de reorganização da classe trabalhadora, há uma retomada dos movimentos sociais, que é marcada por conflitos por mexer na questão da propriedade privada. A violência e a truculência do Estado se apóiam em medidas de repressão e de criminalização, como acontece com os ocupantes do “Pinheirinho”.

Assim, a organização proposta pela Ocupação em São José dos Campos expressa parte dessa totalidade em movimento. Sustenta-se, também, a partir dessa conjuntura que retoma os movimentos sociais como instrumento de conquista de seus direitos e mudanças para a sua realidade social.

O desafio da Ocupação é manter a sua organização pautada em interesses da coletividade que visem uma transformação social e não a cristalização de valores individuais que institucionalizam movimentos e os atrelam aos governos e ao sistema capitalista, como muitos fizeram nos anos de 1990, perdendo o seu caráter de classe e de organização independente.

É evidente que a organização e a sustentação da Ocupação já tomaram o seu lugar na história do município e dificilmente esses ocupantes serão retirados de suas moradias conquistadas com muito esforço e luta. Porém, há que se considerar que essa realidade está em movimento, que muito ainda é necessário para sua regularização e, principalmente, para expandir o desafio e unir-se a outros movimentos que visam à transformação social para toda a sociedade.

Para essa chamada transformação social é necessário que as diversas organizações de trabalhadores, em especial os operários, extrapolem a luta por direitos sociais e busquem a sua emancipação política e humana, em uma sociedade em que não exista a propriedade privada e, sim, a propriedade social coletiva, baseada no próprio trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Estudos de sociologia e história*. São Paulo: Anhembi, 1957.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Textos II*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Antologia filosófica*. Lisboa: Estampa, 1971.

FELIPE, Willian (org.). *Teoria e organização do partido*: coletânea de textos de Lênin, Trotsky e Moreno. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sunderman, 2006.

FREDERICO, Frederico. *A consciência operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1978.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 8. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. Rio de Janeiro: Cortez, 1998.

LEI nº 8.069, de 13 de jul 1990.

LENIN, Vladimir Ilich. *Que fazer?: a organização como sujeito político*. São Paulo: Martins, 2006. (Coleção Dialética).

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma revisionismo e oportunismo*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.

MARX, Karl. *Os pensadores*, São Paulo: Nova Cultural, 1978.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MEKSENAS, Paulo. *Pesquisa social e ação pedagógica*: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002.

NOGUEIRA, Oracy. *Pesquisa social*: introdução as suas técnicas. São Paulo: Nacional; USP, 1968.

PAULO NETTO, José. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus; Universidade de São Paulo, 1965.

SARAIVA EDITORA. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes. *O povo vai à escola: luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1992. (Coleção Educação Popular nº 2).

TROTSKY, Leon. *Programa de transição: a agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sunderman, 2004 (Série Cadernos Marxistas).

VIEIRA, Evaldo. *Os direitos e a Política Social*. São Paulo: Cortez, 2004.

Trabalhos, Dissertações e Teses

OLIVEIRA, Áquila Cristina Lobo de Oliveira. “*Filhas da luta: mulheres integrantes do movimento social Sem Teto, Pinheirinho*”. Trabalho de Graduação do curso de Serviço Social da Universidade de Taubaté – Unitau, 2006.

SANTOS, Maria Teresa. “*Vale do Paraíba: pais, filhos e netos pobres*”. São Paulo: Tese de Doutorado da Pontifícia Universidade Católica, 2004.

SILVA, Maria Conceição. *Verdade ou fantasia: urbanização de favelas: estudos sobre a experiência de São José dos Campos – 1993/1996*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 2001.

Jornais e Revistas

AGUENA, Paulo. Brasil: Conlutas, a construção de uma alternativa. *Marxismo Vivo*, São Paulo, n. 12, 94-102, dez. 2005.

CHAGAS, Jocilene; MORAIS, Larissa. Prefeito ganha liminar para derrubar barracos. *OPINIÃO SOCIALISTA*. São Paulo, n. 247, fev.2006.

HONÓRIO, Renata Gonçalves. Acampamentos: novas relações de gênero (com) fundidas na luta pela terra. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.13/14, p. 147-159, jun. 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis* Brasília: n.3 p. 33-40, jan./jun. 2001.

Documentos registrados em fontes eletrônicas

CONLUTAS. Disponível em:

http://www.conlutas.org.br/downloads/concepcao_programa.pdf. Acesso em 08 mar. 2009.

JORNAL VALE PARAIBANO. Disponível em: www.valeparaibano.com.br. Acesso em 06 jan. 2009.

PSTU. Disponível em: www.pstu.org.br. Acesso em 06 jan. 2009.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Disponível em: <http://ceaam.net/sjc/legislacao/index.php>. Acesso em 10 mar. 2009.

ANEXOS

Formulário n° 01

Formulário n° 02

Formulário n° 03

Figura n° 01

Figura n° 02

Figura n° 03

Figura n° 04

Figura n° 05

Figura n° 06

Figura n° 07

1) Formulário nº 01 – Aplicado aos ocupantes.**Data da aplicação: janeiro de 2008.****A) - Características pessoais:**

1 - Qual o seu nome?

2 – Sexo:

 feminino masculino

3 – Qual a sua cor?

 branca negra parda amarela

4 – O senhor (a) tem religião?

 sim não

Qual?

5 – Qual a sua idade?

6 - Qual o seu estado civil atualmente?

 casado(a) solteiro (a) companheiro (a) separado (a) viúvo (a)

7 - Onde o (a) senhor (a) nasceu?

E o país? (caso não seja brasileiro)

8 - Quais as localidades onde o senhor (a) já residiu e quanto tempo residiu em cada uma?

Localidade

Tempo de residência

9 – O que o senhor (a) fazia e onde morava anteriormente? (Para pessoas que não são de São José dos Campos).

10 - Por que o senhor (a) escolheu São José dos Campos? (Para pessoas que não são de São José dos Campos).

B) - Grau de Instrução:

1 - O senhor (a) sabe ler e escrever?

() sim () não

2 - Qual a última série que o senhor (a) frequentou?

() Ensino fundamental série: ____

() Ensino médio série: ____

() Ensino superior série: ____

Concluiu?

() sim () não

Por quê? (caso não tenha concluído).

3 - Tem curso profissionalizante?

() sim () não

Qual?

C) - Composição Familiar e Condições de Habitação:

1 - Quais pessoas moram na sua casa? Qual a relação têm com o (a) senhor (a)?

Nome

Parentesco ou vínculo

2 - Se existirem crianças de 0 a 4 anos, nascidas durante a permanência da família na ocupação, perguntar: Em qual hospital a criança nasceu?

3 - Há algum membro da família já falecido?

() sim () não

Se sim, como ele faleceu?

4- Sua casa possui quantos cômodos?

5 - Quantas pessoas dormem por cômodo?

6 – Seus móveis são suficientes?

() sim () não

Se não, o que falta?

7 – Existe banheiro em sua casa?

() sim () não

Se sim, é interno ou externo à casa?

() interno () externo

8 – Há instalação de energia elétrica?

() sim () não

Caso tenha, explique como foi instalada.

9 - Encanamento de água?

() sim () não

Caso tenha, explique como foi feito.

D) – Situação de trabalho

1 – O senhor (a) trabalha?

() sim () não

Se sim:

Onde e qual é a sua função?

O seu trabalho é com carteira de trabalho assinada ou não?

() é () não é

O senhor (a) tem direitos trabalhistas?

O que o senhor (a) acha do seu trabalho?

Qual é o seu salário?

Se não tem, por quê? O que o senhor (a) pensa dessa situação?

2 – A renda familiar basta para suprir as necessidades?

3 - Qual a sua experiência profissional?

4- O senhor (a) já foi mandado (a) embora de algum trabalho?

() sim () não

Fale sobre essas experiências.

5 – O que o senhor (a) espera do seu futuro no trabalho?

6- Qual a sua profissão e em quais lugares já trabalhou?

7 – O senhor (a) acha importante se qualificar profissionalmente?

() sim () não

Por quê?

8 – O senhor (a) já participou de algum conflito trabalhista?

() sim () não

Quais?

9 – Qual a relação entre a sua vida profissional (qualificação e inserção no mercado de trabalho) e a participação nesta ocupação?

E) Ocupação, Repressão Policial e Legislação

1 – Desde quando o senhor (a) participa desta Ocupação?

2 – O que o senhor (a) acha desta Ocupação?

3 – O senhor (a) já teve alguma experiência parecida com esta Ocupação?

() sim () não

Qual?

4 – O que mudou na sua vida depois de morar nesta Ocupação?

5 - Existe união entre os ocupantes?

() sim () não

6 - Qual é a forma mais comum que utilizam como instrumento de pressão?

7 - O que o (a) leva a acreditar na possibilidade de o prefeito conseguir o “teto”?

8 – O que o senhor (a) pensa a respeito da Lei que proíbe ocupações?

9 – Existe repressão policial na Ocupação?

() sim

() não

Se sim:

Ao que se deve a repressão?

O que fazem nessas situações?

2) Formulário n° 02 – Aplicação aos membros da Coordenação.**Data da aplicação: janeiro de 2009.****Histórico, organização e sustentação da Ocupação**

- 1) – Desde quando o senhor (a) participa desta Ocupação?
- 2) - Como o (a) sr. (sra.) ficou sabendo da Ocupação?
- 3) – O que o senhor (a) acha desta Ocupação?
- 4) - Existiu um planejamento para o dia da ocupação do “Pinheirinho”?
() sim () não
Se sim:
Como foi planejado?
- 5) Quais são as organizações políticas envolvidas? Como é a participação dessas organizações políticas na Ocupação?
- 6) – Como é a participação da Ocupação em entidades políticas?
- 7) - O (a) sr. (sra.) participa ou participou de alguma organização política?
() sim () não
Se sim:
Qual?
- 8) - Após a ocupação, como foi pensada a organização do movimento para manter a Ocupação?
- 9) - Como são feitas as atividades políticas e de organização interna? Como acontece a divisão de tarefas?
- 10) – Quais os critérios para participar da Ocupação?

11) – Como são as reuniões e quem são as pessoas que participam?

Qual é a frequência com que elas acontecem?

12) - Como são definidas as atividades políticas realizadas fora da Ocupação?

13) – Como é a participação dos ocupantes nas atividades políticas propostas?

14) - Qual é a forma mais comum que utilizam como instrumento de luta?

18) - O que o sr. (sra.) acha que manteve a ocupação nesses quase cinco anos?

19) – O senhor (a) já teve alguma experiência parecida com esta?

() sim

() não

Qual?

20) - O sr. (sra.) espera permanecer na Ocupação?

() sim

() não



Figura 01

Foto: Fernando Banzi.



Figura 02

Foto: Fernando Banzi.



Figura 03

Foto: Fernando Banzi.



Figura 04

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.



Figura 05

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.



Figura 06

Foto: Fernando Banzi.



Figura 07

Foto: Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)